

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO CIENTÍFICO



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

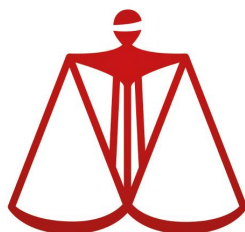
**A EDUCAÇÃO FISCAL BRASILEIRA POR MEIO
DA HISTÓRIA DO SURGIMENTO DOS
IMPOSTOS NO BRASIL E DO
DIREITO ACHADO NA RUA**

Fábia Marcília Ferreira Campêlo

Dissertação
Mestrado em Direito Fiscal

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO CIENTÍFICO



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

**A EDUCAÇÃO FISCAL BRASILEIRA POR MEIO
DA HISTÓRIA DO SURGIMENTO DOS
IMPOSTOS NO BRASIL E DO
DIREITO ACHADO NA RUA**

Fábia Marcília Ferreira Campêlo
Aluna nº 22631

Dissertação orientada
pela Prof.^a Dra. Paula Rosado Pereira

Mestrado em Direito Fiscal

2015

Dedico este trabalho
Ao Leo, ao Papai e à Mamãe.
Sem vocês eu não teria conseguido.

AGRADECIMENTOS

Primeiro gostaria de agradecer à Deus pelas infindáveis dádivas que me dá todos os dias. Ao Leonardo, meu amor, que me deu o suporte essencial para que eu pudesse me dedicar a este estudo. Aos meus eternos amores, meus pais, que me ajudam tanto só por existirem. Aos meus irmãos, amigos para toda a vida. Aos autores de todos os materiais que pesquisei e que foram imprescindíveis na formação das minhas reflexões. À Profª. Dra. Paula Rosado Pereira pelos ensinamentos que me proporcionou durante todo o curso. Aos meus chefes, que me deram seu apoio para a conclusão desta dissertação. A todos, meu muito obrigada!

EPÍGRAFE

POR UMA EDUCAÇÃO ROMÂNTICA

RUBEM ALVES

“Não há nada que tenha ocupado tanto o meu pensamento quanto a educação. Não acredito que exista coisa mais importante para a vida dos indivíduos e do país que a educação. A democracia só é possível se o povo for educado. Mas ser educado não significa ter diploma superior. Significa ter a capacidade de pensar. Diplomas somente atestam que aqueles que os têm são portadores de um certo tipo de conhecimento. Mas ser portador de um certo tipo de conhecimento não é saber pensar. É ter arquivos cheios de informações. Nossas universidades são avaliadas pelo número de artigos científicos que seus cientistas publicam em revistas internacionais em línguas estrangeiras. Gostaria que houvesse critérios que avaliassem nossas universidades por sua capacidade de fazer o povo pensar. Para vida do país, um povo que pensa é infinitamente mais importante que artigos publicados para o restrito clube internacional de cientistas.

É muito fácil continuar a repetir as rotinas, fazer as coisas como tem sido feitas, como todo mundo faz. As rotinas e repetições tem um curioso efeito sobre o pensamento: elas o paralisam. A nossa estupidez e a nossa preguiça nos levam a acreditar que aquilo que sempre foi feito de um certo jeito deve ser o jeito certo de fazer. Mas os gregos sabiam diferente: sabiam que o conhecimento só se inicia quando o familiar deixa de ser familiar; quando nos espantamos diante dele; quando ele se transforma num enigma.”¹.

1 RUBEM ALVES. Por uma educação romântica. 9ª ed. Campinas/SP. Papirus. 2012. p. 77-78.

RESUMO

A presente dissertação contextualiza a Educação Fiscal brasileira e direciona, depois, a atenção para um dos temas que ela trabalha, a história dos impostos. A seguir, faz análises que envolvem história, cidadania, a dialética jurídica de O Direito Achado na Rua e a própria Educação Fiscal.

A primeira parte apresenta um panorama da principal expressão nacional da Educação Fiscal no Brasil nos dias de hoje, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). Aborda o seu nascimento, funcionamento, linhas estratégicas e principais referências. Em seguida, expõe as principais ações nacionais desenvolvidas pelo programa e os temas abordados pelos seus materiais pedagógicos.

Na segunda parte, uma das temáticas trabalhadas no PNEF é aprofundada, qual seja, a história do surgimento dos impostos no Brasil. Esta parte é iniciada com um breve passeio pela história do mundo. A seguir, é abordada a chegada dos portugueses ao Brasil e o período colonial, com destaque para a Conjuração Mineira, famosa revolta com mote tributário do período colonial. Depois, a pesquisa aborda a transição para a independência brasileira e o período imperial. Após isso, é feita a contextualização histórica que envolveu o surgimento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) no Brasil. Por fim, a investigação passa pelo período republicano e termina com uma síntese dos impostos atuais e uma breve história do Fisco brasileiro.

A parte final inicia-se com a abordagem dos períodos históricos estudados na parte anterior sob o ponto de vista da cidadania. Em seguida, apresenta a corrente de pensamento jurídico brasileiro Direito Achado na Rua delineando seus principais fundamentos. Unindo história e Direito Achado na Rua, é feita uma análise dos conteúdos estudados na parte 2 sob uma perspectiva reflexiva, criativa e dialética aplicada ao Direito Tributário. Por fim, a Educação Fiscal é revisitada a partir desse novo olhar construído com os materiais históricos e com os fundamentos teóricos do Direito Achado na Rua. Nesse ponto, é feita uma análise do fenômeno social-tributário, buscando perspectivas mais eficazes do processo educativo fiscal com vistas ao desenvolvimento da cidadania.

Palavras-chave: Educação Fiscal; História dos Impostos; Direito Achado na Rua; Direito Tributário; Cidadania.

ABSTRACT

The dissertation herein presented contextualizes the Brazilian Tax Education and, then, directs the attention to one of the themes it works, the history of taxes. Following, it makes analysis involving history, citizenship, legal dialectic of The Law Found in the Street and the Fiscal Education.

The first part provides an overview of major national expression of Fiscal Education in Brazil these days, the National Tax Education Program (PNEF). An discussion about its birth, operation, strategic lines and main references is made. Then, it introduces the main national actions developed by the program and the topics covered by their teaching materials.

In the second part of this work, one of the PNEF topics is deepened, that is, the history of the tax genesis in Brazil. This part starts with a brief tour of the history of the world. The following is addressed to the arrival of the Portuguese in Brazil and the colonial period, highlighting the Minas Conspiracy, famous revolt with tax motivations in the colonial period. After that, the research presents the brazilian independance transition and the imperial period. Following, an historical contextualization which involves the emergence of personal income tax (IRPF) in Brazil is done. Finally, this work goes through the republican period and ends with a summary of current taxes and a brief history of the brazilian tax authorities.

The last part begins with the approach of the historical periods studied before from the point of view of citizenship. Then, it presents the brazilian legal school of thought Law Found in Street outlining their main fundamentals. Conecting history and Law Found in Street, it makes an analysis of the contents studied in Part 2 in a reflective, creative and dialectic perspective applied to the Tax Law. Finally, the Tax Education is revisited from this new look built with historical materials and the theoretical fundamentals of the Law Found in the Street. At that point, an analysis of the social-tax phenomenon is made, seeking more effective prospects of tax education process with a view to the development of citizenship.

Tags: Fiscal Education; History of Taxes; Law Found in the Street; Tax Law; Citizenship.

PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS

AI	– Ato Institucional
Anfip	– Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil
CF/88	– Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CGU	– Controladoria-Geral da União
CND	– Conselho Nacional de Desportos
COFINS	– Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONFAZ	– Conselho de Política Fazendária
Coord.	– Coordenação
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMF	– Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
Dir.	– Direção
Direp	– Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
DOU	– Diário Oficial da União
ESAF	– Escola de Administração Fazendária
GEF	– Grupo de Trabalho de Educação Fiscal
GEF	– Grupo Nacional de Educação Fiscal
GEFE	– Grupo de Educação Fiscal Estadual
GEFM	– Grupo de Educação Fiscal Municipal
GETE	– Grupo de Educação Tributária nos Estados
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IGF	– Imposto sobre Grandes Fortunas
IPMF	– Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
IPVA	– Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotores
IRPF	– Imposto de Renda da Pessoa Física
JK	– Juscelino Kubitschek
LAI	– Lei de Acesso à Informação
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LRF	– Lei de Responsabilidade Fiscal
MPOG	– Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAF	– Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal
NAIR	– Nova Escola Jurídica Brasileira
Org.	– Organização
OSPB	– Organização Social e Política Brasileira
PEC	– Proposta de Emenda Constitucional
PGFN	– Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PNE	– Plano Nacional de Educação
PNEF	– Programa Nacional de Educação Fiscal
RFB	– Secretaria da Receita Federal do Brasil
RRCM	– Regimento Regular de Cavalaria de Minas
SINAFRESP	– Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo
Sindifisco Nacional	– Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil
SOF	– Secretaria de Orçamento Federal
STF	– Supremo Tribunal Federal
STN	– Secretaria do Tesouro Nacional
UnB	– Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1.CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
2.OBJETO DE ESTUDO.....	12
3.DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO.....	12
4.LINGUAGEM.....	13

PARTE 1

PANORAMA DA EDUCAÇÃO FISCAL NO BRASIL

1.O QUE É EDUCAÇÃO FISCAL.....	17
2.PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL.....	18
2.1.Linha do Tempo.....	19
2.2.Formulação Estratégica.....	21
2.3.Funcionamento e Fontes de Recursos.....	21
2.4.Referências.....	21
3.PRINCIPAIS AÇÕES NACIONAIS.....	24
3.1.Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte.....	24
3.2.Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal.....	25
3.3.Conheça a Nossa Aduana.....	25
3.4.Educação Fiscal na Mídia.....	26
3.5.Atividades para crianças.....	26
4.TEMAS DA EDUCAÇÃO FISCAL.....	27
4.1.Educação Fiscal no contexto social.....	27
4.2.Relação Estado-sociedade.....	28
4.3.Função social dos tributos.....	28
4.4.Gestão democrática dos recursos públicos.....	28

PARTE 2

A HISTÓRIA DO SURGIMENTO DOS IMPOSTOS NO BRASIL

1.INTRODUÇÃO.....	35
2.TOUR PELA HISTÓRIA DOS TRIBUTOS NO MUNDO.....	35
3.DOS PRIMÓRDIOS NO BRASIL.....	38
4.PERÍODO COLONIAL.....	40
4.1.Primeira Etapa da Colonização – De 1530 a 1580.....	40
4.2.Reflexos da União Ibérica no Brasil – De 1580 a 1640.....	45
4.3.Segunda Etapa da Colonização – De 1640 a 1700.....	46
4.4.Ciclo do Ouro – De 1700 a 1808.....	48
4.5.Conjuração Mineira.....	50
4.6.Síntese dos Tributos no Brasil Colonial – De 1500 a 1808.....	61
5.TRANSIÇÃO – DE 1808 A 1822.....	62
6.PERÍODO IMPERIAL.....	64
6.1.Primeiro Reinado – De 1822 a 1831.....	64
6.2.Período Regencial – De 1831 a 1840.....	66
6.3.Segundo Reinado – De 1840 a 1889.....	67
7.SURGIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA.....	71
8.PERÍODO REPUBLICANO.....	74
8.1.República Velha – De 1889 a 1930.....	74

8.2.Era Vargas – De 1930 a 1945.....	77
8.3.República Populista – De 1945 a 1964.....	78
8.4.Ditadura Militar – De 1964 a 1985.....	80
8.5.Brasil contemporâneo – De 1985 a 2000.....	83
8.6.Síntese dos Impostos Previstos na Constituição Atual do Brasil.....	86
8.7.Breve História do Fisco Brasileiro.....	87

PARTE 3

O DIREITO ACHADO NA RUA E OS ECOS DA HISTÓRIA

1.HISTÓRIA E CIDADANIA.....	99
1.1.Período colonial.....	99
1.2.A partir da Independência.....	102
1.3.A partir de 1930.....	104
2.O DIREITO ACHADO NA RUA.....	108
2.1.Origem.....	108
2.2.Linhas Mestras.....	111
2.3.Campo de atuação.....	115
2.4.Ensino Jurídico no Brasil.....	116
2.5.Nossa proposta.....	116
2.6.Interdisciplinar.....	117
3.ECOS DA HISTÓRIA.....	119
3.1.Direito Tributário e Poder Econômico Privado.....	119
3.2.Direito Tributário e Poder Econômico Estatal.....	120
3.3.O Poder do Estado e o Poder Privado.....	121
3.4.A Sutilização e a Complexificação.....	122
3.5.Imposto Justo.....	123
3.6.Desobediência fiscal.....	125
3.7.Tributo sem função social.....	128
4.DE VOLTA À EDUCAÇÃO FISCAL.....	131
4.1.Hábito Fiscal.....	131
4.2.Malquerença Tributária.....	132
4.3.Reinvenção da Educação Fiscal.....	133
4.4.Educação Fiscal para Todos.....	134
4.5.Casamento Estado e Sociedade.....	135
4.6.Harmonização do Casamento.....	135
4.7.Educação Fiscal e Cidadania.....	136
CONCLUSÃO.....	141
FONTES DE PESQUISA.....	148

INTRODUÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Nosso século tem sido marcado por avanços tecnológicos que têm proporcionado o encurtamento das distâncias geográficas, o estreitamento das relações interpessoais, um intercâmbio de informações e conhecimentos cada vez maior e uma rapidez crescente da dinâmica global.

O efeito dominó mundial, que antes era muito mais lento e compassado, passando até despercebido ao longo de uma vida inteira, ganha hoje velocidade vertiginosa, nos revelando, com maior clareza que outrora, o encadeamento de realidades e suas influências recíprocas.

Este cenário nos ressalta que a visão compartimentalizada das coisas, apesar de ter seu valor didático, não é suficiente para a compreensão do mundo. A busca pelo conhecimento, hodiernamente, necessita de um olhar que transcenda os estreitos limites classificatórios, um olhar mais global, mais voltado para o todo e para a relação existente entre suas várias partes.

A realidade brasileira é de profundas diferenças políticas, sociais e econômicas, as quais causam disparidades gritantes. Cabe ao Estado proporcionar padrões mínimos de dignidade ao ser humano e promover a igualdade de oportunidades para que todos possam ter chances de alterar sua própria realidade segundo suas escolhas. Para isso, ele deve instituir políticas públicas de saúde, habitação, educação, cultura, ciência etc.

Os tributos são a principal fonte de financiamento de tais políticas. Eles são arrecadados segundo o regramento do sistema tributário posto e seus recursos, geridos pelos administradores públicos que têm a incumbência de direcioná-los em prol da coletividade.

Para que toda essa engrenagem cumpra fielmente seus propósitos, faz-se necessário um sistema tributário justo e o olhar vigilante e participativo do cidadão a direcionar a gestão pública pelos caminhos da transparência, democracia e eficiência.

A Educação Fiscal tem um papel conscientizador de essencial importância no desenho dessa conjuntura e acreditamos que o Direito Achado na Rua pode unir-se a ela para contribuir nessa tarefa, apimentando uns e adicionando outros ingredientes a este caldeirão de possibilidades.

2. OBJETO DE ESTUDO

É a partir do contexto acima delineado que nos lançamos ao estudo da Educação Fiscal no Brasil, como temática principal, e da corrente de pensamento jurídico intitulada Direito Achado na Rua, de forma acessória.

A presente dissertação busca aplicar os paradigmas desta corrente aos conteúdos trabalhados pela Educação Fiscal brasileira, fomentando a ampliação de seus horizontes para além das fronteiras atuais e provocando uma reflexão sobre outras formas de pensar a Educação Fiscal e o próprio Direito Tributário, haja vista a patente ligação entre eles.

Nossa proposta é não encaixotar a ciência jurídica, não restringi-la aos limites claustrofóbicos da lei, mas sim analisá-la em suas interações com o que lhe alimenta e lhe dá significado, o social. O intuito é procurar vê-la e entendê-la melhor, ter noção do seu todo para melhor compreender a parte e, quiçá, contribuir, em alguma medida, para a tomada de melhores rumos nessa inexorável e incessante jornada de transformação do Direito.

3. DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO

O ponto de partida da linha de pensamento deste estudo é o sobrevoo da Educação Fiscal no Brasil atual, com foco em sua principal expressão nacional, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).

Nesta primeira parte, discorreremos sobre o conceito de Educação Fiscal, o nascimento do PNEF, suas formulações estratégicas, funcionamento, financiamento e suas principais referências. Em seguida tratamos das ações desenvolvidas por ele em destaque no cenário nacional e terminamos com a exposição dos temas estudados pelos materiais pedagógicos do PNEF.

Na segunda parte do trabalho, mergulhamos mais a fundo em um dos temas abordados pela Educação Fiscal brasileira, a história dos tributos, com recorte voltado para o surgimento dos impostos no Brasil.

Dessa forma, o conteúdo histórico é aqui trabalhado sempre em função das questões tributárias que envolveram a gestação, o nascimento e o desenvolvimento dos impostos no Brasil e que culminaram na atual conformação do sistema tributário do país.

A parte 2 inicia-se com um breve passeio pela história dos tributos no mundo. Depois aborda a chegada dos portugueses ao Brasil, também chamado período pré-colonial.

Apresenta-se a colonização propriamente dita, com uma parada mais detalhada na Conjuração Mineira, revolta de origem tributária acontecida no Brasil. Chegamos, então, no período em que a Coroa portuguesa mudou-se para o Brasil, fase de transição para a Independência e adentramos o período imperial. Em seguida, abordamos, em específico, o surgimento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e uma breve história do Fisco brasileiro.

Na terceira e última parte, fazemos um paralelo entre a questão histórica abordada na segunda parte e o desenvolvimento da cidadania no país. Em seguida, apresentamos o Direito Achado na Rua, corrente de pensamento jurídico brasileira nascida na década de 80 e em pleno crescimento nos dias atuais. Delineamos aqui o seu surgimento, seus principais fundamentos e posturas, seu campo de atuação e sua proposta para o ensino jurídico brasileiro. Aplicamos, a seguir, a proposta do Direito Achado na Rua ao Direito Tributário, analisando suas nuances no encontro com a história, com a cidadania e com a Educação Fiscal.

O estudo busca fazer uma análise reflexiva, criativa e dialética do seu objeto. A pesquisa tem uma abordagem objetiva e interdisciplinar que procura manter a conexão da investigação com a Ciência do Direito, a Filosofia do Direito, a Sociologia do Direito e a Política Jurídica a fim de obter uma visão mais abrangente da questão da eficácia do Direito Tributário e da Educação Fiscal.

4. LINGUAGEM

Segundo Jónatas Machado e Paulo Costa, “o conjunto de princípios e regras jurídicas que disciplinam a actividade financeira pública constitui o *direito financeiro público*, que é um dos ramos do direito administrativo especial. O *direito tributário* é, por seu lado, um ramo do direito financeiro, composto pelo conjunto de normas jurídicas que disciplinam a arrecadação de receitas coactivas (tributos) pelo Estado e demais entes públicos. Estes tributos podem assumir diversas formas, sendo as mais importantes o imposto e a taxa. Ao universo de normas jurídicas relativas aos impostos (receitas coactivas unilaterais) damos o nome de *direito fiscal*”².

A terminologia Direito Fiscal, contudo, não é adotada no Brasil. Lá utiliza-se tão somente a expressão Direito Tributário. A palavra “fiscal”, inclusive, é, em muitas expressões brasileiras, usada de forma mais ampla que a palavra “tributário”, ou seja, de forma oposta à que é utilizada na classificação acima.

2 JÓNATAS E. M. MACHADO E PAULO NOGUEIRA DA COSTA. Curso de Direito Tributário. Coimbra/PT. Coimbra Editora. 2009. p. 8.

Considerando tratar-se de um tema atinente à realidade brasileira, adotaremos a terminologia Direito Tributário. Contudo, considerando que o nosso curso realiza-se em Portugal, o enfoque será voltado para os impostos, assim respeitando, em essência, a área estudada no mestrado científico de Direito Fiscal.

No mais, a experiência de estudo em Portugal, nos mostrou que, apesar de falarmos a mesma língua, por vezes, as mesmas palavras têm significados bem diferentes no Brasil e em Portugal, o que pode levar a mal entendidos e falhas de comunicação. Além disso, verificou-se que o jargão do Direito Tributário brasileiro é diferente do de Portugal, o que também pode causar dificuldades de comunicação nesse intercâmbio de conhecimentos.

Atenta a esta questão, procuramos diminuir a utilização dos termos técnicos do Direito Tributário brasileiro para que fôssemos melhor compreendidos pelo público português. O modo de falar foi modificado para se tornar acessível às duas nações. Isso, contudo, não afetou o nosso comprometimento com a profundidade e a essência dos conteúdos.

PARTE 1

PANORAMA DA EDUCAÇÃO FISCAL NO BRASIL



CHEGA³
GABRIEL O PENSADOR

<p>(...) Presidente, Deputados, Senadores, Prefeitos, Governadores, Secretários, Vereadores, Juizes, Procuradores, Promotores, Delegados, Inspetores, Diretores Um recado pras senhoras e os senhores</p> <p>Eu pago por tudo isso Imposto sobre o serviço A taxa sobre o produto Eu pago no meu tributo</p> <p>Pago pra andar na rua Pago pra entrar em casa Pago pra não entrar no SPC e no SERASA Pago estacionamento, taxa de licenciamento, Taxa de funcionamento, liberação e alvará.</p> <p>Passagem Bagagem Pesagem Postagem Imposto sobre importação e exportação</p>	<p>IPTU e IPVA o IR, o FGTS, o INSS, o IOF, o IPI, o PIS, o COFINS e o PASEP</p> <p>A construção do estádio O operário e o cimento Eu pago o caveirão A gasolina e o armamento A comida do presídio O colchão incendiado Eu pago o subsídio absurdo dos deputados</p> <p>A esmola dos professores A escola sucateada O pão de cada merenda Eu pago o chão da estrada A compra de cada poste Eu pago a urna eletrônica E cada árvore morta Na nossa selva amazônica</p> <p>Eu pago a conta do SUS E cada medicamento A maca que leva os mortos na falta de atendimento Paguei ontem Pago hoje E amanhã vou pagar Me respeita! Eu sou o dono desse lugar Chega!</p>
--	---

3 GABRIEL O PENSADOR. Chega. Música.
<https://www.youtube.com/watch?v=S9FTII1KuJA>

1. O QUE É EDUCAÇÃO FISCAL

A educação⁴ é um direito social que faz ponte entre os direitos políticos e todos os direitos sociais⁵. Sem educação as pessoas não sabem usar seus direitos políticos para que os sociais se tornem reais. Sem educação o restante pode não passar de uma mera carta de intenção⁶. É esse também o papel da Educação Fiscal, servir de ponte entre o “dever ser” e o “ser”, entre o mundo das ideias e o real, entre a intenção e sua concretização.

Nesse sentido, a Educação Fiscal estimula a cidadania participativa, indo além dos muros teóricos da escola para alcançar a prática cidadã. Para atingir esse objetivo, ela faz com que o educando, de todos os níveis e modalidades de ensino, interiorize diversos fundamentos que podem lhe desvendar ferramentas de influência sobre o funcionamento e aperfeiçoamento do Estado.

A Educação Fiscal pode ser vista como “um Programa que visa compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, a partir da adoção de uma abordagem didático-pedagógica interdisciplinar e contextualizada, capaz de favorecer a participação social”⁷.

Neste diapasão, a Educação Fiscal pode ser entendida como um processo de aquisição de conhecimentos relativos ao Estado, seus objetivos, financiamento e controle, que visa embasar uma atuação mais ativa e efetiva das pessoas na gestão pública.

As bases ofertadas por ela instrumentalizam uma participação popular crítica e certa no que diz respeito à administração estatal, promovendo uma melhora qualitativa das relações tributárias e o envolvimento social na construção de direitos, na formulação das políticas públicas e na fiscalização da aplicação dos recursos arrecadados. Enfim, a Educação Fiscal exorta o efetivo exercício da cidadania enquanto mecanismo de democratização da

4 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

5 CF/88, art. 6º – São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional 64/2010).

6 Com fundamento no art. 214 da CF/88, foi aprovado, por meio da Lei nº 13.005, de 25/06/2014, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) com vistas ao planejamento da educação brasileira para esta década.

Mais informações: <http://pne.mec.gov.br/>

7 EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Educação Fiscal no Contexto Social. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 1. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014. p. 41-42.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

democracia⁸.

As ações da Educação Fiscal, em geral, emanam do próprio ente público e tem como fim último capacitar os cidadãos para a participação ativa na vida do Estado, impulsionando este a cumprir o seu papel constitucional, reduzindo as desigualdades sociais e fortalecendo o Estado Democrático de Direito.

Sendo o Brasil uma federação de dimensões continentais, composta por 26 estados, 1 Distrito Federal e mais de 5.500 municípios, é de se notar que a quantidade de entes federativos autônomos que podem ter iniciativas próprias nessa área é muito grande. Como seria impraticável abordar todas essas manifestações, o recorte eleito neste estudo restringiu-se à principal expressão da Educação Fiscal brasileira, nos dias de hoje, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).

2. PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL

O PNEF é um programa estatal que congrega todas as esferas federativas da nação (União, estados-membros, Distrito Federal e municípios) no desenvolvimento de ações que visam a institucionalização e promoção da Educação Fiscal. Ele atua por meio da sensibilização e capacitação de milhares de pessoas, em especial educadores, disseminando conhecimentos que instrumentalizam um efetivo exercício da cidadania, com vistas à defesa permanente das garantias constitucionais e ao aperfeiçoamento da relação participativa e consciente entre o Estado e o cidadão.

Os principais objetivos do programa são incentivar:

1. a participação individual e coletiva na definição de políticas públicas e na elaboração de leis para sua execução;
2. condutas responsáveis e solidárias, que valorizem o bem comum;
3. a disseminação de conhecimentos sobre gestão pública e instrumentos de combate ao desperdício e à corrupção;
4. uma relação de confiança entre o Estado e a sociedade, com um atendimento respeitoso e conclusivo e com transparência de atividades;
5. o cumprimento voluntário das obrigações tributárias e o combate à sonegação, contrabando, descaminho e à pirataria;

⁸ Pleonasma apenas aparente, expressão necessária, haja vista existirem hoje “democracias” não democráticas ou de faz de conta. A intenção aqui é exprimir a palavra em sua forma mais efetiva possível, já que esta ao longo da história foi perdendo a força da semântica primitiva.

6. a exigência de serviços públicos de qualidade; e
7. a realização de práticas democráticas integrando os diversos segmentos sociais.

As principais diretrizes do PNEF são:

1. o estímulo ao exercício da cidadania fiscal;
2. a promoção de ações de caráter permanente e de âmbito nacional com envolvimento dos três níveis de governo;
3. a desvinculação de logomarcas e mensagens de identificação de gestão governamental a fim de evitar a sua utilização com objetivos político-partidários;
4. o seu financiamento, preferencialmente, por meio de recursos orçamentários;
5. material didático em consonância com as Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais, vedada a sua comercialização; e
6. a inserção dos conteúdos da Educação Fiscal na teoria e prática em todos os níveis de ensino, nos diversos segmentos da sociedade.

O PNEF pretende “fazer com que a Educação Fiscal, o Orçamento Público e o Controle Social se consolidem como instrumentos de incentivo à participação social na construção de um sistema tributário mais justo e na conversão dos impostos em obras e serviços de qualidade, sob o olhar vigilante dos cidadãos”⁹.

2.1. LINHA DO TEMPO

Em 1969, surgem as primeiras ações educativas na área da Administração Fiscal da União com a “Operação Bandeirante”. Os agentes do fisco saíam com a missão de orientar a população “a não pagar multas”. O foco dessa ação era o ensino sobre a função socioeconômica dos tributos e sua presença nas obras públicas e nas políticas sociais.

Em 1970, com a “Operação Brasil do Futuro”, a Educação Fiscal buscava chegar aos estabelecimentos de ensino. A publicação “Dona Formiga, Mestre Tatu e o Imposto de Renda”, de autoria de Cecília Lopes da Rocha Bastos, foi amplamente distribuída nas escolas do atual ensino fundamental, no entanto, a ação foi descontinuada em 1972.

Em 1977, a Secretaria da Receita Federal lançou o Programa “Contribuinte do Futuro”, mediante trabalho junto aos estabelecimentos de ensino e distribuição de livros e cartilhas a

9 Documento Base – PNEF.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/publicacoes. p. 3.

alunos e professores.

Em 1992/1994, com a redemocratização do país, alguns estados brasileiros, como o Espírito Santo, começaram a realizar ações mais consistentes de Educação Tributária.

Em maio de 1996, o Conselho de Política Fazendária (CONFAZ)¹⁰, reunido em Fortaleza, registra a importância de um programa de consciência tributária para despertar a prática da cidadania. Na reunião seguinte, em setembro do mesmo ano, foi criado Grupo de Trabalho para este fim.

Em fevereiro de 1998, a Portaria nº 35, do Ministro da Fazenda, oficializa o Grupo de Trabalho e formula seus objetivos como sendo “promover e coordenar as ações necessárias à elaboração e à implantação de um programa nacional permanente de educação tributária” e “acompanhar as atividades do Grupo de Educação Tributária nos Estados (GETE)”.

Em março de 1999, passam a integrar o grupo representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação.

Em julho de 1999, tendo em vista a abrangência do Programa, que não se restringe apenas aos tributos, mas que aborda também as questões da alocação dos recursos públicos arrecadados e da sua gestão, o CONFAZ, reunido na Paraíba, aprova a alteração de sua denominação que passa a ser Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).

Em 31 de dezembro de 2002, é publicada a Portaria Interministerial nº 413¹¹ – MEC/MF¹², que instituiu o Grupo de Trabalho de Educação Fiscal (GEF) e seus representantes, além de definir as competências dos órgãos responsáveis pela implementação do PNEF. São eles: o Ministério da Educação; o Ministério da Fazenda, representado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), além das Secretarias de Fazenda e de Educação de cada Estado e do Distrito Federal.

O programa conta com outros parceiros importantes que vieram aderir voluntariamente ao GEF por aproximação com os temas e ações desenvolvidas, a saber: o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) através da Secretaria de Orçamento Federal (SOF); a Controladoria-Geral da União (CGU), por intermédio da Diretoria de Combate à

10 Reúne Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal.

11 Ver Portaria em <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=27597>.

12 MEC – Ministério da Educação / MF – Ministério da Fazenda.

Corrupção e Ações Estratégicas e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Essas instituições estão representadas nos grupos de Educação Fiscal organizados nos três níveis de governo: Grupo Nacional de Educação Fiscal (GEF), Grupo de Educação Fiscal Estadual (GEFE) e Grupo de Educação Fiscal Municipal (GEFM). À ESAF compete a coordenação e a secretaria-executiva do PNEF e do GEF, bem como a responsabilidade de baixar os atos necessários à sua regulamentação.

2.2. FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA

A estratégia do PNEF abrange a educação formal e não formal. Suas ações são desenvolvidas por instituições gestoras das três esferas de governo a partir de projetos específicos que levam em consideração a realidade, a diversidade e os contextos social, político e econômico locais.

Calcado nos valores da cidadania, comprometimento, efetividade, ética, justiça, solidariedade e transparência, o PNEF estabeleceu como missão “compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, favorecendo a participação social” e na sua visão de futuro o PNEF pretende “ser reconhecido como Programa de excelência pelo Estado, sociedade e pela comunidade internacional na promoção da cidadania fiscal”¹³.

2.3. FUNCIONAMENTO E FONTES DE RECURSOS

O PNEF funciona de forma descentralizada, ou seja, os estados e municípios tem autonomia para executar ações do programa conforme suas peculiaridades sociais, econômicas, culturais e disponibilidades orçamentárias, observadas as diretrizes nacionais.

As instituições gestoras da União provem recursos orçamentários para edição de materiais nacionais, de modo a conferir identidade ao programa. Na esfera federal o PNEF conta com rubrica própria dentro do orçamento, denominada “Ação Promoção da Educação Fiscal”, onde o Ministério da Fazenda, por intermédio da ESAF, executa estes recursos.

2.4. REFERÊNCIAS

O pilar normativo de sustentação do PNEF, e da própria Educação Fiscal brasileira, é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), marco na consolidação do Estado Democrático de Direito. Seu preâmbulo e os artigos 1º, 3º e 5º oferecem bases sólidas

13 Documento Base – PNEF. http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/publicacoes. p.12.

para o desenvolvimento da Educação Fiscal, revelando a direção a seguir.

Em razão de sua crucial importância para tema, pedimos vênua para transcrever no corpo do texto os referidos trechos e grifar algumas expressões ligadas à Educação Fiscal. Com relação ao artigo 5º, nos limitamos a citar textualmente apenas o *caput*, não porque o restante não seja importante, para não cansar demais o leitor, haja vista ser um artigo muito extenso.

<p style="text-align:center">CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988</p> <p style="text-align:center">PREÂMBULO</p> <p>Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.</p> <p style="text-align:center">TÍTULO I</p> <p style="text-align:center">Dos Princípios Fundamentais</p> <p>Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (...)</p> <p>Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (...)</p> <p style="text-align:center">TÍTULO II</p> <p style="text-align:center">Do direitos e Garantias Fundamentais</p> <p style="text-align:center">CAPÍTULO I</p> <p style="text-align:center">DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.</p> <p>Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:...”¹⁴.</p>
--

Além da Constituição, o PNEF utiliza como referências as leis e documentos oficiais que normatizam o sistema tributário nacional, a gestão do orçamento público brasileiro, o controle social, a transparência pública e a educação no país, além de estudos, publicações e materiais pedagógicos.

Dentre as principais referências, vale destacar:

1. a **Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000**, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

14 Outros artigos da CF/88 importantes para o tema: art. 37, 70, 71, 74, 75 e 165.

2. a **Lei Complementar nº 131, de 27/05/2009** que determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, base legal dos Portais da Transparência e incentivo à participação popular;
3. a **Lei nº 12.527, de 18/11/2011**, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) a qual trata do acesso à informação pública como direito fundamental, sendo o sigilo a exceção;
4. a **Lei nº 12.741, de 08/12/2012**¹⁵ – Lei de Transparência Tributária que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150¹⁶ da Constituição Federal, altera o inciso III do art. 6º¹⁷ e o inciso IV do art. 106¹⁸ da Lei nº 8.078, de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor
5. a **Lei nº 9.394, de 20/12/1996** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)¹⁹;
6. a **Portaria MEC/MF nº 413, de 31/12/2002** – Implementa o Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF;
7. a **Portaria RFB nº 896, de 05 de abril de 2012** – Disciplina as atividades relacionadas à Educação Fiscal no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
8. a **Resolução CNE/MEC²⁰ nº 07/2010** – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos e, em seu art. 16, consagra a Educação Fiscal como componente a ser trabalhado no currículo de forma

15 Lei 12.741/2012, *caput* do art. 1º – Emitidos por ocasião da venda ao consumidor de mercadorias e serviços, em todo território nacional, **deverá constar, dos documentos fiscais ou equivalentes, a informação do valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais, cuja incidência influi na formação dos respectivos preços de venda.**

16 CF/88, art. 150, § 5º – A lei determinará medidas para que os consumidores sejam **esclarecidos** acerca dos **impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.**

17 Lei 8.078/90, art. 6º – São direitos básicos do consumidor: (...) III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com a especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, **tributos incidentes** e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (Redação dada pela Lei 12.741/2012).

18 Lei 8.078, art. 106 – O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico (MJ), ou órgão federal que venha substituí-lo, é organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe: (...) IV – **informar, conscientizar** e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação.

19 LDB, art. 2º – A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da **cidadania** e sua qualificação para o trabalho.

20 CNE – Conselho Nacional de Educação / MEC – Ministério da Educação.

transversal²¹;

9. o s **estudos e publicações** do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República; e

10. os **cadernos pedagógicos**²² do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal.

Os referidos cadernos foram elaborados por um grupo extenso de integrantes do PNEF e desenvolvem-se em quatro volumes. É com base em tais cadernos que elencamos a seguir as temáticas centrais da Educação Fiscal no Brasil.²³

3. PRINCIPAIS AÇÕES NACIONAIS

3.1. DIA NACIONAL DE RESPEITO AO CONTRIBUINTE

Dia 25 de maio é o “Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte”. A data foi criada pela Lei nº 12.325/2010²⁴ e visa mobilizar a sociedade e os poderes públicos para a conscientização e a reflexão sobre a importância do respeito ao contribuinte. Nessa data as Administrações Tributárias promovem campanhas de esclarecimento sobre os direitos e deveres dos contribuintes²⁵.

21 Resolução CNE/MEC nº 07/2010, art. 16 – Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, **Educação Fiscal**, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

§ 1º Outras leis específicas que complementam a Lei nº 9.394/96 determinam que sejam ainda incluídos temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97).

§ 2º A transversalidade constitui umas das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

§ 3º Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete a produção e a disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, que contribuam para a eliminação de discriminações, racismo, sexismo, homofobia e outros preconceitos e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente.

22 Ver cadernos em http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014.

23 Informações do PNEF extraídas do Documento Base – PNEF.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/publicacoes

24 Ver a referida lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12325.htm

25 Notícia site Receita Federal do Brasil.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2015/maio/hoje-25-05-e-dia-nacional-de-respeito-ao-contribuinte>

3.2. NÚCLEOS DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL

Os NAFs, sigla pela qual são conhecidos, são núcleos universitários de prática contábil semelhantes aos já existentes de prática jurídica onde alunos de Ciências Contábeis prestam serviços gratuitos à comunidade carente, sob a supervisão de um professor, como parte da prática acadêmica.

Eles são compostos por estudantes de Ciências Contábeis, um professor e algumas instituições que oferecem créditos acadêmicos aos participantes. Em outras palavras, os NAFs funcionam como uma disciplina opcional. Eles dão suporte contábil e fiscal a pessoas de baixa renda ou ao público interno das faculdades ou universidades. São centros de aprendizagem e produção de conhecimento onde os alunos desenvolvem diversas atividades como discussões, palestras, treinamentos, grupos de estudos, etc.

Funcionam por meio de parceria entre instituições de ensino ou conselhos de contabilidade, que se encarregam da criação dos respectivos NAFs, e a Receita Federal, que fornece o apoio técnico para a formação dos estudantes, logo, os NAFs não fazem parte da Receita Federal.

O idealizador desse projeto foi o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil Clóvis Peres. Os NAFs têm como objetivo promover o estudo e a consciência fiscal entre universitários e orientar contribuintes de baixa renda, trazendo cidadania às comunidades carentes e oferecendo experiência prática aos universitários de Ciências Contábeis, como forma de valorizar e promover o conhecimento contábil e fiscal.

Com esse projeto a comunidade ganha mais uma opção de atendimento voltado a questões básicas, os escritórios de contabilidade podem direcionar ao NAFs casos mais simples que lhe sejam de pouco interesse, o Fisco auxilia na formação de novos contadores com palestras e treinamento, facilitando a relação Fisco-contribuinte e aos estudantes é proporcionada uma formação técnica de maior qualidade, baseada na prática fiscal e contábil.²⁶

3.3. CONHEÇA A NOSSA ADUANA

Nessa ação são promovidas visitas às instalações das repartições aduaneiras da Receita Federal do Brasil. Os visitantes assistem vídeos informativos institucionais e são recebidos

26 JOÃO MAURÍCIO VITAL. Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF). Slides.

<http://pt.slideshare.net/EUROsociAL-II/ncleo-de-apoio-contbil-e-fiscal-naf-joo-maurcio-vital>

pelos chefes das repartições que ministram palestras sobre a Aduana. Conhecem sua estrutura, assistem apresentações, tais como a dos cães de faro da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp).

3.4. EDUCAÇÃO FISCAL NA MÍDIA

Consiste na produção de textos com base no material didático do curso de Disseminadores de Educação Fiscal que são gravados em áudio (spots) e distribuídos a emissoras de rádio para serem utilizados nos intervalos das programações. São gravações de 30 segundos a 3 minutos que são tratados de forma semelhantes a comerciais.

3.5. ATIVIDADES PARA CRIANÇAS

Os projetos voltados para as crianças são:

1. **Leãozinho e sua Turma**²⁷ **nas Escolas** – apresenta seis cartilhas da Receita Federal para estudantes do 5º ano do ensino fundamental e alcança 10,4 mil crianças em Araçatuba, Marília, Ourinhos, Assis, Tupã, São José do Rio Preto e Barueri;
2. **Escola Incubadora** – forma professores do ensino fundamental em Taubaté, São José dos Campos e Registro;
3. **Crianças da Casa** – atende crianças familiares dos servidores da Receita Federal em Santos. São realizadas atividades de Educação Fiscal para diferentes faixas etárias;
4. **Exercendo a Solidariedade** – coleta e distribui brinquedos, roupas e calçados para crianças de comunidades carentes de Taubaté e Santos;
5. **Concurso Cultural** – promove concurso de redação e desenho entre 10 mil alunos das escolas municipais de Ribeirão Preto;
6. **Mutirão da Cidadania** – promove atividades de Educação Fiscal entre crianças que acompanham seus pais em mutirões de cidadania. Envolve unidade da Receita Federal de São Paulo, Ribeirão Preto, Taubaté e São José dos Campos;
7. **Ciclo de Palestras em Escolas Públicas** – envolve alunos das escolas de Araraquara;

27 Veja também o Site do Leãozinho em <http://www.leaozinho.receita.fazenda.gov.br/>

8. **Espaço Cidadão** – funciona no edifício-sede do Ministério da Fazenda em São Paulo onde atende cerca de 1,5 mil crianças por ano por meio de encontros agendados com escolas da Grande São Paulo.²⁸

4. TEMAS DA EDUCAÇÃO FISCAL

Os cadernos pedagógicos do PNEF fazem uma adequação de seus conteúdos aos fatos sociais, políticos e econômicos que constroem o dinamismo histórico, a fim de contextualizar questões atinentes à compreensão da função socioeconômica do tributo, da correta alocação dos recursos públicos, da estrutura e funcionamento de uma administração pública pautada por princípios éticos e da busca de estratégias e meios para o exercício do controle democrático.

Eles abordam as seguintes temáticas:

1. **Educação Fiscal no Contexto Social** – diretrizes do Programa, seus objetivos e abrangência, no contexto da Educação Fiscal e da educação pública;
2. **Relação Estado-sociedade** – suscita temas relativos à organização da vida em sociedade e suas implicações na garantia do Estado Democrático de Direito e da cidadania;
3. **Função Social dos Tributos** – destaca a importância do tributo na atividade financeira do Estado para a manutenção das políticas públicas e melhoria das condições de vida do cidadão; e
4. **Gestão Democrática dos Recursos Públicos** – evidencia temas relativos ao orçamento, ao compromisso social e fiscal do gestor público e ao exercício do controle social.

4.1. EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL

Neste primeiro caderno os temas proposto pelo Programa são:

1. O Brasil e o mundo: entendendo o cenário contemporâneo;
2. A educação como fenômeno social;
3. Educação e autonomia;
4. A Educação Fiscal e o PNEF; e

²⁸ Informações do tópico 3 foram extraídas do site da Receita Federal do Brasil

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/direitos-e-deveres/educacao-fiscal/acoes>

5. O PNEF e suas possibilidades de inserção na educação e na escola.

4.2. RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

No segundo caderno os temas abordados são:

1. Perspectiva histórica do conceito de sociedade e de Estado;
2. A história da cidadania no Brasil;
3. Estado democrático;
4. Estado, economia e desenvolvimento; e
5. Ética.

4.3. FUNÇÃO SOCIAL DOS TRIBUTOS

No caderno 3 são tratados os seguintes assuntos:

1. O financiamento do Estado;
2. A origem dos tributos;
3. A história do tributo no Brasil;
4. O Sistema tributário Nacional;
5. Tributo;
6. Os impostos no Brasil;
7. Federalismo fiscal e repartição das receitas tributárias;
8. Crimes contra a ordem tributárias; e
9. Reflexões: em busca da justiça fiscal.

4.4. GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS RECURSOS PÚBLICOS

No último caderno pedagógico os conteúdos são:

1. Orçamento público – um breve passeio pela história;
2. Gestão democrática dos recursos públicos;
3. A execução orçamentária;
4. Responsabilidade na gestão fiscal;

5. O processo de compras no setor público;
6. Controle, transparência e participação social;
7. Acompanhando as contas públicas; e
8. Educação Fiscal e democracia.

Dentre os temas acima elencados, trabalhados pelo PNEF, escolhemos o que trata da história da tributação brasileira para ser desenvolvido no presente estudo. Isso porque o conhecimento das origens tem um efeito naturalmente pedagógico e revelador. O passado é, intuitivamente, um ponto de partida para entender o presente e projetar o futuro em busca de destinos melhores que os de outrora. Para a construção de uma Educação Fiscal plena é de suma importância investir nessa área, pois para curar as feridas do presente e ter um corpo social e tributário mais saudável no futuro é preciso dissecar o pretérito.

FONTES DE PESQUISA ESPECÍFICAS

PARTE 1

CLAUDEMIR FRIGO (Coord.) e ANA LÚCIA MARTINS DA SILVA (Coord.). Educação Fiscal no Contexto Social. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 1. 4ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2009.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-pnef

CLAUDEMIR FRIGO (Coord.) e ANA LÚCIA MARTINS DA SILVA (Coord.). Função Social dos Tributos. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 3. 4ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2009.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-pnef

CLAUDEMIR FRIGO (Coord.) e ANA LÚCIA MARTINS DA SILVA (Coord.). Gestão Democrática dos Recursos Públicos. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 4. 4ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2009.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-pnef

CLAUDEMIR FRIGO (Coord.) e ANA LÚCIA MARTINS DA SILVA (Coord.). Relação Estado-sociedade. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 2. 4ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2009.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-pnef

Documento Base – PNEF.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/publicacoes

EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Educação Fiscal no Contexto Social. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 1. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Função Social dos Tributos. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 3. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Gestão Democrática dos Recursos Públicos. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 4. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Relação Estado-sociedade. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 2. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

GABRIEL O PENSADOR. Chega. Música.

<https://www.youtube.com/watch?v=S9FTII1KuJA>

Imagem Imposto.

<http://image.slidesharecdn.com/trabalhoimpostoscorrigido-121025112322-phpapp02/95/trabalho-impostoscorrigido-1-638.jpg?cb=1351164316>

JOÃO MAURÍCIO VITAL. Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF). Slides.

<http://pt.slideshare.net/EUROsociAL-II/ncleo-de-apoio-contbil-e-fiscal-naf-joo-mauricio-vital>

JÓNATAS E. M. MACHADO E PAULO NOGUEIRA DA COSTA. Curso de Direito Tributário. Coimbra/PT. Coimbra Editora. 2009.

Notícia site Receita Federal do Brasil.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2015/maio/hoje-25-05-e-dia-nacional-de-respeito-ao-contribuinte>

PAULO FREIRE. Educação como prática da Liberdade. Rio de Janeiro/RJ. Paz e Terra. 1967.

Plano Nacional de Educação. PNE 2014-2024. Ministério da Educação.

<http://pne.mec.gov.br/>

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Educação Fiscal. Ações. Site.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/direitos-e-deveres/educacao-fiscal/acoes>

RUBEM ALVES. Por uma educação romântica. 7ª ed. Campinas/SP. Papirus. 2002.

PARTE 2

A HISTÓRIA DO SURGIMENTO DOS IMPOSTOS NO BRASIL



*Desembarque de Cabral em Porto Seguro.
Óleo, Oscar Pereira da Silva, século XIX.
Museu Histórico Nacional/RJ*

EPÍGRAFE

PARTE 2

“Nela (nesta terra), até agora, não pudemos saber se há ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro vimos. Porém, a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados, como os de entre Doiro e Minho, porque nesse tempo de agora os achávamos como os de lá. As águas são muitas, infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por casa das águas que tem. Porém, o melhor fruto, que dela se pode tirar, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que vossa Alteza nela deve lançar”.

CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

1. INTRODUÇÃO

A história dos tributos é um dos temas abordados pela Educação Fiscal brasileira e foi o eleito para ser aprofundado neste trabalho. Procuramos aqui enfocar as linhas gerais dos principais acontecimentos históricos e seus reflexos no Direito Tributário brasileiro.

Escolhemos narrar os fatos mais conhecidos, excluindo aqui os excessivamente controversos. Apresentamos ainda algumas considerações que melhor se encaixam a esses fatos de um ponto de vista racional-lógico, mas deixando espaço para que o caro leitor tire suas próprias conclusões.

Seguindo a tendência, ainda embrionária, da educação brasileira e mais recentemente da Educação Fiscal no Brasil, nossa intenção aqui é fazer um texto que proporcione espaço para a liberdade de pensar, que estimule o raciocínio e a autonomia de visão que podem enriquecer a busca pelo conhecimento.

A história tem um espaço de destaque na construção de uma Educação Fiscal de bases sólidas. Uma consciência fiscal crítica e ativa passa necessariamente pelo conhecimento histórico que auxilia na compreensão dos contornos atuais do sistema tributário brasileiro no que ele tem de pior e de melhor.

Ao perscrutar a história dos tributos no Brasil é possível extrair lições do passado para entender o presente e planejar um futuro melhor, tributariamente falando. Em suma, é preciso estudar a história para que ela não se repita nos erros e para que ela se aperfeiçoe nos acertos. Pois bem, depois desta breve introdução vamos à conjuração.

2. TOUR PELA HISTÓRIA DOS TRIBUTOS NO MUNDO

O gosto humano é imensamente variado e complexo. Desde o início dos tempos, criamos uma infinita escala de valores que nos fazem amar ou odiar pessoas, coisas, instituições, produtos.... Como disse Carlos Heitor Cony, há quem goste de música caipira, de sofrer e até de quiabo. O que nunca se viu é alguém que goste de pagar tributos²⁹.

Nem por isso eles deixam de ser necessários, tendo sua origem lá nos primórdios da história da humanidade. O “termo fisco vem de fiscus, -i, que era o cesto de junco ou de vime em que o coletor de impostos romano ia colocando o dinheiro público que recolhia” e a “palavra tributum, -i, cujo verbo tributo, -ere, significa dar, conceder, fazer elogios,

29 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAUFRESP. 2000. p. 14.

presentear”³⁰.

Estudos indicam que as primeiras manifestações tributárias foram voluntárias, em forma de presentes aos líderes por seus serviços à comunidade. Depois, elas passaram a ser compulsórias para os vencidos de guerra que eram obrigados a entregar parcela ou todos os seus bens. Mais na frente, os tributos começaram a ser impostos pelos chefes de Estado aos seus próprios súditos.

O registro mais antigo de que se tem notícia sobre a cobrança de tributos na Antiguidade é uma placa do ano 2.350 a.C. a qual, em escrita cuneiforme, descreve as reformas empreendidas pelo rei Urukagina na cidade-estado de Lagash, localizada na antiga Suméria, entre os rios Tigre e Eufrates. O documento denuncia cobranças extorsivas, leis opressivas, funcionários corruptos e confisco de bens para o rei³¹.

O tributo da antiguidade que mais deixou raízes foi o dízimo. Muitos povos antigos tinham o costume de ofertar a décima parte dos bens para o culto da divindade, que se fazia representar pelo príncipe ou sacerdote³².

Na Grécia, no século VII a.C., nasceu o tributo administrado pelo Estado como o conhecemos hoje. Financiados pelos tributos e pelo trabalho escravo os gregos construíram umas das maiores civilizações do mundo antigo.

Em 146 a. C. a Grécia foi conquistada por Roma. Os exércitos romanos eram custeados pelos tributos que eram impostos aos povos vencidos, o que possibilitou a formação do maior Império do mundo antigo.

E depois veio o célebre questionamento sobre os tributos...

“Mestre, sabemos que és íntegro e que ensinas o caminho de Deus conforme a verdade. Tu não te deixas influenciar por ninguém, porque não te prendes à aparência dos homens.

30 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAESP. 2000. p. 22.

31 EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Função Social dos Tributos. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 3. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014. p. 12.
http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

32 “Dízima e dízimo – distinção – Duas palavras com a mesma origem, ambas derivam de décimo, e de acepções parecidas, já que as duas têm o significado de contribuição de um em cada dez. Entretanto, enquanto o Dízimo é sempre, na sua origem, um tributo estritamente eclesiástico (embora muitas vezes tenha sido cedido ao poder civil ou a particulares), a Dízima se refere invariavelmente a tributos laicos, cobrados pelo poder público. Assim, existiram em Portugal e no Brasil a Dízima da Chancelaria, a Dízima da Alfândega, a Dízima das Madeiras e muitas outras; todas cobradas pela Fazenda Pública”.

JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY. Dicionário de História Tributária do Brasil. Brasília/DF. ESAF. 2002. p. 85 e 86.

Dize-nos, pois: Qual é a tua opinião? É certo pagar o imposto a César ou não? Mas Jesus, percebendo a má intenção deles, perguntou: Hipócritas! Por que vocês estão me pondo à prova? Mostrem-me a moeda usada para pagar o imposto. Eles lhe mostraram um denário³³, e ele lhes perguntou: De quem é esta imagem e esta inscrição? De César, responderam eles. E ele lhes disse: Então deem a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Ao ouvirem isso, eles ficaram admirados; e, deixando-o retiraram-se”³⁴.

É... nem Jesus escapou da polêmica tributária. Os judeus abominavam o tributo que lhes era imposto pelos romanos e o seu pagamento tornou-se uma questão religiosa. Formou-se então numeroso partido contra o imposto. Essa pergunta era, na verdade, uma armadilha, pois uma resposta colocaria a autoridade romana contra Jesus e a outra, os judeus. Mas Jesus, de pronto identificou a malícia dissimulada e contornou a cilada com uma lição de justiça, ao dizer que a cada um seja dado o que lhe é devido.

Com a queda do Império Romano, seu território fragmentou-se nos chamados feudos. A noção de Estado perdeu-se na Europa medieval, mas nem assim os tributos deixaram de existir. Os camponeses eram obrigados a pagá-los aos senhores feudais entregando-lhes a melhor parte de sua colheita, o que restava mal dava para a sobrevivência sua e de sua família. Nesse tempo, o senhor feudal podia prender ou matar quem não pagasse o tributo.

Nessa época, o catolicismo era muito forte e convenceu os senhores feudais a lutarem nas Cruzadas. As guerras aumentavam seus gastos e os senhores feudais aumentavam os tributos para cobri-los.

Na Inglaterra, no final do século XII, o rei Ricardo Coração de Leão participou da Terceira Cruzada, financiado pelo tesouro de seu país e pela cobrança de novos tributos. Durante sua ausência, seu irmão mais novo, João Sem-Terra, tornou-se o responsável pela cobrança de mais tributos para sustentar as cruzadas e para pagar o resgate de Ricardo que havia sido preso na Alemanha. Com os recursos arrecadados, João resgatou o irmão, mas também formou um novo exército e tomou-lhe o trono.

Para recuperar as finanças da Inglaterra, destroçadas pelas Cruzadas, João instituiu novos impostos sobre os nobres, os quais se revoltaram e, em 15 de junho de 1215, o Rei João I foi obrigado a assinar um tratado de grande importância histórica por ser a primeira limitação legal ao poder do Estado de instituir tributos.

33 Denário era uma moeda de prata equivalente à diária de um trabalhador braçal.

34 Bíblia. Mateus, 22:15 a 22. Nova Versão Internacional. NVI. Holy Bible. LifeChurch.tv. Versão 5.9.1. AppStore.

As Cruzadas terminaram, deixando para trás exércitos destruídos, senhores feudais enfraquecidos e muitos até falecidos. Os camponeses, cansados da exploração, foram se libertando aos poucos e migraram para as cidades. Assim elas começaram a reflorescer em toda a Europa. O contato com a cultura oriental trouxe novos hábitos, dentre eles o uso das especiarias que tornaram-se muito valiosas.

Surge então a burguesia, classe formada por comerciantes, industriais e banqueiros. O comércio cresce e se diversifica atraindo cada vez mais pessoas para as cidades. Contudo, as disputadas especiarias não eram fáceis de conseguir, a rota do Oriente era dominada pelos árabes, inimigos mortais dos europeus desde o tempo das cruzadas.

Gênova e Veneza eram as cidades que mais se beneficiavam do comércio de especiarias na Europa por causa da localização geográfica privilegiada. Os hábeis comerciantes italianos conseguiram fazer acordos comerciais com os árabes que lhes deram o monopólio do comércio com o Oriente. Isso proporcionou um grande progresso à região, criando condições para o surgimento do Renascimento.

Na Idade Moderna, surgiram os Estados Nacionais. O monopólio árabe-italiano sobre o comércio de especiarias encarecia tais produtos. Outros países da Europa começaram a procurar alternativas, uma nova rota para Oriente que lhes permitisse também comercializar os produtos tão cobiçados. Para isso, não havia outro jeito senão navegar pelo tenebroso e desconhecido Oceano Atlântico. A construção de caravelas era dispendiosa. Somente os reis poderiam reunir tamanha quantidade de recursos, por meio da cobrança de tributos.

Portugal e Espanha foram os primeiros a lançar grandes expedições marítimas, em razão do notável desenvolvimento da navegação e da posição geográfica privilegiada. Descobriram rotas para a África e Ásia e chegaram às Américas, habitadas por povos bem diferentes dos europeus. Os metais preciosos encontrados lá financiaram a Revolução Industrial e mudaram a face da Europa. Enquanto isso, as Colônias tinham suas riquezas extraídas e enviadas para a Europa.

3. DOS PRIMÓRDIOS NO BRASIL

Os índios habitavam estas terras há mais de 10.000 anos. Ao longo da história, eles resistiram às estratégias de tomada de posse do território brasileiro pelos portugueses, espanhóis, holandeses e outros e nesse embate foram dizimados por doenças e conflitos, o que levou a extinção de várias etnias.

Nos primeiros 30 anos da chegada dos colonizadores ao Brasil, não houve povoamento. Por não encontrarem metais preciosos logo de início, suas preocupações resumiram-se a manter a posse das terras encontradas. Nesta época, os portugueses tinham os olhos voltados para a exploração do comércio com as Índias e por isso a colonização do Brasil não foi iniciada de pronto. Em razão disso, esse período é chamado de Pré-colonial.

Em 1501, Cabral fez expedições exploradoras em busca de riquezas e descobriu um velho conhecido, o pau-brasil, árvore de madeira corante que, mais tarde, daria tintas e o nome destas terras. Os portugueses já usavam essa madeira, pois havia espécie semelhante no Oriente. Assim, a exploração do pau-brasil tornou-se a primeira atividade econômica da Colônia.

O Estado português, no entanto, não tinha recursos suficientes para fazer essa exploração por conta própria e por isso fazia regimes de concessões onde os interessados pagavam à Coroa uma determinada quantia em troca do direito de explorar a madeira, além de se comprometerem a erguer as primeiras feitorias ao longo da costa. Durante a exploração, deveriam pagar também um quinto (20%) do pau-brasil em espécie para o rei, este, o primeiro tributo do Brasil.

As feitorias eram fortificações constituídas por uma paliçada com uma torre de pedra ou madeira. Nelas armazenavam-se o pau-brasil, plantas, aves e animais exóticos a espera do transporte. Não fosse pelo seu caráter predominantemente estratégico-militar em detrimento do administrativo-fiscal, as feitorias poderiam ser consideradas as primeiras repartições administrativas ou alfandegárias do Brasil³⁵.

As feitorias eram guardadas por militares que representavam os interesses da Coroa. Em razão da prática exploratória nômade por natureza e por estarem localizadas em uma região sem ocupação fixa e com uma vida econômica muito rudimentar, as feitorias tinham instalações bem precárias.

As principais fortificação localizavam-se na Bahia de Todos os Santos, em Porto Seguro, São Vicente, Rio de Janeiro, Cabo Frio e Igaraçu, em Pernambuco, esta última também conhecida como Feitoria dos Marcos, por estar próxima de marcos de pedra que assinalavam o domínio português. Muitas feitorias foram destruídas por ataques internos

35 MÁRCIO EZEQUIEL. Receita Federal. História da Administração Tributária no Brasil. Brasília/DF. Receita Federal do Brasil. 2014.

<http://www.youblisher.com/p/899379-Receita-Federal-Historia-da-Administracao-Tributaria-no-Brasil/>

(nativos) ou externos (estrangeiros).

Na extração do pau-brasil, os concessionários utilizavam os índios para o trabalho pesado. Eles cortavam a madeira e caminhavam até 20 léguas carregando-a nas costas. Em troca desse trabalho os índios recebiam quinquilharias. A exploração predatória foi dia após dia devastando a costa e era preciso adentrar cada vez mais o interior do território para encontrar as cobiçadas árvores.

O pagamento de tributos no período colonial, era frequentemente realizado em espécie, em virtude da economia rudimentar e da proibição portuguesa de circulação de moeda no Brasil. A quase ausência do poder português nestas terras, nos primeiros anos e a atividade econômica incipiente resultaram em uma política tributária sem maiores relevâncias e uma ausência de estruturas fazendárias. Nessa época, o Brasil era mais uma escala para as armadas que saíam de Lisboa para a Índia, um território de passagem e parada das embarcações portuguesas que rumavam para o Oriente.

Logo nesse início surgem duas questões que iriam marcar todo o período da colonização: o contrabando e as tentativas de ocupação do Brasil por outros países. O contrabando era praticado tanto por portugueses que não queriam pagar os tributos reais, quanto por outros estrangeiros que também tentavam se apossar das riquezas brasileiras.

Os franceses, por exemplo, eram presença tão constante na costa brasileira que por volta da segunda metade da década de 20 do século XVI, muitos se referiam às terras brasileiras como sendo posse francesa e não portuguesa. Além disso, os franceses já haviam conquistado a confiança de algumas tribos indígenas, o que facilitava sua presença no Brasil. Isso preocupou muito Portugal que aumentou as expedições para policiar o litoral da Colônia, tarefa inglória dada a vastidão do território.

Juntou-se a esses fatores a perda do monopólio sobre o rentável comércio indiano, pois outras nações também conseguiram chegar ao Oriente, fazendo concorrência aos comerciantes lusitanos. No mais, na Índia, aumentou a resistência dos habitantes locais à presença estrangeira o que aumentava também os gastos militares, fazendo os lucros astronômicos iniciais começarem a minguar.

4. PERÍODO COLONIAL

4.1. PRIMEIRA ETAPA DA COLONIZAÇÃO – DE 1530 A 1580

Com a diminuição dos lucros com o comércio indiano, a ameaça de perda das terras

brasileiras e a notícia de que os espanhóis haviam encontrado metais preciosos em suas possessões na América, o dilema sobre iniciar ou não a colonização no Brasil foi resolvido e, em 1530, a política de povoamento e estabelecimento de uma administração colonial começou a ser implantada.

Em 1532, foi fundada a Vila de São Vicente, uma das mais antigas do país e a mais remota da Colônia. Um grupo de jesuítas fundou um colégio no sertão dessa região, em torno do qual cresceu o povoado de São Paulo de Piratininga que, mais tarde, transformar-se-ia na cidade de São Paulo³⁶.

A colonização envolvia altos lucros para o Estado português mas demandava também altos gastos. Era necessário investir na infraestrutura local para extrair a rentabilidade tão desejada. O povoamento só seria possível se houvesse uma atividade econômica a lhe dar sustentação. Pensaram então na agricultura, mas precisavam de um produto que não fosse muito perecível e que chegasse ao mercado Europeu ainda com preços absorvíveis, já que os custos de frete eram muito altos.

Isso porque atravessar os mares naquela época não era tarefa das mais tranquilas. Os navios naufragavam com frequência. Era comum as frotas chegarem aos seus destinos desfalcadas, pois muitas caravelas sucumbiam à fúria do Atlântico. As calmarias, por sua vez, também não eram motivos de festa, pois podiam aumentar o tempo de viagem em mais de um mês, trazendo doenças e fome à tripulação. Havia também os ataques de piratas que pilhavam os navegantes. As remunerações da tripulação tinham que ser generosas para compensar tantos perigos, do contrário, não se encontrava quem aceitasse tal trabalho, havendo tantas outras atividades a serem desenvolvidas em terra firme, consideravelmente mais tranquilas e seguras. Todos esses fatores aumentavam muito os preços dos fretes e, por consequência, restringiam as opções de cultivo economicamente viável na Colônia.

Precisavam de um produto que fosse bem-aceito no mercado europeu a fim de compensar os altos gastos e os inúmeros perigos que os navegadores corriam. Chegaram a conclusão de que o açúcar não-refinado faria bem esse papel. Os portugueses já tinham experiência na sua produção e esse produto tinha muita aceitação na Europa. A escolha foi bem-sucedida, pois garantiu a posse portuguesa em várias partes das terras que lhes eram atribuídas pelo Tratado de Tordesilhas.

No âmbito administrativo, por sua vez, a solução encontrada foi a privatização da

36 Portal do Governo do Estado de São Paulo. História. A Colônia.

http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia_colonia

colonização por meio da instituição das capitanias hereditárias. Foram criadas legislações específicas para organizá-las:

1. As cartas de doação onde o soberano estabelecia os detalhes da doação da capitania ao donatário, tais como, delimitação do território, poderes, privilégios e obrigações; e
2. As cartas de foral onde era prevista a povoação e a consequente determinação de direitos, foros, tributos que deveriam ser pagos ao Rei, ao Capitão-Mor e Governador³⁷, ou seja, as cartas de foral estabeleciam o Direito Tributário da Colônia.

Essa legislação atribuía aos donatários a obrigação de prestar contas do arrecadado ao Estado português. Os tributos estabelecidos nessa época foram:

1. O quinto da extração do pau-brasil, das especiarias e das drogas a qual se efetivava por meio de concessões;
2. Os direitos das alfândegas reais, concernentes a importação e exportação que em geral correspondiam a 10% do total delas;
3. Os quintos dos metais e pedras preciosas; e
4. A dízima³⁸ do pescado e das colheitas de todos os produtos da terra, colhidos ou fabricados³⁹.

É de se notar que o quinto do ouro já era previsto mesmo antes da descoberta de metais preciosos em Minas Gerais, isto porque a busca por pedras e metais preciosos era um objetivo claro e constante do colonizador. No mais, havia metais e pedras preciosas em outras regiões do Brasil, contudo essas ficaram historicamente apagadas em razão das grandes quantidades encontradas em Minas.

A historiografia afirma que apenas duas capitanias vingaram, São Vicente e Pernambuco, ambas ligadas a produção açucareira. Em outras, os donatários nunca chegaram sequer a pisar. A falta de capital para investir e as reações violentas dos nativos representavam

37 BERNARDO RIBEIRO DE MORAES. Curso de Direito Tributário. Sistema tributário da Constituição de 1969. Vol. 1. São Paulo/SP. Editora Revista dos Tribunais. 1973. p. 35.

38 Em geral, dízima se referia à décima parte de um determinado valor, mas algumas vezes esse termo era empregado para outras porcentagens, como 2% por exemplo.

FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAFFRESP. 2000. p. 45.

39 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAFFRESP. 2000. p. 44.

grandes obstáculos, mas, mesmo assim, pode-se dizer que as capitanias hereditárias tiveram um relativo êxito e em 1548 já havia várias povoações portuguesas no Brasil que comercializavam com a Metrópole.

Essa fase da colonização também obrigou os portugueses a estabelecerem no Brasil uma estrutura de administração pública. Por isso, parte da arrecadação tributária destinava-se ao pagamento de funcionários administrativos e à construção das repartições da administração e das cidades à sua volta. Além dos donatários, a Coroa tinha também agentes especiais que arrecadavam e fiscalizavam os tributos na Colônia. Eram os rendeiros e seus auxiliares, os contadores, feitores e almoxarifes. A legislação da época também angariava fiscais tributários em potencial na população, por meio da delação premiada, ou seja, qualquer pessoa que delatasse um sonegador, abocanhava uma porcentagem do tributo.

Nessa época não havia um sistema tributário organizado, não havia controles de arrecadação de impostos e de orçamento. Saber quanto se arrecadava e como esses valores seriam gastos só se tornou uma preocupação após a emancipação política. As legislações brasileiras do período eram apenas réplicas das de Portugal, sem muitas preocupações com adaptações às realidades brasileiras.

De início, o modelo de capitanias hereditárias com a respectiva terceirização da arrecadação tributária aos donatários, parecia ser a solução perfeita, pois a Coroa portuguesa achava que o compartilhamento das rendas tributárias com os donatários os faria atuar com interesse e eficiência na arrecadação dos tributos na Colônia e prestação de contas ao soberano. Porém, na prática, o sistema idealizado não foi tão bem-sucedido nesse ponto. Em alguns casos, havia conluíus de funcionários com os donatários a fim de enriquecerem e voltarem a Portugal. Em outros, havia tamanha desídia a ponto de os funcionários não fazerem receita suficiente nem para o pagamento dos próprios salários.

Além disso, outros problemas decorrentes do sistema de capitanias começaram a aparecer. A concentração de atividades econômicas em poucas regiões deixava o território desprotegido e abria espaço para as investidas de nações europeias que também queriam explorar as riquezas do Brasil.

Os conflitos entre os portugueses e os demais estrangeiros que disputavam o Brasil redundavam rotineiramente na criação de mais e mais tributos sempre sob a alegação da necessidade de contratação de forças militares mercenárias para o combater os inimigos. A insatisfação dos colonos brasileiros com os altos tributos também passou a ser uma rotina.

Apesar de ainda jovem, o sistema de capitanias já dava sinais de falência e Portugal já começava a buscar alternativas para garantir a exploração eficiente das suas posses na América. Como as capitanias eram doações de caráter definitivo, a Coroa procurou uma solução intermediária criando um Governo-Geral para centralizar a administração colonial e retomou as capitanias que não tinham sido devidamente ocupadas pelos seus donatários, de acordo com o disposto na legislação que regia as doações. Assim o Governo-Geral passou a coexistir com as capitanias remanescentes.

A ineficiência da cobrança tributária teve grande peso na decisão de centralização político-administrativa da Colônia. Por isso o soberano nomeou pessoas de sua confiança para exercerem os cargos de Governador-Geral e Provedor-Mor da Colônia. A intenção era estabelecer uma organização administrativa na Colônia que evitasse a sangria do tesouro real.

No âmbito tributário, cabia ao Governador-Geral: taxar o preço do pau-brasil aos concessionários especiais, garantindo o monopólio da Coroa nesse produto e percorrer todas as capitanias ao longo da costa com o Provedor-Mor, informando-se dos impostos e rendas e do modo de sua arrecadação e aplicação e coletando demais informações junto aos funcionários reais a fim de fortificar as defesas da terra onde fosse necessário. Dentre as inúmeras atribuições do Provedor-Mor estavam a de superintender e fiscalizar a arrecadação de tributos e o seu recolhimento ao Tesouro da Coroa e fiscalizar a produção de açúcar nos engenhos⁴⁰.

A Coroa procurava exercer controle constante sobre os funcionários que cuidavam do Fisco para evitar fraudes ao erário. Em caso de falta grave o Provedor-Mor poderia até prender seus subordinados. A desconfiança da Metrópole era tanta que os funcionários do Fisco tinham que prestar fiança e colocar os bens a disposição para cobrir os prejuízos que porventura causassem. As autoridades fazendárias possuíam muitos poderes e não se subordinavam a outras autoridades portuguesas na Colônia, o que revela a importância das questões fiscais para a Coroa. O poder dos provedores extrapolava a matéria tributária, gerando situações de conflitos com a população local que exercia algumas atividades econômicas passíveis de cobrança⁴¹.

A medida que a economia se desenvolvia o cerco tributário ia se fechando. Os impostos de guerra e outros instituídos por motivos frívolos passaram a ser frequentes. Começavam

40 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAFFRESP. 2000. p. 49-50.

41 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAFFRESP. 2000. p. 51-52.

com o discurso de serem temporários, o que de certa forma arrefecia os ânimos, mas com o passar do tempo, os motivos passavam e os tributos permaneciam. As criações tributárias obedeciam o sabor do vento, prejudicando as atividades econômicas que exigiam um mínimo de planejamento para prosperarem. Os recolhimentos com frequência eram feitos de forma violenta, trazendo terror à população.

As relações entre a população colonial e o fisco português nunca foram tranquilas. Os interesses metropolitanos e da elite colonial começavam a se chocar. A exploração portuguesa atingia a elite colonial e esta repassava o ônus às camadas mais pobres intensificando a exploração. A Metrópole utilizava-se de diversas práticas para, rapidamente, transferir recursos para Portugal. Uma delas era a desvalorização da moeda da Colônia, assim a mesma quantidade de metal passava a valer menos acarretando prejuízos imediatos e causando revoltas na população.

Os colonos resistiam como podiam e uma dessas formas de resistência era a sonegação. As insatisfações eram tamanhas que acabaram por institucionalizar o contrabando em proporções tão elevadas que o governo português jamais deu conta de coibi-lo satisfatoriamente. A ineficiência da máquina administrativa, a injustiça fiscal do sistema, os abusos de poder das autoridades e a insatisfação dos colonos com a exploração davam azo ao desenvolvimento de uma série de formas de burla ao Fisco. A sonegação fiscal por parte dos contribuintes e a corrupção por parte dos funcionários responsáveis pela arrecadação eram uma ameaça constante à exploração colonial. Apesar disso, a arrecadação tributária da Coroa foi significativa nesse período graças à grande produção de açúcar.

O sucesso da atividade açucareira, no entanto, dependia do trabalho escravo já que, utilizando trabalho assalariado, a atividade tornava-se economicamente inviável. Os escravos eram então os verdadeiros produtores das riquezas coloniais, mas eram também mercadorias passíveis de tributação quando da sua entrada na Colônia e depois, quando já viviam no Brasil a mais tempo. O imposto sobre a venda de escravos “ladinos”, por exemplo, era de 5%⁴².

À primeira vista, os beneficiados com a escravidão seriam os senhores de engenho, contudo, as mercadorias produzidas no Brasil eram subvalorizadas e as advindas da Europa eram supervalorizadas. O sistema era desenhado para que toda riqueza escoasse para a Metrópole por meio de tributos e relações comerciais sempre mais favoráveis a Portugal.

42 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAUFRESP. 2000. p. 68.

4.2. REFLEXOS DA UNIÃO IBÉRICA NO BRASIL – DE 1580 A 1640

Em 1580, em razão de problemas dinásticos, a Coroa espanhola passou a controlar também a Coroa portuguesa, o que fez esse período ser conhecido como União Ibérica.

Com a União Ibérica, o Brasil passou legalmente ao controle de uma nova Metrópole, o império espanhol, o que provocou, o desconhecimento temporário do meridiano de Tordesilhas, abrindo, aos desbravadores portugueses, caminho para territórios da região amazônica e áreas que hoje constituem a parte central do Brasil.

Nesse período ocorreu a promulgação das Ordenações Filipinas que consolidou e ampliou as leis portuguesas e teve longa vigência no Brasil, de forma que, algumas de suas determinações, só foram revogadas pelo Código Civil de 1917⁴³.

A opressão portuguesa e espanhola não foi tão efetiva nesse período. Os espanhóis tinham muitas preocupações com questões dentro da Europa, onde também submetiam outros povos em um extenso império. Além disso, suas atenções dividiam-se ainda entre as possessões em outras partes da América, como México e Peru, de onde extraíam grandes quantidades de prata. Dessa forma, os interesses da Espanha no Brasil reduziam-se a lugares específicos, como, por exemplo, as já ricas regiões produtoras de açúcar do Nordeste.

Isso deu uma certa autonomia aos colonos brasileiros, mas a relativa liberdade não durou muito. Envolvida em muitos conflitos na Europa, a Espanha abre a guarda para os holandeses que ocuparam Salvador em 1624 e lá permaneceram por um ano até se renderem em 1625. Em 1630, eles atacaram Pernambuco dando início a uma longa guerra que perdurou até 1654 quando foram vencidos pelos portugueses. No período em que se instalaram nas regiões açucareiras de Pernambuco, os holandeses ditaram o sistema tributário daquela região.

Rodeada por inúmeras revoltas populares portuguesas, após quase 60 anos em vigor, a União Ibérica entra em uma crise que culminou com a restauração da Coroa portuguesa. As revoltas populares em Portugal repercutiram também no Brasil, influenciando e insuflando os colonos a terem a mesma atitude.

4.3. SEGUNDA ETAPA DA COLONIZAÇÃO – DE 1640 A 1700

Nesse período, Portugal liberta-se da Espanha, mas perde grande parte de suas colônias na África e na Ásia e mergulha numa grave crise econômica. Com os cofres vazios e sem

43 BORIS FAUSTO. História Concisa do Brasil. 2ª ed. São Paulo/SP. Editora da Universidade de São Paulo. 2014. p. 44.

muitas perspectivas, o Brasil passou a ser a tábua de salvação da Metrópole, e por isso o processo de colonização foi reacendido a todo vapor. A opressão colonial portuguesa, incluindo-se aí a opressão fiscal, foram intensificadas.

Os portugueses dessa época não eram mais os mesmos do início da colonização. Os primeiros, vinham ao Brasil dispostos a sofrer dificuldades com o intuito de enriquecer e voltarem para a terra natal. Com o passar dos anos, muitos ficaram raízes na Colônia e isso fazia com que desejassem que a riqueza ali produzida continuasse na região e não fossem transferidas quase que integralmente para Portugal.

A consciência da exploração portuguesa começava a ganhar contornos mais visíveis aos olhos dos colonos. Mesmo sem compreender plenamente o sistema, vários grupos começavam a discernir os efeitos negativos da colonização em suas vidas. Os questionamentos à opressão portuguesa começavam a surgir.

Existiam dois pontos de tensão no sistema colonial. O primeiro era a elite colonial agrária versus a burguesia mercantil portuguesa a qual usava de seus privilégios para estabelecer relações comerciais sempre muito favoráveis a si. Pagavam pouco pelos produtos brasileiros e vendiam suas mercadorias na Colônia a preços exorbitantes. Assim transferiam as riquezas produzidas na Colônia para a Metrópole com maior velocidade.

O outro ponto de tensão era entre senhores de terras e os escravos. Dentro da lógica colonialista portuguesa, a escravidão era a única forma de tornar a exploração do Brasil economicamente viável. Dessa forma, a mesma elite que era explorada pela burguesia mercantil portuguesa, também explorava os escravos que eram os verdadeiros produtores da riqueza colonial.

Dessa forma, a exploração que vinha da Metrópole para as elites coloniais era repassada dessas elites aos escravos. E como toda ação produz uma reação, as elites lutaram contra a opressão metropolitana e os escravos lutaram contra a opressão das elites locais, o que gerou rebeliões nos dois planos ao longo de toda a história do Brasil.

A expulsão dos holandeses de Pernambuco redundou em mais cobranças tributárias, sempre sob o pretexto de financiamento de tropas mercenárias para o combate. Mais uma vez, a população se revolta com a situação.

A produção de açúcar continuava sendo a principal fonte de riqueza naquele momento. Contudo, os holandeses expulsos do Nordeste brasileiro em 1654 desenvolveram o mesmo cultivo em suas possessões nas Antilhas Holandesas. Conseguiram abaixar seu preço e tinham

também fretes mais baratos. Assim, em pouco tempo, o açúcar holandês tornou-se mais atrativo ao mercado europeu, levando a região açucareira brasileira a entrar em um longo processo de decadência.

Isso impulsionou os portugueses a buscarem com maior obstinação metais e pedras preciosas, valendo-se para tanto do trabalho dos bandeirantes paulistas, pois o destino das elites portuguesas dependia dessas riquezas. Depois de várias décadas de muita procura, no final do século XVII os bandeirantes encontraram ouro em Minas Gerais. A salvação da economia portuguesa se anunciava e com ela uma das mais severas políticas colonialistas já vistas no Brasil. Práticas fiscais opressivas e injustas acompanhadas de terror e violência.

4.4. CICLO DO OURO – DE 1700 A 1808

A assinatura do Tratado de Methuen em 1703, designava Portugal como comprador preferencial de tecidos dos ingleses e estes, como compradores dos vinhos portugueses, selando uma balança comercial permanentemente desfavorável à Portugal. A fim de compensar um pouco essa situação, Portugal aumenta as pressões sobre o Brasil intensificando cada vez mais a sua opressão fiscal.

Inicialmente, a cobrança do quinto do ouro era feita por meio das casas de fundição que funcionavam como verdadeiros órgãos de arrecadação de tributos sobre o ouro. Elas existiram na estrutura da administração fiscal brasileira por mais de 250 anos. Sua função era recolher o metal trazido pelos mineradores, fundi-lo, purificá-lo, retirando dele o quinto real e devolvendo o resto transformado em barras, acompanhado de uma guia para o seu dono, este era chamado de “ouro quintado”⁴⁴.

Nessa época, diante da grande cobiça pelo ouro, foram desenvolvidos vários artifícios para despistar e proteger a preciosa carga. Uma dessas técnicas era colocar o ouro dentro de santos de madeira ocos por dentro a fim de transportar o metal precioso camufladamente. Assim procuravam evitar os saqueadores e o Fisco. Serviam pois como um tipo de cofre portátil. O imaginário popular tratou de associar tais imagens exclusivamente a burla do Fisco e elas viraram símbolo do contrabando do ouro em pedra ou pó ou de diamantes. Foi daí que surgiu a expressão popular “santinho do pau oco”. Contudo, até pela própria natureza da atividade, há poucos registros comprovados dessa utilização.

44 JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY. Dicionário de história tributária do Brasil. Brasília/DF. ESAF. 2002. p. 35.



*Nossa Senhora do Rosário, século XVIII
Museu da Inconfidência – Ouro Preto/MG.*

Em 1º de julho de 1735, sob a influência de Alexandre de Gusmão, a Coroa instituiu o sistema de capitação que consistia no estabelecimento de uma contribuição anual fixa, por homem livre ou escravo, paga em oitavas de ouro, sob o controle de um sistema de matrículas.

Nesse período, as casas de fundição foram abolidas e substituídas pelas Intendências do Ouro, órgãos que lançavam, fiscalizavam e arrecadavam no sistema de capitação. A ideia era viabilizar uma fiscalização mais eficiente que se limitava a verificar se os moradores estavam cadastrados e se haviam pago a capitação, o que dispensava permanentes vigílias em estradas e divisas.

Esse sistema, contudo, não vingou. A arrecadação não atingiu os índices esperados e os contribuintes que não estavam envolvidos na exploração do ouro protestavam por pagarem um imposto sobre uma atividade que não exerciam. Até os eclesiásticos que geralmente eram isentos, foram tributados nessa época. Esse sistema não levava em consideração a capacidade contributiva do sujeito passivo nem sua ligação com o fato gerador.

Em 1750, o rei D. José I, incitado pelo Conde de Oeiras e depois pelo Marquês de Pombal, demite Alexandre de Gusmão e extingue a capitação, restabelecendo as casas de fundição⁴⁵. Nessa época, as minas de ouro começaram a dar sinais de esgotamento. A Coroa, no entanto, não aceitava a redução da arrecadação e a opressão fiscal intensificada resultou na Conjuração Mineira.

45 JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY. Dicionário de história tributária do Brasil. Brasília/DF. ESAF. 2002. p. 34-35.

4.5. CONJURAÇÃO MINEIRA

Dentre as muitas revoltas registradas na história do Brasil, a Conjuração Mineira, por sua fama e por sua motivação claramente ligada à questão fiscal, merece destaque ao se falar em história dos tributos no Brasil.

Este tema é palpitante e sozinho seria suficiente para toda uma dissertação, contudo, não é este o nosso objetivo aqui. Nossa abordagem, não tem a pretensão de esgotar o assunto ou descer as suas minúcias. Apesar de muito estudada, esta conspiração é ainda muito controversa e polêmica, não havendo consenso sobre vários pontos da trama. Diante disso, decidimos fazer uma abordagem um pouco diferente das que encontramos. Os fatos onde há muita discrepância entre as fontes pesquisadas não foram aqui abordados, pois melhor admitir a lacuna do que preenchê-la com incertezas que podem gerar equívocos em série.

PRINCÍPIO

O Marquês de Pombal, Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, implantou diversas mudanças na máquina estatal portuguesa e da Colônia, dentre elas, o novo sistema de cobrança do quinto do ouro, com o retorno das casas de fundição e a instituição da derrama.

DERRAMA

Mas o que era a derrama?

O tributo era igual a um quinto (20%) do ouro extraído das minas. Todos que o extraíssem deveriam levá-lo às casas de fundição para retirada da parte relativa ao tributo e transformação do restante em barras identificadas com os selos e armas reais, como comprovação da quitação da obrigação tributária.

No final do ano, se a meta de arrecadação de 100 arrobas, aproximadamente 1.500 quilos de ouro, não fosse atingida, a Coroa poderia, a seu arbítrio, lançar um tributo suplementar visando completar a mencionada meta, a qual incidiria proporcionalmente sobre o patrimônio das pessoas de posse da região, ou seja, a cobrança derramava-se sobre os homens ricos⁴⁶. No dia marcado para a derrama, os soldados da Coroa invadiriam as casas daqueles que tinham posses e confiscariam bens até atingirem o valor devido, era, portanto,

46 TARCÍSIO JOSÉ MARTINS. Quilombo do Campo Grande. História de Minas que se Devolve ao Povo. Contagem/MG. Santa Clara. 2008. p. 68.

<http://www.mgquilombo.com.br/site/Livros-Quilombolas/livros/quilombo-do-campo-grande-a-historia-de-minas-que-se-devolve-ao-povo.html>

uma execução fiscal forçada e violenta.

O sistema da quintagem por fundição era menos cruel e menos injusto que a capitação⁴⁷, pois levava em conta na definição do sujeito passivo a sua ligação com o fato gerador. A derrama, apesar de mais violenta, também era menos injusta que a capitação, sob o ponto de vista da capacidade contributiva, pois incidia sobre os mais ricos e de forma proporcional.

Com o esgotamento do ouro na região, a arrecadação caía a passos largos. A Coroa portuguesa, sequer cogitava a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais, atribuindo a queda de arrecadação integralmente ao aumento do contrabando.

Assim, as pressões de cobrança aumentavam a cada dia e a meta anual de 100 arrobas impunha os contribuintes contra a parede por meio de endividamentos estratosféricos e de ameaças de cobrança violenta que poderiam levá-los à completa falência e à penúria total. A derrama acirrava os ânimos na relação já conflituosa entre o Fisco Real e os contribuintes coloniais.

Os ricos eram contra a derrama, porque eram eles que mais tinham a perder com a violência da cobrança fiscal. Os pobres não tinham posses e por isso nada tinham a temer neste caso. Toda essa situação, a insatisfação permanente com a exploração constante e sem retorno, associados às influências dos ideais da Revolução Francesa, do Iluminismo, da Revolução Industrial e da Independência das Treze Colônias acendiam os ânimos dos conspiradores incitando-os à insurreição⁴⁸.

PARTICIPANTES

O movimento pode ser dividido em 4 grupos⁴⁹:

Grupo 1 – Os ativistas: constituído por aqueles conjurados mais atuantes e que por isso ficaram na linha de frente.

47 Também pensa assim TARCÍSIO JOSÉ MARTINS. Quilombo do Campo Grande. História de Minas que se Devolve ao Povo. Contagem/MG. Santa Clara. 2008. p. 70.

<http://www.mgquilombo.com.br/site/Livros-Quilombolas/livros/quilombo-do-campo-grande-a-historia-de-minas-que-se-devolve-ao-povo.html>

48 O Museu da Inconfidência exhibe edição clandestina 1788 da publicação *Récueil des loix constitutives des colonies angloises, confederées sous la denomination d'Etats-Unis de l'Amerique Setentrionale* que foi apreendida com Tiradentes.

Museu da Inconfidência.

http://www.museudainconfidencia.gov.br/interno.php?pg=acervo_inconfidencia

49 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAESP. 2000. p. 159.

Nº	Nome	Dados encontrados
1	Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes)	Alferes ⁵⁰ , tinha 6 irmãos, perdeu o pai e mãe cedo. Teve várias profissões e ingressou nos Dragões de Minas Gerais ⁵¹ em 1775, atuava também como prático dentista, pois sabia arrancar dentes e fazer prótese, daí o apelido de “Tiradentes” pelo qual ficou conhecido.
2	José Álvares Maciel	O pai dele havia sido caixa de 3 contratos de entrada arrematadas por José Freire da Veiga, respondendo com seus bens pelas grandes dívidas em atraso
3	Francisco de Paula Freire de Andrade	Tenente-coronel, carioca, estava no comando dos Dragões a mais de um decênio. Seu pai e seu tio tinham sido governadores de Minas.
4	Carlos Corrêa de Toledo e Melo	Padre, veio de Taubaté, Estado de São Paulo, rico proprietário de lavouras e mineração, senhor de escravos
5	José da Silva de Oliveira e Rolim	Padre, hóspede de Domingos de Abreu Vieira, envolvido com tráfico de escravos e diamantes tentou obter do governador a revogação da ordem de seu banimento, sem êxito. Sua mágoa, aparentemente, o levou à conspiração ⁵²
6	Ignácio José de Alvarenga Peixoto	Coronel, brasileiro, estudou na Universidade de Coimbra, exerceu várias atividades públicas no Brasil e em Portugal, compôs poemas em homenagem ao Marquês de Pombal e foi nomeado ouvidor (magistrado real superior) da comarca de Rio das Mortes, em Minas Gerais. Estava endividado, a implantação de instalações hidráulicas em suas várias lavras auríferas fracassou, estava sendo executado pelo Junta de

50 Alferes – posto de oficial subalterno do Exército e da Força Aérea, superior ao de aspirante a oficial e inferior ao de tenente, e cuja insígnia é constituída por um galão estreito que é um tira de tecido usada como distintivo na manga ou nos ombros dos oficiais do exército, da marinha e da força aérea. Dicionário eletrônico da língua portuguesa. Porto Editora. Appstore.

51 Companhia de Dragões Reais de Minas era a polícia militar da época que depois virou Regimento Regular de Cavalaria de Minas (RRCM) e é considerada a célula-máter da atual Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

FRANCIS ALBERT COTTA. Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: Organização Militar nas Minas Gerais do século XVIII. Revista de Humanidades. Nº 3. V. 2. fev-mar/2001. Semestral. Caicó/RN. Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2001.

<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme03/001-p.pdf>

52 KENNETH MAXWELL. A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808). Tradução: João Maia. São Paulo/SP. Paz e Terra Editora. 2010. p. 197.

		Comércio de Lisboa ⁵³
7	Francisco Antônio de Oliveira Lopes	Coronel, fazendeiro e minerador e comandava a Cavalaria Auxiliar de São João Del Rei.
8	Luís Vaz de Toledo Piza	Sargento-mor
9	Domingos de Abreu Vieira	Contratante de dízimos, português, fazendeiro, padrinho da filha de Tiradentes, hospedava José da Silva de Oliveira Rolim, tinha relações financeiras com Cláudio Manoel da Costa que era também seu advogado nas questões legais atinentes ao contrato dos dízimos. Também estava endividado com a Fazenda Real. Associava-se a João Rodrigues de Macedo e Joaquim Silvério dos Reis, ambos portugueses, também com dívidas astronômicas com a Fazenda Real, seus nomes raramente eram citados nas reuniões dos conjurados

Grupo 2 – Os ideólogos: constituído por pessoas ligadas às letras e a literatura. Tinham a função de cuidar da parte ideológica do movimento, elaborando as leis e a Constituição do novo Estado para serem utilizados após a conquista da emancipação política.

Nº	Nome	Dados encontrados
10	Cláudio Manuel da Costa	Advogado, também formado em Coimbra, foi secretário de governo da capitania de Minas Gerais
11	Tomás Antônio Gonzaga	Ouvidor em Vila Rica, atual Ouro Preto, ocupou vários cargos públicos, inclusive o de provedor das Fazendas
12	Luís Vieira da Silva	Cônego

Grupo 3 – Os que tiveram menor envolvimento com as ações do movimento

Nº	Nome	Dados encontrados
13	Domingos Vidal de Barbosa	-
14	Manoel Rodrigues da	-

⁵³ KENNETH MAXWELL. A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808). Tradução: João Maia. São Paulo/SP. Paz e Terra Editora. 2010. p. 84 e 196.

	Costa	
15	José de Rezende Costa (pai)	-
16	José de Rezende Costa (filho)	-

Grupo 4 – Os que sabiam da conjuração, não participavam ativamente dela, mas também não a denunciaram de pronto, e preferiram aguardar os fatos, haja vista que a ruptura com Portugal também os poderia beneficiar.

Nº	Nome	Dados encontrados
17	Salvador de Carvalho do Amaral Gurgel	-
18	José de Oliveira Lopes	Padre
19	José Aires Gomes	Coronel, Contratante de tributos da Coroa
20	Antônio de Oliveira Lopes	-
21	João Dias da Mota	Capitão
22	Vicente Vieira da Mota	-
23	João da Costa Rodrigues	-
24	Vitoriano Gonçalves Veloso	-
25	Fernando José Ribeiro	-
26	José Martins Borges	-
27	João Rodrigues de Macedo	Contratante de tributos da Coroa
28	Joaquim Silvério dos Reis	Contratante de tributos da Coroa, português, coronel da Cavalaria de Milícias, fazendeiro com escravos. Devia muito dinheiro à Fazenda Real, em razão dos direitos de entrada na capitania contratados por eles e não pagos.

Como se pode ver, os integrantes eram militares, intelectuais, religiosos, fazendeiros, comerciantes e arrendatários de tributos⁵⁴ que estavam endividados perante a Fazenda Real.

⁵⁴ “A presença da Coroa, quer cobrando tributos, quer explorando os monopólios, era, em geral, posta em ação por meio de arrendatários. No século XIII, os tributos se concediam aos conselhos municipais, que os cobravam para o monarca. Mais tarde usou-se o sistema, que melhorou notavelmente a arrecadação, de confiar a tarefa da cobrança aos particulares, estimulando-se o capitalismo comercial, que se enriquecia na

Juntos, eles representavam grande parte da estrutura regional de poder da época.

As motivações individuais dos integrantes que estavam endividados ou simplesmente tinham posses são mais óbvias, já que a derrama os atingia diretamente. Contudo, os motivos pessoais que levaram os demais a participarem da conspiração, não ficam muito claros nos registros da história. Os fragmentos de fatos registrados são insuficientes para se chegar a uma conclusão segura. As motivações de foro íntimo de cada um dos integrantes do movimento poderiam ser infinitamente variadas, passando por razões banais ou egoísticas até o puro idealismo libertário e altruístico. Talvez no futuro tenhamos recursos para desvendar tais detalhes. No entanto, o que não se pode negar é que o fundamento da revolta cingia-se à questão fiscal, sendo o estopim do processo de reação a opressão colonizadora que a muito ali reinava.

A Conjuração Mineira não teve discursos no sentido de melhorar as condições das camadas mais pobres, sejam eles brancos ou negros. Os escravos também não ganhariam nada com a conspiração já que a cúpula do movimento nunca chegou a um consenso quanto a questão da escravidão.

Os negros e pardos eram maioria esmagadora na região, inclusive na população livre⁵⁵. Para tentar conseguir a adesão deles, os conjurados espalhavam boatos de que a derrama recairia sobre todos “por cabeça”, mas os boatos não colaram.

Eles queriam o apoio da maioria para dar força ao movimento, mas se insuflassem as massas e perdessem o controle da situação isso poderia prejudicá-los seriamente já que eram a classe abastada da região. Por isso ficavam receosos e reticentes sobre como atraí-los para o movimento sem tocar em questões que pudessem prejudicar os seus próprios interesses enquanto homens ricos que eram. Diante disso, o movimento acabou sendo feito predominantemente pelas classes sociais mais abastadas da época.

parceria com o Estado. Proliferaram os famosos contratadores, os quais, geralmente, obtinham o negócio por arrematação. Caracterizavam-se pela constante infidelidade nos compromissos com a Fazenda. Habitualmente achavam-se em atraso, peticionando prazos e delongas para cobrir os alcances. Exemplo de uma figura dessa classe seria Joaquim Silvério dos Reis, arrematante das entradas (tributo pago por toda a mercadoria que penetrasse na zona aurífera), desde 1782, e que em 1789 estava alcançado em 172 contos. A relutância dos contribuintes, o desvio de rendas pelo contrabando, além da má-fé ou desleixo do contratador, levavam a essa situação, da qual se remia o devedor com algum favor extraordinário prestado ao Rei”.

RAYMUNDO FAORO. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre/RS. Editora Globo. 1958. p. 112.

55 TARCÍSIO JOSÉ MARTINS. Quilombo do Campo Grande. História de Minas que se Devolve ao Povo. Contagem/MG. Santa Clara. 2008. p. 64.

PLANO

Os objetivos do movimento eram: romper com Portugal, adotar o regime republicano, liberar e favorecer a implantação de manufaturas no Brasil e criar uma universidade em São João Del Rei, o que a Metrópole proibia⁵⁶.

Os conjurados desenharam uma bandeira para ser usada após a libertação. Ela era composta por um fundo branco e um triângulo com a expressão “Libertas Quae Sera Tamen” que foi traduzida como “Liberdade ainda que Tardia” e inspirou a atual bandeira de Minas Gerais instituída pela Lei nº 2.793, de 08/01/63⁵⁷.



Bandeira de Minas Gerais⁵⁸

Para atingir seu intento, os conjurados planejaram armar homens e tomar pontos estratégicos da região. Domingos de Abreu Vieira comprometeu-se a fornecer pólvora para o levante. Se fossem presos, negariam a participação e a própria existência da rebelião. Tiradentes deveria prender em Cachoeira do Campo o Visconde de Barbacena, governador de Minas Gerais na época e depois o deportaria para fora da capitania ou, caso resistisse, lhe tiraria a cabeça para apresentar à tropa e ao povo em Vila Rica. A derrama seria o sinal para o início do plano.

ACONTECIMENTOS

No início de 1789, quando os boatos sobre aproximação da derrama começaram a se avolumar, os conspiradores começaram os atos preparatórios do plano. Tiradentes viajou ao Rio de Janeiro para adquirir armas.

56 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAFRESP. 2000. p. 158.

57 Site do Governo de Minas Gerais.

<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/5661-nossos-simbolos/26841-bandeira/5146/5044>

58 Foto do site Minas de Ensino 2012

<http://sgc.bernoulli.com.br/projetodeensino/2012-2-c/2012/11/02/historia/>

Mas a notícia da conspiração chegou aos ouvidos do governador e depois foi formalmente delatada por vários envolvidos endividados com o Tesouro Real e que pretendiam escapar das penas e obter o perdão de suas dívidas junto à Coroa portuguesa.

Rapidamente, 11 integrantes passaram de conspiradores a delatores. Joaquim Silvério dos Reis foi o primeiro deles.

Em sua carta-denúncia ele disse:

“(...) para esta conjuração, trabalhava fortemente o dito alferes pago Joaquim José, e que já naquela comarca tinha unido ao seu partido um grande séquito; e que cedo havia partir para a capital do Rio de Janeiro a dispor alguns sujeitos, pois o seu intento era também cortar a cabeça do Senhor Vice-Rei (...) Ponho todos estes tão importantes particulares na presença de V. Excia. pela obrigação que tenho de fidelidade, não porque o meu instinto nem vontade sejam de ver a ruma de pessoa alguma, o que espero em Deus que, com o bom discurso de V. Excia., há de acautelar tudo e dar as providências sem perdição de vassalos. O prêmio que peço tão somente a V. Excia., é o rogar-lhe que, pelo amor de Deus, se não perca a ninguém.

Meu senhor, mais algumas coisas tenho colhido e vou continuando na mesma diligência, o que tudo farei ver a V. Excia. Quando me determinar. Que o céu ajude e ampare a V. Excia. Para o bom êxito de tudo. Beijo os pés de V. Excia., o mais humilde súdito.

Joaquim Silvério dos Reis, coronel de Cavalaria dos Campos Gerais.

Borda do Campo, 11 de abril de 1789”⁵⁹.

Ele não só traiu o movimento como fez questão de que as autoridades portuguesas em Minas Gerais o reconhecessem oficialmente como o primeiro delator, para tanto, obteve uma declaração do governador em 25 de fevereiro de 1791⁶⁰ atestando que ele era o primeiro denunciante. Isso porque a delação era generosamente premiada, mas só valia para o primeiro. Como ele não queria correr o risco de perder os benefícios, passou a dianteira dos demais que tiveram o mesmo pensamento e entrou para história brasileira como traidor.

Alertado, o governador suspendeu a derrama e expediu ordem de prisão contra os conspiradores. Tiradentes foi capturado no dia 10 de maio de 1789 quando ainda estava no Rio de Janeiro e ficou preso por quase 3 anos enquanto a Coroa investigava quem eram os outros conjurados que logo também foram capturados, presos e torturados. Esse processo de

59 RICARDO TOSTO E PAULO GUILHERME M. LOPES. O Processo de Tiradentes. São Paulo/SP. Conjur Editorial.

60 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAUFRESP. 2000. p. 165.

investigação chamava-se Devassa.

Nos interrogatórios, vários conjurados se voltaram contra Tiradentes. Ele a princípio negou a existência do movimento, conforme haviam combinado, mas depois assumiu ter idealizado tudo, sem ter sido influenciado por ninguém. No julgamento, alguns acusados foram inocentados, os demais foram condenados, uns ao degredo e outros à morte pelo crime de lesa majestade⁶¹ (falta de fidelidade à rainha).

Todas as penas de morte, porém, foram comutadas para degredo perpétuo, exceto a de Tiradentes⁶².

O sistema penal da época previa a aplicação das penas conforme a condição da pessoa. Alguns detinham privilégios por fazerem parte da nobreza local ou da corte, outros tinham privilégios em razão da função que exerciam, tais como magistrados ou eclesiásticos. Tiradentes não tinha nenhuma forma de privilégio⁶³.

Considerando que a Conjuração Mineira não chegou às batalhas, para eleger seus heróis o critério mínimo seria o da sua conduta no momento da prisão, tortura e interrogatórios. Sob esse prisma os heróis são⁶⁴: 1) Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, brasileiro; 2) Luís Vieira da Silva, brasileiro; 3) Tomaz Antônio Gonzaga, português; 2) José da Silva de Oliveira Rolim.

A condenação de Tiradentes foi prolatada em 18 de abril de 1792. O acórdão dos Juízes da Devassa dispôs da seguinte forma:

“Portanto condenam ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes,

61 Ordenações Filipinas. Livro V. Título VI. Do crime de Lesa Magestade “Lesá Magestade quer dizer traição cometida contra a pessoa do Rey, ou seu Real Stado, que he tão grave e abominavel crime, e que os antigos Sabedores tanto estranharão, que o comparavão à lepra; porque assi como esta enfermidade enche todo o corpo, sem nunca mais se poder curar, e empece ainda aos descendentes de quem a tem, e aos que com elle conversão, polo que he apartado da comunicação da gente: assi o erro da traição condena o que a commette e empece e infama os que de sua linha descendem, postoque não tenham culpa”.

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15p1153.htm>

Ver também REGINA CIRINO ALVES FERREIRA. Caso Tiradentes e Repressão Penal: Passado e Presente. Revista Liberdades. Vol 01. maio-ago/2009. São Paulo. IBCCRIM. 2009. p. 83.

http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/1/historia.pdf

62 Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. v. 7. 2ª ed. Brasília/DF. Câmara dos Deputados. Belo Horizonte/MG. Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1982. p. 271.

<http://portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br/leitura/web/v7?p#>

63 MARCOS MAGALHÃES. Historiador. Vídeo. Tiradentes. Série “Construtores do Brasil”. TV Câmara. 5:24

<https://www.youtube.com/watch?v=P0D-2Vodm9w>

64 TARCÍSIO JOSÉ MARTINS. Quilombo do Campo Grande. História de Minas que se Devolve ao Povo. Contagem/MG. Santa Clara. 2008. p. 80-83.

alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas, a que, com barão e pregão, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde no lugar mais público será pregada em um poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes, pelo caminho de Minas, no sítio da Varginha e das Cebolas, onde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações até que o tempo também os consuma, declaram o réu infame, e seus filhos e netos tendo-os, e os seus bens aplicam para o Fisco e Câmara Real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e não sendo própria será avaliada e paga a seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável réu; (...)”⁶⁵.

Três dias depois ele foi enforcado em praça pública no Rio de Janeiro, seu corpo foi esquartejado, a cabeça e os quatro membros foram salgados para não apodrecerem rapidamente. A cabeça foi exposta em Vila Rica e os membros foram pendurados em postes ao longo da estrada entre o Rio de Janeiro e Minas. Dizem que logo no início a cabeça de Tiradentes desapareceu e nunca mais foi encontrada. Seus bens foram confiscados, sua casa destruída, o chão foi salgado para que nada brotasse naquele solo e as autoridades declararam infames todos os seus descendentes⁶⁶.

Em razão de suas ideias republicanas, a memória de Tiradentes ficou esquecida durante todo o período do Império e foi resgatada somente na República. Hoje ele é considerado um mártir da Independência e da República. A data da sua morte, 21 de abril, é feriado nacional⁶⁷.

Joaquim Silvério dos Reis obteve como prêmio por sua traição o perdão de suas dívidas com a Fazenda Real. Há controvérsias, mas alguns livros dizem que ele ainda recebeu a concessão do hábito da Ordem de Cristo com direito a uma pensão por serviços prestados, o título de fidalgo, bem como a nomeação para tesoureiro-mor da Bula de Minas, Goiás e Rio de Janeiro.

A imagem de traidor o perseguiu pelo resto da vida e da morte, havendo relatos de que ele teria até sofrido atentados por isso. Odiado e atormentado, acabou por se mudar para o

65 Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. v. 7. 2ª ed. Brasília/DF. Câmara dos Deputados. Belo Horizonte/MG. Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1982. p. 235-236.

<http://portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br/leitura/web/v7?p#>

66 Foto de neta de Tiradentes.

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31227

67 Lei nº 662, de 06/04/1949 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0662.htm

Maranhão, refugiando-se em meio à numerosa Colônia lusitana. Alguns livros informam que Joaquim Silvério dos Reis teria voltado para Portugal em 1821, mas seu túmulo está na Igreja de São João Batista em São Luís com data de 1819, contudo, ele foi destruído quando de reformas feitas na igreja.

Os outros delatores foram: 1) Basílio de Brito Malheiro do Lago, português; 2) Domingos de Abreu Vieira, português; 3) Domingos Vidal de Barbosa, brasileiro; 4) Fernando José Ribeiro, português; 5) Francisco Antônio de Oliveira Lopes, brasileiro; 6) Francisco de Paula Freire de Andrade, brasileiro; 7) Ignácio Correia Pamplona, português; 8) José de Alvarenga, brasileiro; 9) Vicente Vieira da Mota, português; 10) José de Rezende Costa⁶⁸.

Durante muito tempo, os historiadores brasileiros reproduziram em suas obras o termo Inconfidência Mineira em vez de Conjuração Mineira. Outros historiadores, no entanto, criticam essa escolha, isso porque a palavra inconfidência significa falta de lealdade, abuso de confiança e conjuração significa conspiração contra uma autoridade estabelecida, projeto secreto contra uma pessoa ou instituição, complô. Ou seja, inconfidência é termo que por seu significado, daria ao movimento um cariz de ilegitimidade, descrevendo-o sob a perspectiva do colonizador enquanto conjuração o designaria sob uma ótica mais voltada para uma legítima luta de libertação.

Sobre este assunto, Rubim Santos Leão diz que o que ocorreu em Minas Gerais foi um projeto de libertação para o Brasil e não um ato de infidelidade dos colonos para com Portugal. Traidores, ou inconfidentes, esses homens o foram segundo a ótica das autoridades coloniais, como brasileiros, devemos contar a nossa história sob a nossa perspectiva⁶⁹. Nesse raciocínio, a inconfidência (traição) foi praticada pelos delatores da Conjuração Mineira e não pelos conjurados que lutavam por libertação.

O fato é que, no Brasil atual, a palavra inconfidência é muito pouco empregada no sentido de traição ou deslealdade. Seu uso acabou ficando de certa forma reservado ao movimento que transformou Tiradentes em mártir, de modo que a palavra inconfidência hoje, perdeu sua semântica original. De tanto ser usada, quase que de forma exclusiva para referir-se a conspiração que levou Tiradentes ao cadafalso, a palavra inconfidência hoje nos remete a ideia de atos de heroísmo, de orgulho nacional, de amor a pátria e não a traição. Tanto é assim que existe até a Medalha da Inconfidência que é honraria de homenagem aos cidadãos

68 TARCÍSIO JOSÉ MARTINS. Quilombo do Campo Grande. História de Minas que se Devolve ao Povo. Contagem/MG. Santa Clara. 2008. p. 73-79.

69 RUBIM SANTOS LEÃO. Um sonho de liberdade – A conjuração de Minas. São Paulo/SP. Moderna, 1998. p. 7.

reconhecidos no cenário nacional⁷⁰.

A Lei nº 9.255, de 03/01/1996 concedeu pensão especial no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) a Lúcia de Oliveira Menezes, tetraneta de Tiradentes⁷¹. Em discussão judicial sobre a possibilidade de acúmulo com a pensão recebida por ela em razão do falecimento de seu pai, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve as pensões da tetraneta de Tiradentes. Em sua fundamentação o Ministro relator Gilmar Mendes fala que “a pensão estabelecida pela Lei nº 9.255/96 tem natureza reparadora e pretende homenagear a memória de Tiradentes”⁷².

O episódio de Tiradentes é um caso emblemático de revolta relacionada a questão tributária. Muito embora essa não tenha sido a sua causa exclusiva, foi o estopim que impulsionou os acontecimentos acima narrados.

4.6. SÍNTESE DOS TRIBUTOS NO BRASIL COLONIAL – DE 1500 A 1808

I – Governo Geral/Capitania Hereditárias/Sesmarias:

1. Quinto da extração do pau-brasil, especiarias e drogas;
2. Vintena do pescado (de vinte peixes, um);
3. Direito de postagem nos rios;
4. Quinto sobre todas as pedras preciosas, ouro, prata, cobre, chumbo, estanho, aljôfar, coral, pérola etc;
5. Donativo e a terça parte dos ofícios;
6. Contratos de entradas;
7. Contratos de dízimos;
8. A Dízima das colheitas e do comércio com o exterior;
9. Foros, rendas e direitos das alcaidarias-mores.

II – Outros impostos que foram acrescentados durante o período colonial:

ORDINÁRIOS

70 Site Agência Minas Gerais Governo de Todos.

<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/governo-publica-lista-de-agraciados-com-a-medalha-da-inconfidencia/>

71 Lei nº 9.255, de 03/01/1996 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9255.htm

72 Tetraneta de Tiradentes tem pensões mantidas pelo STF.

<http://m.stf.jus.br/portal/noticia/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=71124>

1. Sisas;
2. Alcavalas;
3. Imposto de chancelaria, ou seja, selos criados pelo alvará de 10 de março de 1797;
4. Imposto de passagem;
5. Dos engenhos;
6. Tributos diversos lançados pelas Câmaras Municipais;
7. Subsídio Literário.

EXTRAORDINÁRIOS

1. Donativos espontâneos;
2. Cotas para indenização de guerra;
3. Contas para manter tropas e fortalezas nas guerras sustentadas contra franceses e holandeses;
4. Donativos para consórcio de membros da família real;
5. Imposto de dez anos para a reconstrução da cidade e do porto de Lisboa;
6. Imposto de consulado para a organização da primeira esquadra de comboio.

III – Impostos e taxas pagas ao clero

1. direitos paroquiais;
2. Emolumentos;
3. Prós e percalços;
4. Benesses espórtulas.⁷³

5. TRANSIÇÃO – DE 1808 A 1822

Em razão do expansionismo napoleônico, a elite do reino lusitano se refugiou no Brasil. O ano de 1808 é portanto um marco na história do Brasil, pois a presença da Família Real e da corte portuguesa traria diversas mudanças ao cenário brasileiro.

Portugal, invadido pelas tropas de Napoleão, ficou a mercê de toda sorte de taxações tributárias por parte dos conquistadores. As guerrilhas portuguesas, em resposta, combatiam

⁷³ FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAFRESP. 2000. p. 306.

os dominadores em campanhas militares violentas, onde eles raramente faziam prisioneiros. Assim, subjugados pela opressão fiscal, colocaram os invasores pra correr⁷⁴.

A corte deixou Portugal em 29 de novembro de 1807 escoltada por uma esquadra inglesa que os acompanhou até o Brasil. Esse período ficou conhecido como governo Joanino por ser comandado pelo Príncipe-Regente, D. João, mais tarde D. João VI.

A partir de 28 de janeiro de 1808, D. João abre os portos brasileiros às nações amigas. Os navios ingleses tinham o mesmo tratamento que os portugueses e vice-versa na Inglaterra. A reciprocidade, no entanto, dava vantagem aos ingleses que, nessa época, tinham melhores condições de realizar um comércio mais volumoso que os portugueses. A balança comercial brasileira tornava-se deficitária já que não era possível vender mais do que comprar. O comércio brasileiro/português ficou então nas mãos dos ingleses.

Em 1815 o Brasil passou de colônia portuguesa à condição de reino unido ao de Portugal, cuja designação oficial era Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Nessa fase o Brasil deixa de ser uma colônia, propriamente dita, mas ainda não é um país independente. Esse é um período de transição entre o Brasil-Colônia e o Brasil independente.

Mesmo as elites coloniais tinham um padrão de vida, em geral, bem inferior ao da comitiva real que vivia de forma suntuosa no Brasil. A presença da Família Real portuguesa em solo brasileiro acarretava grandes despesas e o único meio que eles encontravam para financiar tais gastos era criar tributos.

Assim, a antiga estrutura tributária manteve-se intacta, mas novos tributos foram acrescentados para sustentar os vultosos gastos da elite lusitana aportada nessas terras. Eles eram criados sem qualquer racionalidade ou planejamento. Os critérios de instituição tributária não obedeciam qualquer lógica objetiva e eram pautados unicamente nas necessidades luxuosas imediatas da Coroa.

Nessa época surge a primeira modalidade de imposto predial da nossa história, a décima urbana, que tinha uma alíquota de 10% sobre o valor de locação dos imóveis. Depois foi criada a décima de heranças e legados, sisa dos bens de raiz e meia-sisa dos escravos que era 5% do valor do escravo herdado ou doado.

As isenções concedidas visavam estimular certas atividades. Um exemplo é a isenção da dízima urbana de 1811, dada por 10 anos aos que construíssem em aterros, terrenos

74 Penas tributárias impostas ao povo de Portugal pelo exército invasor em 1808.

http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria_fazendaria/penas tributarias/default.asp#

enxugados e por 20 anos aos que construísssem em terrenos pantanosos. Além desses tributos, muitos outros envolvendo selos, foros de patentes, direitos de chancelaria, taxas de correio, sal, sesmarias, ancoragem e outros impostos particulares cobrados pelos magistrados, figurando como taxas municipais, pesavam sobre o contribuinte⁷⁵.

É de se notar que a destinação dos recursos arrecadados era sempre a manutenção e o bem-estar da Corte. Não havia aqui qualquer orientação fiscal que direcionasse as rendas tributárias em benefício da população e a opressão fiscal continuou a ser exercida com severidade crescente.

O período joanino também foi permeado de manifestações de revolta. A Revolução Pernambucana de 1817 foi uma delas. Nela foram questionados os aspectos mais injustos da política tributária da região além de se levantarem aspirações de justiça social como o fim da escravidão.

Essa revolução inseria-se no contexto econômico-tributário já que a região, empobrecida pela decadência açucareira, não possuía recursos financeiros para suportar toda sorte de taxas que eram criadas para a manutenção da Corte no Brasil. A repressão portuguesa ao movimento foi violenta como em outros tantos episódios da história do Brasil. Com a derrota dos revolucionários seus principais líderes foram executados no mesmo ano de 1817.

6. PERÍODO IMPERIAL

6.1. PRIMEIRO REINADO – DE 1822 A 1831

Com o fim do período napoleônico, a corte portuguesa e o parlamento luso pedem o retorno de D. João VI a Portugal. Em 1821 ele volta, mas deixa seu filho D. Pedro como príncipe regente. Levou consigo, no entanto, todas as riquezas que pode carregar, inclusive todo o ouro que havia no Banco do Brasil, fundado por ele próprio em 1808⁷⁶. Isso agravou a crise financeira brasileira.

Cientes de que Portugal desejava recolonizar o Brasil, as elites brasileiras investem maciçamente no príncipe regente e em 7 de setembro de 1822 é proclamada a independência. Assim começa o 1º Império do Brasil comandado por D. Pedro I, filho de D. João VI.

A historiografia registra que a separação entre Brasil e Portugal foi fruto de um arranjo político feito a portas fechadas com a participação das elites do Brasil e intermediação da

75 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAESP. 2000. p. 185-186.

76 Ver <http://www.bb.com.br/portalbb/page1,136,3527,0,0,1,8.bb>.

Inglaterra. Pela independência, o Brasil teve que pagar 2 milhões de libras esterlinas para Portugal, dinheiro este que foi emprestado pela Inglaterra e que deu início à dívida externa brasileira⁷⁷.

A independência surpreende pela ausência de repercussões mais profundas. Nas estruturas econômicas, sociais e políticas do país quase não houve transformação. A economia continuou baseada na monocultura latifundiária, escravocrata e agroexportadora. A novidade era apenas o contato comercial direto das elites coloniais com as potências industriais da Europa.

A forma de cobrança e a arquitetura tributária também não mudaram quase nada em relação ao período colonial. No âmbito tributário, a maior mudança que o rompimento com Portugal trouxe foi o fato da arrecadação passar a ficar com o próprio país. Porém, o dinheiro continuava a ser mal gerido, desperdiçado e desviado, além de não ser revertido em benefício da sociedade de forma satisfatória. O Imperador, por exemplo, gastou muito dinheiro em aventuras militares que foram custeadas por empréstimos externo e aumento da carga tributária.

No cenário político surgiram resistências ao absolutismo. Nas discussões precedentes à elaboração da primeira Constituição brasileira ficou evidente que D. Pedro I não estava disposto a abrir mão dos poderes de Imperador. Os debates se polarizaram entre dois grupos, os liberais, que queriam mais autonomia, e os conservadores, que reuniram-se em torno do monarca.

O ante-projeto de Constituição elaborado em 1823 era de caráter liberal e causava estranhamento no grupo conservador. D. Pedro I então, dissolveu a Assembleia Constituinte, prendeu os principais líderes da oposição liberal e designou membros para a formação de um conselho que deveria elaborar a nova Constituição.

Assim foi outorgada por D. Pedro I a Constituição do Brasil, de 25 de março de 1824, cuja a característica mais marcante era a previsão de um poder moderador, além do legislativo, executivo e judiciário⁷⁸.

77 ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS. A Independência e o Império do Brasil. Vol. 18. Brasília/DF. Edições do Senado Federal. 2004.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1089/693415.pdf?sequence=4>

78 Art. 10. Os Poderes Políticos reconhecidos pela Constituição do Império do Brasil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial.

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes Políticos.

No âmbito tributário, o seu art. 179, inciso XV, da referida Constituição dizia que “ninguém será exempto de contribuir para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres”. Até hoje lutamos para por isso em prática e ainda não conseguimos. No sistema tributário brasileiro atual, muitos que tem larga capacidade contributiva são isentos de impostos pagos por outros que tem capacidade reduzida. No universo dos tributos que todos pagam, a carga é proporcionalmente mais pesada sobre quem tem menos e mais leve sobre quem tem mais.

6.2. PERÍODO REGENCIAL – DE 1831 A 1840

O ordenamento jurídico imperial permitia a cobrança de tributos para a construção de igrejas. Essa sistemática foi herdada do período colonial e permitia que o Imperador indicasse nomes para o preenchimento dos cargos eclesiásticos de maior importância que seriam acatados após confirmação papal. O clero, por sua vez, recebia auxílios financeiros do governo de forma direta. Assim, os padres eram, praticamente, funcionários do Estado.

Nesse período, foram promulgadas várias leis que impunham tributos para a construção ou melhoria de igrejas. As normas da época revelavam um grande nível de entrelaçamento entre Estado e religião. As despesas com a Igreja Católica eram previstas no orçamento, assim, todos eram obrigados a contribuir para a sustentação do catolicismo, independente da crença que professassem. Somente na Constituição de 1891 o Estado foi laicizado.

Nessa época, o absolutismo de D. Pedro I se choca com as aspirações “liberais” da elite agrária do Brasil. O termo “liberais” está entre aspas porque o projeto da aristocracia rural era liberal/conservador, ou seja, liberal na aparência, conservador na essência. Defendiam o liberalismo somente para eles próprios, em relação ao resto da população eles eram conservadores, pregando a manutenção de institutos como a escravidão, por exemplo. Tinham um discurso político liberal, mas queriam conservar os privilégios que antes somente os colonizadores usufruíam, entrando em contradição.

O conflito político entre D. Pedro I e a aristocracia culminou com a abdicação do Imperador em 07 de abril de 1831. D. Pedro de Alcântara deveria ser o novo imperador, mas nessa época ele tinha apenas 5 anos de idade e para ser coroado seria preciso esperar até que completasse 18 anos.

Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

Em todos os cantos do país estouraram rebeliões, em sua maioria de cunho separatista ou federalista. A participação popular esteve presente em muitas dessas manifestações. Para essas, em específico, eram reservadas as soluções mais violentas. Nesse período ocorreram as seguintes revoltas: Cabanagem, de 1835 a 1840 no Pará; a Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a Sabinada, de 1837 a 1838 na Bahia e a Balaiada, de 1838 a 1841 no Maranhão e Piauí.

Dentre os movimentos do período regencial, do ponto de vista tributário, merece destaque a Revolução Farroupilha. Seu mote foi a pesada carga tributária imposta ao charque e couro que eram produzidos, principalmente, no sul do país. A tributação imposta deixava os produtos brasileiros em desvantagem concorrencial frente aos produtos uruguaios, paraguaios e argentinos. Quando as tensões em razão da situação se avolumaram, os protestos culminaram na Revolta.

O período regencial foi também um marco na sistematização dos impostos no Brasil. Nele procurou-se clarificar certos aspectos tributários. As normas dessa época passaram a discriminar quais eram os tributos centrais e provinciais. A divisão tributária entre esferas, que talvez hoje possa parecer um tanto óbvia, nasceu nesse período, entre a saída de D. Pedro I e a proclamação da maioridade de D. Pedro II. Os movimentos de revolta contribuíram para esse quadro tributário positivo que sinalizava uma reorientação política de redistribuição do poder entre o governo central e as províncias.

As administrações locais podiam criar tributos desde que fossem diferentes dos reservados à competência exclusiva do governo central. A capacidade de receber tributos específicos demonstrava uma autonomia embrionária a despontar nas províncias. Contudo, elas ainda não estavam satisfeitas com o que obtiveram do governo central e por isso alimentavam ideias de maior autonomia que impedissem os excessos do Imperador. Dessa forma, em geral, no período regencial predominaram as disputas entre centralização e descentralização político-administrativa, as quais se prolongariam por todo o período imperial.

6.3. SEGUNDO REINADO – DE 1840 A 1889

No dia 23 de julho de 1840, D. Pedro II assume o trono com apenas 15 anos. Sua maioridade foi antecipada em uma tentativa de conter as rebeliões regenciais. O poder político da aristocracia rural crescia a olhos vistos. A cena política continuava polarizada entre conservadores e “liberais”.

Os conservadores apoiavam a monarquia centralizadora, os liberais, o federalismo. Mas estes grupos não possuíam uma divisão muito clara e definida. Eles mudavam de posição conforme a conveniência e a oportunidade dos seus interesses pessoais. Às vezes haviam diferenças internas, às vezes se uniam ao sabor das circunstâncias.

No início desse período, a base da economia continua a ser as exportações com exploração da mão de obra escrava e, em decorrência disso, a principal fonte de rendas do Estado eram as tarifas alfandegárias. Mas há muito tempo a escravidão já não interessava à Inglaterra. Ela pressionava o Brasil como podia, a fim de que essa prática fosse extinta, pois desejava liberar o capital brasileiro destinado à aquisição de escravos para as mercadorias britânicas. Uma dessas pressões se deu em 1845, quando o parlamento inglês aprovou a Lei Bill Aberdeem que autorizava a Marinha inglesa a revistar os navios suspeitos de realizarem tráfico de escravos.

Mesmo com a Inglaterra no encalço das elites brasileiras, elas resistiram à abolição da escravatura no Brasil, tornando o processo lento e arrastado. Os donos do poder econômico no país viam grande dificuldade nessa mudança por entenderem que a mão de obra escrava era essencial para suas atividades econômicas.

O processo de abolição da escravatura foi gradual e passou pelas seguintes normas:

1. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850⁷⁹ (Lei Eusébio de Queiroz), que estabeleceu medidas de repressão ao tráfico de escravos no Império;
2. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871⁸⁰ (Lei do Ventre Livre), que declarou livres os filhos de escravas que nascessem a partir desta lei, dentre outras providências;
3. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885⁸¹ (Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários)⁸², que regulava a extinção gradual da escravidão e, por fim;

79 Ver a referida lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm

80 Ver a referida lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040.htm

81 Ver a referida lei em

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>

82 Lei nº 3.270/1885. Art. 3º Os escravos inscriptos na matricula serão libertados mediante indemnização de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal. (...)

§ 10. São libertos os escravos de 60 annos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta Lei; ficando, porém, obrigados, a título de indemnização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de tres annos.

§ 11. Os que forem maiores de 60 e menores de 65 annos, logo que completarem esta idade, não serão

4. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888⁸³ (Lei Áurea), que declarou extinta a escravidão no Brasil.

O capital utilizado na compra de escravos passa paulatinamente a ser direcionado para outros setores da economia, tais como a indústria, área portuária e financeira. O café passou a ser o produto de destaque na economia nacional, fazendo dos cafeicultores do oeste paulista o setor econômico mais avançado desse período.

Inicia-se o processo de imigração e o país começa a receber muitos estrangeiros que vem substituir o trabalho escravo e atender ao enorme crescimento da economia cafeeira. A liberação do capital antes aplicado na aquisição de escravos se revela vantajosa aos olhos dos cafeicultores. Em 1870 as novas elites fundam o Partido Republicano e oficializam sua participação política nas questões nacionais.

A política tributária de todo o período monárquico brasileiro tinha um cunho predominantemente centralizador. Os impostos alfandegários continuavam a ser a principal fonte de receita do país, mas com o trabalho assalariado, novas formas de tributação passaram a ser gestadas.

Para tentar diminuir os crônicos déficits orçamentários foi instituída em 12 de agosto de 1844 a Tarifa Alves Branco que taxava a importação de produtos, sem similar nacional, em 30% e, com similar nacional, em 60% *ad valorem*. A medida desagradou a Inglaterra, bem como outros países exportadores e também os ricos consumidores dos produtos estrangeiros no país, que tiveram que pagar mais caro pelo que desejavam comprar.

No período de vigência da Tarifa Alves Branco, o orçamento brasileiro pôde respirar um pouco. Mas além disso, ela também estimulou a indústria nacional já que os custos de implantação de pequenas fábricas para substituição dos produtos importados era bem atraente. Apesar das insatisfações, ela vigorou até 1860, quando o governo imperial não conseguiu mais resistir às pressões dos grupos insatisfeitos.

Vários acontecimentos ocasionaram alterações tributárias no reinado de D. Pedro II.

sujeitos aos alludidos serviços, qualquer que seja o tempo que os tenham prestado com relação ao prazo acima declarado.

§ 12. É permittida a remissão dos mesmos serviços, mediante o valor não excedente à metade do valor arbitrado para os escravos da classe de 55 a 60 annos de idade.

§ 13. Todos os libertos maiores de 60 annos, preenchido o tempo de serviço de que trata o § 10, continuarão em companhia de seus ex-senhores, que serão obrigados a alimentar-os, vestir-os, e tratar-os em suas molestias, usufruindo os serviços compativeis com as forças delles, salvo si preferirem obter em outra parte os meios de subsistencia, e os Juizes de Orphãos os julgarem capazes de o fazer.

83 Ver a referida lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm

Alguns tributos foram majorados em razão das crises do café e de calamidades públicas como surtos de febre amarela e cólera em 1863. Mas o principal acontecimento que levou à elevação tributária foi a Guerra do Paraguai onde o Brasil teve grande participação.

As altas despesas geradas pela guerra agravaram a situação econômica do país. Ao término do conflito, o governo imperial começa a rever a sistemática tributária e alguns impostos são extintos. Algumas províncias reclamavam que suas assembleias estavam cobrando tributos que estariam dentro da esfera exclusiva do poder central. A polêmica culminou com a emissão de um parecer do Tesouro Nacional que registrou quais tributos eram de competência do Império e quais seriam das Províncias.

O sistema fiscal do Segundo Império avançou em relação ao do Primeiro. No entanto, ainda padecia de inúmeras falhas que ocasionavam déficits orçamentários. As cobranças eram desorganizadas, feitas em parte por arrendatários ou contratadores e em parte por agentes do governo, o que dificultava a previsão orçamentária.

Os conflitos entre províncias e governo central levavam muitas vezes à bitributação e até tritributação. Muitas províncias não conseguiam se sustentar com aquilo que arrecadavam. Algumas até mandaram a conta para o governo custear, outras invadiam a competência tributária do governo central. Ao final do Império, alguns tributos foram descentralizados, mas, mesmo assim, o Império terminou sem que se conseguisse chegar a uma distribuição tributária razoável entre a receita geral e a provincial ⁸⁴.

Ao decretar a Lei Áurea sem prever indenização, o Império despertou a ira dos senhores de escravos que tornaram-se republicanos de última hora apenas em retaliação à monarquia. Os progressistas achavam que o Império tinha demorado muito a extinguir a escravidão. Os militares se sentiam desvalorizados pela política do regime imperial. A Guerra do Paraguai evidenciou essa desvalorização, além de difundir os ideais republicanos entre eles.

Muitas eram as mazelas do país, a insatisfação se instalou em todos os grupos. A ausência de ações de desenvolvimento prejudicava todos os setores. Altos índices de analfabetismo e miséria assolavam o país. A situação desgastava a imagem do Império e colocava a República como sinônimo de progresso. A abolição da escravatura, a ascensão dos cafeicultores de São Paulo e a crescente simpatia dos militares pelas ideias republicanas e federalistas também minavam as forças da monarquia.

Apesar de o movimento republicano ser multifacetado, o seu desfecho ficou a cabo dos

⁸⁴ FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAFRESP. 2000. p. 220-222.

setores mobilizados do Exército que, com o apoio dos demais, proclamou a República em 15 de novembro de 1889, encerrando assim o período imperial brasileiro.

7. SURGIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

O precursor do imposto de renda brasileiro foi o imposto sobre ordenados estabelecido no início do reinado de D. Pedro II, pelo art. 23⁸⁵ da Lei nº 317, de 21 de outubro de 1843⁸⁶. A sua cobrança foi regulamentada pelo Decreto nº 349, de 20 de abril de 1844⁸⁷. Nessa época, com o sistema escravocrata, poucas pessoas auferiam renda no Brasil. O universo de contribuintes para o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) era diminuto. Além disso, o país tinha uma grande extensão, o que dificultava a cobrança.

Com a Guerra do Paraguai (1864-1870), mais impostos sobre a renda, agora locatícia e de vencimentos, surgem no cenário tributário. Foi o art. 10⁸⁸ (imposto pessoal) e o art. 22⁸⁹ (imposto sobre vencimentos) da Lei nº 1.507, de 26 de setembro de 1867⁹⁰ que estabeleceram seus contornos. O imposto pessoal foi regulamentado pelo Decreto nº 4.052, de 28 de dezembro de 1867⁹¹ e assemelhava-se ao atual Imposto Predial e Territorial Urbano.

O imposto sobre vencimentos foi regulamentado pelo Decreto nº 3977, de 12 de outubro

85 Lei nº 317/1843. Art. 23. Fica creada a seguinte contribuição extraordinaria durante o anno desta lei.

§ 1º Todas as pessoas que recebem vencimentos dos Cofres Publicos Geraes, por qualquer titulo que seja, ficão sujeitas a uma imposição, que será regulada pela maneira seguinte: (...)

§ 2º Ficão exceptuados da regra estabelecida no paragrapho antecedente os vencimentos das praças e pret de terra e mar, e os vencimentos dos militares em campanha.

§ 3º Na palavra vencimentos se comprehendem quaesquer emolumentos que se perceberem nas Secretarias, ou Estações Publicas.

§ 4º O Governo estabelecerá o modo de arrecadar-se esta nova imposição.

86 Ver a referida lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM317.htm

87 Ver o referido decreto em

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=81911&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>

88 Lei nº 1.507/67. Art. 10. Cobrar-se-ha de cada pessoa nacional ou estrangeira que residir no Imperio, e tiver por sua conta casa de habitação arrendada ou própria, ainda que nella não more, um imposto de 3% sobre o rendimento locativo annual não inferior a 480\$000 na côrte, a 180\$000 nas captaes das Provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, S. Pedro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, a 120\$000 nas demais cidades e a 60\$000 nos mais lugares.

89 Lei nº 1.507/67. Art. 22. Todas as pessoas, que receberem vencimentos dos cofres publicos geraes, provinciais ou municipaes, comprehendidos os pensionistas, jubilados e aposentados, ficão sujeitas ao imposto de 3% sobre os mesmos vencimentos, exceptuados os inferiores a 1:000\$000.

90 Ver a referida lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM1507.htm

91 Ver o referido decreto em

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=77916&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>

de 1867⁹² e incidia sobre todas as pessoas que recebiam vencimentos dos cofres públicos, exceto os inferiores a 1:000\$000. O imposto era retido na fonte, no ato do pagamento feito pelas repartições. Ele passou por ciclos de extinção e retomada e alteração de alíquotas até que foi definitivamente suprimido no final da década de 1910.

Em 1867, o Visconde de Jequitinhonha defendeu a implementação do imposto sobre a renda, sem sucesso. Disse ele: “A arrecadação deste imposto oferece algumas dificuldades, mormente a princípio; mas, em algumas nações a boa-fé dos contribuintes diminui, em grande parte, esse inconveniente, e a boa-fé nasce da ilustração do povo sobre a necessidade do imposto e sobre o seu bom emprego, que deve ser como semente lançada em terreno fértil. Talvez que, entre nós, não só a boa-fé de alguns, mas também a bazófia de outros tornem fácil e produtiva a arrecadação. Sim, entre nós há muita gente que antes quer parecer rica, do que confessar que é pobre”⁹³.

O imposto era polêmico e a opinião dos financistas da época ficaram divididas. A ideia foi rejeitada e o projeto não se converteu em lei, pois temiam que o país não estivesse preparado para um imposto que julgavam complexo e de larga repercussão.

Rui Barbosa, primeiro Ministro da Fazenda do período republicano, foi um ardoroso defensor do imposto sobre a renda. Ele expôs longamente sobre o tema em relatório de janeiro de 1891 onde registrou que “no Brasil, porém, até hoje, a atenção dos governos se tem concentrado quase só na aplicação do imposto indireto, sob sua manifestação mais trivial, mais fácil e de resultados mais imediatos: os direitos de alfândega. E do imposto sobre a renda, por mais que se tenha falado, por mais que se lhe haja proclamado a conveniência e a moralidade, ainda não se curou em tentar a adaptação, que as nossas circunstâncias permitem, e as nossas necessidades reclamam”⁹⁴.

Nos primeiros anos da República, o imposto de renda foi lembrado várias vezes como uma das opções para reduzir o déficit orçamentário oriundo da crise econômica na qual o Brasil se encontrava. A Assembleia Constituinte de 1890/1891 rejeitou emenda que propunha a inclusão dos impostos de indústrias e profissões e sobre a renda do capital e sobre outras rendas pessoais ou industriais. Houve outras várias tentativas de instituição do imposto de

92 Ver o referido decreto em

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=77599&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>

93 CRISTÓVÃO BARCELOS DA NÓBREGA. História do Imposto de Renda no Brasil. Um Enfoque da Pessoa Física (1922-2013). Brasília/DF. Receita Federal. 2014. p. 25.

94 CRISTÓVÃO BARCELOS DA NÓBREGA. História do Imposto de Renda no Brasil. Um Enfoque da Pessoa Física (1922-2013). Brasília/DF. Receita Federal. 2014. p. 27.

renda na República e todas foram rechaçadas geralmente sob a alegação de que o país não estava preparado para um imposto tão complexo e o custo administrativo de cobrança não compensaria a arrecadação.

Serzedelo Corrêa, ao defender o imposto disse: “Pensa a comissão que o imposto sobre a renda é um corretivo para compensar as desigualdades das taxas indiretas. É uma sobrecarga que, com razão, deve recair sobre as classes mais abastadas em virtude do próprio bem-estar em maior escala de que gozam” e Felisbello Freire “criticou o predomínio dos capitalistas nos corpos deliberantes, pois a carga tributária continuava a apoiar-se no povo ou nas classes humildes e ressaltou que o imposto direto era de um emprego salutar como corretivo das injustiças clamorosas das taxas indiretas”⁹⁵.

Em 31 de dezembro de 1914, a Lei nº 2.919 estabeleceu imposto sobre vencimentos onde o Presidente da República, senadores, deputados e ministros de Estado tinham alíquota mais elevada que os demais contribuintes. A proposta abrangia um grande espectro de contribuintes e visava obter recurso para enfrentar a crise internacional advinda da 1ª Guerra Mundial, inclusive dando poderes ao Presidente da República para decretar novos impostos⁹⁶.

Em 1921, o deputado Mario Brant, ao defender o imposto de renda disse que “sob o aspecto ético, era o imposto mais justo e sob o ponto de vista fiscal, o mais produtivo e o mais elástico”. Para ele era inadmissível que um país de instituições liberais não tivesse em seu sistema tributário o imposto sobre a renda⁹⁷.

O Congresso não chegava a um consenso quanto ao polêmico imposto. Alguns argumentavam que a experiência dos países que o tinham instituído era positiva, outros contra-argumentavam que sua implementação devia-se a um mero espírito de imitação de outros países. Em dezembro de 1922, o deputado Antônio Carlos propôs que alguns dos impostos de renda já previstos na lei orçamentária fossem substituídos por um imposto sobre a renda global.

Depois de uma longa e complicada gestação, nascia o imposto de renda no Brasil. Ele

95 CRISTÓVÃO BARCELOS DA NÓBREGA. História do Imposto de Renda no Brasil. Um Enfoque da Pessoa Física (1922-2013). Brasília/DF. Receita Federal. 2014. p. 28.

96 Ver a referida lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1901-1929/L2919.htm

97 CRISTÓVÃO BARCELOS DA NÓBREGA. História do Imposto de Renda no Brasil. Um Enfoque da Pessoa Física (1922-2013). Brasília/DF. Receita Federal. 2014. p. 29.

foi instituído pelo art. 31⁹⁸ da Lei nº 4.625, de 31 de dezembro de 1922⁹⁹ que foi publicada num Diário Oficial da União (DOU) de um domingo.

Contudo, ele não foi implantado de imediato. Por ser muito polêmico, o governo preferiu agir com cautela. Procurou estudar o imposto, elaborou um regulamento e organizou o sistema arrecadador antes que ele entrasse em execução.

Na época do nascimento do imposto de renda, a fiscalização podia revisar as declarações dos contribuintes, mas não podia solicitar a exibição de livros de contabilidade, documentos de natureza reservada ou esclarecimentos¹⁰⁰. Essa proibição foi um entrave à arrecadação e foi alterada pelo art. 14¹⁰¹ do Decreto-lei nº 1.168 de 22 de março de 1939¹⁰².

O prazo de entrega da declaração do exercício de 1924 era 14 de novembro desse ano, mas as instruções de preenchimento ficaram prontas apenas 2 meses antes da data limite. Por ser um imposto novo e complexo, o prazo foi adiado para 14 de março de 1925. E assim nasceu o imposto de renda¹⁰³.

98 Lei nº 4.625/1922. Art. 31. Fica instituído o imposto geral sobre a renda, que será, devido, anualmente, por toda a pessoa física ou jurídica, residente no território do país, e incidirá, em cada caso, sobre o conjunto líquido dos rendimentos de qualquer origem.

99 Ver a referida lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1901-1929/L4625.htm

100 Lei nº 4.783/1923. Art. 3º. § 7º As declarações dos contribuintes estarão sujeitas à revisão dos agentes fiscais, que não poderão solicitar a exibição de livros de contabilidade, documentos de natureza reservada ou esclarecimentos, devassando a vida privada.

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=46626&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>

101 Decreto-lei nº 1.168/1939. Art. 14. Os peritos e funcionários do imposto de renda, mediante ordem escrita do diretor do Imposto e dos chefes de Seções nos Estados, poderão proceder a exame na escrita comercial dos contribuintes, para verificarem a exatidão de suas declarações e balanços.

§ 1º A recusa de exibição dos livros dará lugar à imposição, por aquelas autoridades, de multa de 5:000\$000 a 20:000\$000, promovendo-se, em seguida, a exibição judicial.

§ 2º Os infratores terão o prazo de 30 dias para se defenderem perante a autoridade administrativa de 1ª instância.

§ 3º Para os efeitos do presente artigo, fica revogado o disposto no art. 17 do Código Comercial.

102 Ver o referido decreto-lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1168.htm

103 Tópico desenvolvido com base nas seguintes fontes de pesquisa:

CRISTÓVÃO BARCELOS DA NÓBREGA. História do Imposto de Renda no Brasil. Um Enfoque da Pessoa Física (1922-2013). Brasília/DF. Receita Federal. 2014.

Site Memória da Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/default.htm>

8. PERÍODO REPUBLICANO

8.1. REPÚBLICA VELHA – DE 1889 A 1930

A ideia republicana unia muitos até a sua proclamação, depois as divergências começaram a surgir. Os militares detinham o poder das armas e por isso tornaram-se os primeiros presidentes do país. Reprimiram com violência os divergentes, tudo em nome da salvaguarda da ordem social e política. Não é à toa que essa fase foi chamada de República da Espada. Nela, o poder foi mais centralizado em decorrência dos temores de volta da monarquia, bem como das tentativas separatistas no Brasil.

O fim da escravidão, aos poucos, alterou as feições da sociedade brasileira, fazendo surgir uma classe média urbana que influenciaria a orientação política do país dali em diante. As aspirações da classe média, contudo, ficaram silenciadas nesse momento. Formou-se uma aliança entre o Exército brasileiro e a oligarquia cafeeira do oeste paulista, a qual exerceria hegemonia política em quase todo esse período.

Em 1891 é promulgada a primeira Constituição republicana do Brasil que consagrou o federalismo dando ampla autonomia aos Estados. Estabeleceu a independência dos três poderes, a igualdade de todos perante a lei, o voto direto e a separação entre Estado e Igreja. Esta última alteração proporcionou significativa economia para o orçamento do Estado.

No plano tributário, a Constituição de 1891¹⁰⁴ discriminou rigidamente as competências tributárias da União (art. 7º) e dos estados (art. 9º). Mas a referida Constituição estabeleceu também competências tributárias concorrentes entre os entes federativos, o que agravou o problema da bitributação. Foi mantida a prática que já vinha do período regencial de não previsão de competência tributária para os municípios. Os impostos que os mantinham ficavam a cargo dos estados¹⁰⁵.

A segunda fase desse período inciou-se com o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, que governou de 1894 a 1898. Essa fase ficou conhecida como República Oligárquica que foi até 1930. Nele predominou o poder das elites regionais, em especial as forças republicanas de São Paulo e Minas Gerais que se revezavam na presidência do país por força de acordos políticos, o que foi chamado de política do café com leite em alusão à importância da produção do café paulista e do leite mineiro para economia brasileira da

¹⁰⁴Ver a referida Constituição em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

¹⁰⁵FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAUFRESP. 2000. p. 232-233.

época.

São Paulo e Minas Gerais utilizavam do poder econômico e político que tinham para estabelecer uma política econômica e tributária que beneficiasse suas atividades, ou seja, a política dessa fase beneficiava os estados mais ricos da federação aumentando a desigualdade entre regiões.

Campos Sales foi o segundo presidente civil do Brasil de 1898 a 1902. O Brasil estava em meio a uma grave crise inflacionária e com alto déficit nas contas públicas. Um grande empréstimo foi contraído junto à Inglaterra e Campos Sales ofereceu como garantia toda a renda das alfândegas brasileiras, as receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro e ainda se comprometeu a enviar um plano de saneamento das contas públicas. Esse governo sustou gastos, aumentou impostos, abandonou obras, desestimulou indústrias e congelou salários. Campos Sales recebeu o apelido de Campos Selos, em razão do imposto do selo estabelecido em seu mandato.

A política de valorização cambial de Campos Sales desagradou a elite brasileira, pois com ela, o preço do café caía nas bolsas estrangeiras. A solução encontrada para evitar a fissura do bloco foi a chamada “Política dos governadores” que era um acordo de troca de favores entre governo federal e governos estaduais. O governo federal apoiava os estados e em troca, fazendo uso do seu poder local (coronelismo), elegiam bancadas pró-governo federal para que ambos não tivessem oposição.

No contexto da Política dos governadores, nasce o Convênio de Taubaté de 1906 que foi um acordo firmado entre governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro para que o governo brasileiro assumisse os riscos dos negócios que envolviam a produção e comercialização do café. Em outras palavras, por este acordo, os contribuintes cobriam os eventuais prejuízos do negócio cafeeiro, contudo, os lucros não eram partilhados com eles. Sem dúvida, um grande benefício à classe dos cafeicultores.

Na República, a carga tributária foi em parte remanejada para os estados o que elevou suas receitas, notadamente, dos estados relacionados à produção cafeeira. O café tinha tanta importância na economia da época que a situação financeira do país girava em função do comportamento do mercado cafeeiro.

“A matéria tributária caminhava no sentido de limitar a produção cafeeira, no caso de baixa do produto no mercado externo. Tal mecanismo transformava o governo num regulador do mercado, sendo que o lançamento de novos tributos era o instrumento, por excelência,

mais utilizado”¹⁰⁶

O café era a principal fonte dos tributos brasileiros. Veio a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A economia brasileira sofreu seus impactos. A centralização tributária no café havia fragilizado as rendas públicas. Diante do seu declínio, era preciso encontrar novas fontes de arrecadação para equilibrar as contas públicas. Foram criados impostos de saída sobre outros produtos, mas já era tarde para evitar a crise.

Em termos tributários, a Primeira República guarda ainda episódio interessante relativo à indústria cinematográfica. Até 1925, o filme virgem tinha uma taxa menor que o impresso. Contudo, como as alfândegas não conseguiam discriminá-los em sede de fiscalização, os comerciantes declaravam como virgens os filmes impressos. Tomando conhecimento da prática, foi estabelecido um só imposto para as duas categorias, o mais alto, é claro. Cineastas começaram uma campanha em favor do retorno da situação anterior, em vão.

Em 1929, lideranças paulistas romperam a política do café com leite e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, os mineiros apoiaram a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas. Nas eleições de 1º de março de 1930, Júlio Prestes saiu vitorioso, mas Getúlio Vargas alegou que as eleições haviam sido fraudadas e deu um golpe de Estado em 3 de outubro de 1930. Júlio Prestes foi exilado e não tomou posse. Getúlio Vargas assumiu o poder, pondo fim ao período da Primeira República, também conhecida como República Velha. Assim, iniciou-se a Era Vargas.

8.2. ERA VARGAS – DE 1930 A 1945

A Era Vargas teve 3 fases:

1. O Governo Provisório de 1930 a 1934 onde Vargas governou por decreto como Chefe do Governo Provisório, cargo instituído pela Revolução, enquanto se aguardava a elaboração de uma nova Constituição para o país;
2. O período da nova Constituição de 1934, que foi de 1934 a 1937, quando, ao abrigo das disposições constitucionais transitórias, Vargas foi eleito presidente pela Assembleia Constituinte e houve também a eleição democrática do poder legislativo;
3. O Estado Novo, de 1937 a 1945, que se inicia quando Vargas impõe uma nova

106 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAUFRESP. 2000. p. 240.

Constituição em 1937 e em um novo golpe de Estado, dilui o Congresso e assume poderes ditatoriais com o intuito de permanecer no poder.

Nesse período, o país passa da extrema descentralização político-administrativa para um quadro de forte centralização. Procurou-se criar condições para um desenvolvimento econômico calcado na industrialização.

A política tributária adquiriu um caráter nacional voltada para o desenvolvimento da infraestrutura industrial, facilitando a importação de máquinas e dificultando a importação de mercadoria que o país poderia produzir.

A economia começava a se sofisticar e a política tributária precisou se adaptar. Por isso, com o passar do tempo, as formas de tributação se tornaram cada vez mais complexas. Na Constituição de 1934, os impostos internos sobre produtos começaram a ganhar destaque no sistema tributário nacional.

No campo trabalhista, a referida Constituição previu o salário-mínimo, a proibição de diferença salarial para trabalhos iguais, a jornada de trabalho de 8 horas, a proibição de trabalho a menores de 14 anos, o repouso semanal, as verbas trabalhistas indenizatórias e a assistência médica e previdenciária ao trabalhador. As relações trabalhistas passaram a ser mediadas pelo Estado e surgiu a CLT, consolidação da legislação trabalhista que tratou dos trabalhadores urbanos, mas negligenciou os rurais.

O Estado Novo tentava disciplinar e controlar todas as áreas da sociedade brasileira. Nessa linha, os esportes foram também objeto de várias normas. Surgiu a primeira proposta de Lei Orgânica para o desporto no Brasil, o Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941¹⁰⁷. Essa norma instituiu o Conselho Nacional de Desportos (CND) e previu isenções tributárias à matéria desportiva¹⁰⁸. A intenção era colocar as práticas esportivas em ordem e a serviço da nação.

Ocorre o esgotamento político de Vargas no final deste período. Perseguido por manifestações populares e isolado pelo Exército, Getúlio sofre um golpe militar e sai do poder em 29 de outubro de 1945. Os militares chamam o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares para assumir a presidência provisoriamente.

107 Ver o referido decreto-lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm

108 Sobre isso ver art. 40 e 42 do Decreto-Lei nº 3.199/1941.

8.3. REPÚBLICA POPULISTA – DE 1945 A 1964

São convocadas eleições livres para Presidente da República e o pluripartidarismo se estabelece. O pleito é realizado no início de dezembro de 1945. O General Eurico Gaspar Dutra é eleito, dando início à chamada Quarta República ou República Populista.

Em 1951, Getúlio Vargas é eleito para suceder Gaspar Dutra na Presidência da República. Depois da sua posse ocorrem inúmeras pressões políticas para tirá-lo do cargo. Em 24 de agosto de 1954, ele comete suicídio. Assume o Vice-presidente Café Filho. Realizam-se novas eleições presidenciais, vencidas por Juscelino Kubitschek (JK). Nesse período, a capital do país foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília, cidade construída no governo JK e fundada em 21 de abril de 1960.

A Assembleia Nacional Constituinte volta à cena política e entra em vigor uma nova Constituição em 1946 que estabelece a liberdade de organização partidária, a livre associação de classe, a liberdade de manifestação de massa, o direito de greve, a liberdade de expressão, a inviolabilidade da correspondência e da moradia, a liberdade de imprensa e a educação para todos.

No âmbito tributário, foi instituída a contribuição de melhoria para a União, os estados e os municípios. Em 1953, começam os trabalhos de elaboração do anteprojeto de Código Tributário Nacional que acabou não se convertendo em lei. A despesa do governo continuava bem maior do que a receita e isso chamava a atenção para a necessidade de uma reforma tributária.

O período da República Populista foi marcado também por uma ausência de intervenção do Estado na economia. A falta de medidas protecionistas dos setores industriais ou agrários do país resultou em um aumento do déficit da nossa balança comercial. O capital estrangeiro entrou no país, inclusive com o estabelecimento de fábricas no Brasil. Uma série de produtos estrangeiros inundaram o mercado brasileiro, os quais com o apoio do marketing, influenciaram a cultura nacional dando-lhe um caráter um pouco mais cosmopolita.

A economia continuou a crescer. Foram construídas indústrias do aço, mecânicas, automobilísticas etc. Surgem também novas estradas e a produção de energia elétrica aumentou, os portos se modernizaram e muitas outras grandes obras foram realizadas. Os novos investimentos geraram empregos, contudo a industrialização valeu-se do excesso de mão de obra para baixar os salários. A sofisticação e complexidade da economia resultam na sofisticação e complexidade também da política tributária do período.

Houve um êxodo rural e um grande crescimento da população urbana, em decorrência das melhores condições de vida que as cidades acenavam. Mas a concentração populacional acarretou vários problemas, tais como: falta de moradias, de saneamento público, violência urbana etc. Apesar dos problemas, o crescimento econômico era visto com euforia e as mazelas, quando identificadas, eram tidas como fruto de uma visão exageradamente negativista, que era sistematicamente desacreditada.

O último Presidente eleito democraticamente, nesse período, foi João Goulart, também conhecido como Jango. Ele sofreu um golpe militar, mais conhecido como Golpe de 64, que pôs fim à República Populista e iniciou a Ditadura Militar.

8.4. DITADURA MILITAR – DE 1964 A 1985

O cenário internacional desse período era o da Guerra Fria, rivalidade entre Estados Unidos (capitalista) e União Soviética (socialista) que polarizou várias nações. O Golpe de 64 estabeleceu um regime autoritário e nacionalista, politicamente alinhado aos Estados Unidos.

No plano político, o regime militar foi caracterizado por um processo de “caça às bruxas”. Todos que pudessem representar uma ameaça à ordem posta eram perseguidos. Primeiro, os líderes de oposição são retirados do poder por meio de cassações, depois, a repressão se torna ainda mais violenta. Domicílios são invadidos¹⁰⁹, associações de classe proibidas, grupos políticos clandestinos são desmantelados, centenas de pessoas são presas, torturadas e assassinadas.

As bases legais da ditadura militar eram os temíveis atos institucionais (AIs) que davam sustentação legal ao governo até que fosse elaborada uma nova Constituição que combinasse com o regime militar. E ela saiu, em janeiro de 1967. “Incorporava medidas que possibilitavam o governo militar agir como D. Pedro I. Dito de outra forma, a nova Carta Magna do país legalizava a arbitrariedade do exercício do poder pelo novo Executivo nacional”¹¹⁰. Em 13 de dezembro de 1968 foi editado o AI-5 e, em 17 de outubro de 1969, ele foi quase todo incorporado ao texto constitucional via emenda.

O período militar foi também marcado por projetos faraônicos. Grandes pátios industriais foram instalados no Norte e no Nordeste do Brasil. É dessa época a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a Usina Atômica de Angra dos Reis e o estabelecimento da Zona

¹⁰⁹ Lembrou-me da Derrama do período colonial.

¹¹⁰ FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAUFRESP. 2000. p. 281-282.

Franca de Manaus que atraiu muitas indústrias em razão das possibilidades de isenção fiscal.

Ocorreu ainda, nesse período, a construção da mal-sucedida rodovia Transamazônica. O objetivo era ligar as regiões Norte e Nordeste do Brasil ao Peru e Equador. Durante as obras, trabalhadores ficavam incomunicáveis por meses em razão do isolamento da região. O projeto inicial foi reduzido e ainda assim não foi cumprido integralmente. Ela foi projetada para ser pavimentada, mas em grande parte do Pará e do Amazonas isso não foi acontecido, resultado, ela fica intrafegável no período das chuvas na região.

A política tributária do período da ditadura, buscou ser compatível com a proposta econômica que se queria implantar. Para reduzir o déficit do Tesouro, os caminhos vislumbrados eram o aumento das receitas tributárias e o lançamento de empréstimos. Mas isso precisava ser feito sem inflacionar a moeda brasileira, haja vista que essa foi uma das maiores críticas do governo militar ao governo anterior.

O governo militar construiu a seu dispor um arcabouço legal que lhe permitia adotar Emendas Constitucionais sem que essas passassem pelo crivo do Legislativo. Nesse contexto, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 7, de 22/05/1964, que suspendeu parte do § 34 do art. 141 da Constituição vigente e permitiu que o governo cobrasse novos tributos sem prévia autorização orçamentária¹¹¹. O ordenamento jurídico era moldado ao sabor das arbitrariedades governamentais, que detinha o poder da coercitividade. Sob o discurso de salvador da pátria e calcado em um projeto tecnocrata, as liberdades do Executivo foram colocadas acima das liberdades dos cidadãos.

Eliminadas quaisquer possibilidades de críticas, o governo agia livremente no campo jurídico. Assim, foram implementadas diversas alterações tributárias por meio de leis e emendas constitucionais, dentre elas, a Reforma Tributária realizada por meio da Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965¹¹², “a primeira da República, uma vez que, do ponto de vista fiscal, nada havia sido substantivamente alterado desde a primeira Constituição de 1891”¹¹³.

Logo em seguida, a União promulgou o atual Código Tributário Nacional, a Lei nº

111 Ver a referida emenda constitucional em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc07-64.htm

112 Ver a referida emenda constitucional em

http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc18-65.htm

113 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAESP. 2000. p. 284-285.

5.172, de 25 de outubro de 1966¹¹⁴, que dispôs sobre o Sistema tributário Nacional e instituiu normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, estados e municípios. A Constituição de 1967, reeditada depois, em 1969, ratificou a Reforma Tributária de 1965 apenas com pequenas alterações.

Também foi no regime militar que foi criada a Secretaria da Receita Federal, instituída pelo Decreto nº 63.659, de 20 de novembro de 1968¹¹⁵, em substituição à antiga Direção-Geral da Fazenda Nacional. A intenção era dar conta da expressiva elevação da carga tributária trazida pelas alterações legislativas.

De março de 1972 a maio de 1982, foram expedidos uma série de decretos, decretos-lei, leis e emendas constitucionais que alteraram o Código Tributário Nacional, procurando corrigir seu curso e modificando a tributação do país. Em regra, essas normas se orientaram no sentido de aumentar a receita do governo por meio da criação de impostos, elevação de alíquotas e alteração da participação de estados e municípios¹¹⁶.

Apesar da política desenvolvimentista, o período do “Milagre Econômico”, como ficou conhecido, trouxe dissabores. A dívida externa brasileira atingiu patamares gigantescos em razão dos empréstimos tomados junto a bancos privados internacionais, que se tornam os grandes credores do Brasil nos anos seguintes. A inflação disparou, a concentração de riquezas aumentou, os ricos ficaram mais ricos e os pobres, mais pobres.

O regime militar, caracterizado pela repressão política e modernização econômica, teve seu crescimento interrompido por crises econômicas internacionais ocorridas a partir de 1973. A pressão social começou a aumentar. Os operários começaram a se organizar e já pipocavam movimentos reivindicatórios. A população reivindicava seu direito de interlocução junto ao Estado. Apesar da repressão, a presença dos movimentos demonstrava que o governo não conseguiria mais calar a povo por muito tempo.

O esgotamento do modelo político e econômico militar, resultou em uma significativa derrota nas eleições diretas para os governos estaduais em 1982. A oposição elegeu 10 governadores, incluindo os de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o que acelerou a mobilização popular necessária para pôr fim ao regime militar.

114 Ver a referida lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm

115 Ver o referido decreto em

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194503&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>

116 FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAUFRESP. 2000. p. 288-289.

O país entrou em uma recessão econômica profunda e o desemprego cresceu assustadoramente. Não havia mais fôlego para a implantação de mudanças no plano econômico, político ou social que pudessem garantir a renovação de suas energias. As pressões vinham de todos os lados. Estava formado o cenário que culminou com o movimento popular exigindo eleições diretas para Presidente da República com a palavra de ordem: “Diretas Já”.

O movimento clamava pela aprovação da emenda que permitia as eleições diretas, mas o Congresso, acuado pelo aparato militar, rejeitou a emenda das diretas e manteve a eleição para Presidente pela via indireta.

O regime militar acaba quando o seu candidato, Paulo Maluf, perde as eleições indiretas para o candidato da oposição, Tancredo Neves, que sucederia o último presidente militar. Mas Tancredo falece antes de tomar posse e assume o seu vice, José Sarney. Assim, iniciou-se a Nova República.

8.5. BRASIL CONTEMPORÂNEO – DE 1985 A 2000

Com a redemocratização do país, a crítica à ortodoxia ganhou espaço midiático. A censura perdeu terreno e diversos temas puderam ser discutidos mais livremente pela sociedade.

Sarney assume o governo, decreta a abertura partidária com a legalização dos partidos comunistas e convoca as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. As comissões temáticas da Constituinte percorreram o país fazendo audiências públicas com a sociedade para debater as propostas que deveriam compor o texto constitucional em um processo de consulta popular sem precedentes na história do país.

A Constituição de 1988 é promulgada. O modelo tributário aprovado nela procurou dar maior autonomia aos estados e municípios, diminuindo o centralismo do ordenamento jurídico anterior. Todas as questões constitucionais foram amplamente debatidas, tanto nas comissões quanto no plenário. Mas após isso, o trabalho passava pelo crivo de um bloco conservador denominado “Centrão”. Assim, as conquistas dos progressistas, que eram minoria, foram o resultado de intensa negociação, inclusive no que tange à questão tributária.

Sobre isso, José Serra, um dos constituintes à época, deu seu depoimento. “Na Constituinte, procuramos dar mais autonomia aos estados e municípios com a descentralização tributária, mas sem nenhuma racionalidade; na verdade, foi fruto de pressões

políticas. Demos mais flexibilidade para o estabelecimento de alíquotas mais altas do ICMS e a situação dos estados e municípios melhorou. Porém, com essa nova repartição, criamos um grande problema para a União, que procura ampliar sua receita com contribuições, onerando o setor produtivo, aumentando a carga fiscal indireta e reduzindo a competitividade da produção nacional perante o mercado internacional”¹¹⁷.

Desde cedo, o novo sistema tributário também recebeu críticas por ser muito complexo e pouco transparente, além de ter desencadeado uma guerra fiscal entre os estados na busca pela atração de investimentos industriais. A renúncia fiscal para atrair novas indústrias atingiu altas cifras, trazendo consideráveis perdas de receitas tributárias. As normas tributárias passam a ser questionadas, inclusive no Judiciário.

A constitucionalidade de leis, medidas provisórias, decretos é posta à prova no STF. A liberdade permitiu que vários setores reclamassem do sistema tributário brasileiro. Problemas graves como a não consideração da capacidade contributiva em alguns impostos, a alta carga tributária, o número excessivo de impostos, brechas na lei, dificuldade de fiscalização, complexidade do sistema, sonegação e outros foram apontados por muitos. Assim, o sistema tributário já nasceu carente de reformas, carência esta que persiste até os dias atuais.

No plano econômico, a situação não ia bem. Inflação galopante e déficit público também. O governo implantou um plano de estabilização baseado no congelamento de preços e estabelecimento de uma nova moeda, era o Plano Cruzado.

A euforia tomou conta do país, o consumo explodiu, as pessoas fiscalizavam os preços, a economia voltou a crescer. Mas a alegria durou pouco, o Plano Cruzado ruiu. Desabastecimento e ágios de até 100% sobre os preços viraram rotina. Crises e mais crises interpoladas com tentativas de estabilização econômica mal sucedidas, como os Planos Cruzado 2, Bresser e Verão.

Sarney termina o governo com o país mergulhado em uma grave crise econômica e com uma hiperinflação. A sua impopularidade atinge altos níveis. Fernando Collor de Melo, surge como candidato à presidência, carregando a bandeira de paladino do combate à corrupção e intitulado-se o “caçador de marajás”. Com o apoio da grande mídia e dos grandes partidos ele vence a eleição.

No discurso de posse, prometeu acabar com a inflação, defendeu a abertura da economia a produtos e capitais estrangeiros e pregou a austeridade fiscal. Ao assumir,

117 JOSÉ SERRA. Em Tributação na Economia Globalizada. São Paulo/SP. SINAUFRESP. 1999. pag. 42.

apresentou uma proposta inconsistente de reforma tributária e pôs em prática um plano de estabilização baseado no confisco de todos os ativos monetários, deixando cada correntista de banco ou poupador com apenas 50 mil cruzados novos disponíveis para saque, o que levou muitas pessoas ao desespero.

Em 1992, em meio ao debate sobre a questão tributária, Fernando Collor é denunciado pelo próprio irmão, Pedro Collor, por envolvimento em falcaturas e corrupção. Foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que conclui as investigações considerando o presidente culpado. Assim, os parlamentares votam a favor do impeachment de Collor. Ele renunciou antes que seu impeachment fosse aprovado pelo Congresso e o seu vice, Itamar Franco, assumiu o poder.

Foi implantado mais um plano de estabilização econômica, o Plano Real. O país muda de moeda que agora chama-se Real (R\$). Sem congelar preços, a inflação é finalmente contida, mas, em compensação, o Brasil vê aumentada a sua dependência em relação ao capital externo.

O sucesso do Plano Real leva o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, à Presidência em 1995. Em 1998 ele foi reeleito. Na sua administração muitas empresas estatais foram privatizadas e foram criadas as agências reguladoras para fiscalizar e regular setores da indústria como energia, petróleo, aviação etc.

Nessa época, havia muitas propostas de reforma tributária repesadas no Congresso, dentre as quais destacamos a do professor da Fundação Getúlio Vargas, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, que propôs um sistema tributário baseado em um único imposto incidente sobre todas as operações financeiras¹¹⁸.

Mas, em vez de investir na reforma tributária, o governo preferiu optar por medidas tópicas como o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) que depois virou Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Criou também o Fundo de Estabilização

¹¹⁸Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 183/1999 em

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14513> e

PEC nº 474/2001 em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=42062>

Sobre o assunto ver também MARCOS CINTRA. Bank Transactions: Pathway to the single tax ideal. A Modern Tax Technology. The Brazilian Experience with a Bank Transactions Tax (1993-2007). São Paulo. Cyan Artes Gráficas e Editora. 2009.

Fiscal¹¹⁹ e conseguiu aprovar a Lei Kandir¹²⁰, que desonera as exportações de produtos primários e semielaborados¹²¹, a fim de reduzir o déficit da balança comercial.

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente do Brasil, a grande marca do seu governo foram os projetos sociais como Fome Zero, Bolsa Família e Prouni. Em 2006, ele foi reeleito. Em 2010, Dilma Rousseff foi eleita Presidente da República. Ela deu continuidade aos programas do governo Lula e lançou outros, também com enfoque na área social. A prioridade do seu atual governo é a educação.

Nesse último período, no campo tributário, foi reduzida a tributação sobre a folha de pagamento e criado o Simples Nacional¹²² que ampliou a unificação, simplificação e redução de tributos que se iniciou com Simples Federal¹²³.

Quanto à reforma tributária, o que se verifica é que existe um impasse federativo que já vem de longa data e que paralisa os possíveis avanços do tema. Nenhum dos entes da Federação quer perder receitas, só aceitam manter ou aumentá-las. Enquanto o foco da discussão política gira em torno de quem fica com a maior fatia do bolo tributário, o contribuinte deseja que o novo sistema tributário seja mais justo, mais simples e transparente.

8.6. SÍNTESE DOS IMPOSTOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO ATUAL DO BRASIL

Atualmente, a Constituição de 1988 prevê os seguintes impostos¹²⁴.

119 A instituição do Fundo de Estabilização Fiscal foi realizada por meio da Emenda Constitucional nº 10, de 04 de março de 1996.

Ver a referida emenda constitucional em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc10.htm

120 Lei Complementar (LC) nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm

121 LC nº 87/96. Art. 32. A partir da data de publicação desta Lei Complementar:

I – o imposto não incidirá sobre operações que destinem ao exterior mercadoria, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, bem como sobre prestações de serviços para o exterior; (...)

122 Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

123 Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9317.htm

Impostos da União:

II – Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros;

IE – Imposto sobre a Exportação de Produtos Nacionais e Nacionalizados;

IR – Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza;

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados;

IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários;

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;

IGF – Imposto sobre Grandes Fortunas.

No mais, a União pode instituir impostos extraordinários, em caso de guerra, além de poder criar outros impostos, desde que não coincidam com os já previstos na Carta Constitucional.

Impostos dos estados e do Distrito Federal:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação;

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores;

ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou direitos;

Impostos dos municípios e do Distrito Federal

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

ISS – Imposto sobre Serviços;

ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos*.

8.7. BREVE HISTÓRIA DO FISCO BRASILEIRO

No período pré-colonial, surgiram as feitorias, fortificações com uma paliçada e uma torre de pedra que tinham caráter híbrido. Serviam para fins militares de proteção do território e eram utilizadas também como entreposto comercial e aduaneiro, a partir de onde o pau-brasil era embarcado para a Europa. Pode-se dizer que as feitorias foram as precursoras das estruturas fazendárias do Brasil.

No período colonial, com a instituição das capitanias hereditárias, a cobrança de tributos começou a ganhar corpo. Os donatários tinham poderes para arrecadar tributos para si e para Portugal. Nessa época, os ímpetus arrecadatórios da Coroa foram contidos a fim de estimular o desenvolvimento econômico da iniciativa privada na região. Mas todas as ações foram vigiadas de perto pelos colonizadores que nomearam agentes fiscais para tratar de seus interesses tributários na colônia por meio das Provedorias da Fazenda Real¹²⁵. Em razão das dificuldades de povoamento, Portugal resolveu instituir um Governo Geral que unificou a administração tributária da Colônia, ainda que coexistindo com algumas capitanias remanescentes.

As Provedorias da Fazenda Real eram “órgãos executivos da administração fazendária colonial, com um amplo espectro de atribuições, já que desempenhavam funções aduaneiras, arrecadadoras, fiscalizadoras, administrativas, de realização de despesas, de controle de contas, de pagadoria militar e até de defesa contra piratas e índios. Foram criadas em 1534, junto com as capitanias e havia uma provedoria em cada uma delas. Mais tarde, foram criadas outras nas regiões de mineração e nas novas capitanias. Em 1549, passaram a ser supervisionadas por uma Provedoria-Mor da Fazenda Real, sediada em Salvador. Foram a coluna dorsal da administração pública nos primeiros duzentos e cinquenta anos da História do Brasil”¹²⁶.

A história funcional da Provedoria-Mor foi bem movimentada. O Provedor-Mor, Antônio Cardoso de Barros, foi devorado pelos índios Caetés e os três últimos terminaram sua carreira na cadeia. Uma outra Provedoria-Mor foi criada em 1624 no Maranhão, com jurisdição sobre o Estado do Maranhão e Grão-Pará, e sua sede esteve ora em São Luís, ora em Belém, até sua extinção no século XVIII¹²⁷.

A cobrança de tributos também era feita por meio dos chamados de contratadores, arrendatários, rendeiros ou arrematante das rendas reais que era uma espécie de parceria entre o Estado e particulares que arrendavam o direito de cobrança de tributos, retirando para si uma porcentagem previamente acordada e repassando o restante do valor arrecadado aos cofres públicos.

125 RAYMUNDO FAORO. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre/RS. Editora Globo. 1958. p. 111.

126 JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY. Dicionário de História Tributária do Brasil. Brasília/DF. ESAF. 2002. p. 191.

127 JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY. Dicionário de História Tributária do Brasil. Brasília/DF. ESAF. 2002. p. 191.

As antigas feitorias deram lugar às alfândegas que, além de realizar o controle aduaneiro, tinham também função arrecadatória. Na administração fazendária, surgiram ainda as mesas de rendas, intendências, almoxarifados e casas de contos. Tanto a administração fazendária quanto as alfândegas eram diretamente subordinadas à Provedoria-Mor da Fazenda Real¹²⁸.

Na segunda metade do século XVIII, o primeiro-ministro de Portugal, Marquês de Pombal, implantou uma série de reformas na tributação tanto da Metrópole quanto da Colônia. Dentre as mudanças de Pombal tem-se a reestruturação administrativa com a criação do Erário Régio e as Juntas de Fazenda Real¹²⁹.

O Erário Régio era o órgão supremo da administração fazendária portuguesa, criado em 1761, que extinguiu as Casas de Contos e criou uma caixa central para todos os haveres da Fazenda Real. Ele foi transferido para o Rio de Janeiro quando da fuga da família real para o Brasil em 1808. Quando D. João VI voltou para Portugal, o órgão continuou a existir no Rio de Janeiro e seu nome foi alterado por D. Pedro I para Tesouro Público do Rio de Janeiro. Ele foi o núcleo inicial do Ministério da Fazenda do Brasil que foi criado mais tarde, em 1824. As Juntas da Fazenda Real foram criadas junto com o Erário Régio. Suas principais atribuições eram a licitação e a fiscalização dos contratos reais (arrecadação cedida a particulares), o julgamento de processos fiscais em primeira instância, a realização de despesas, a tomada de contas dos responsáveis por dinheiros públicos e a administração do recolhimento dos tributos diretamente arrecadados pela Coroa. Após a Independência, continuaram a existir, apenas mudando de nome para Juntas da Fazenda Pública¹³⁰.

Em 1831, o Império, afundado em dívidas, fez uma grande reforma na estrutura da administração tributária do Brasil. O Erário Régio foi extinto e foi criado o Tesouro Público Nacional e nas capitanias, agora províncias, surgiram as supramencionadas Juntas da Fazenda Pública. Seus agentes eram selecionados por concurso que incluíam conhecimentos de gramática, escrituração por partidas dobradas e cálculo mercantil, além de se exigir

128JOÃO MAURÍCIO VITAL. História da Administração Tributária e Aduaneira no Brasil: de 1500 à Receita Federal. Revista da Receita Federal. Estudos tributários e Aduaneiros. Vol 01. Número 01. ago-dez/2014. Brasília/DF. Secretaria da Receita Federal do Brasil. 2014. p. 15.

<http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal>

129MÁRCIO EZEQUIEL. Receita Federal. História da Administração Tributária no Brasil. Brasília/DF. Receita Federal do Brasil. 2014. p. 47.

<http://www.youblisher.com/p/899379-Receita-Federal-Historia-da-Administracao-Tributaria-no-Brasil/>

130JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY. Dicionário de História Tributária do Brasil. Brasília/DF. ESAF. 2002. p. 102, 159 e 160.

caligrafia, boa conduta moral e idade mínima de vinte e um anos¹³¹. No Período das Regências, veio o primeiro Regulamento Aduaneiro Brasileiro e as alfândegas passaram a se chamar inspetorias, e o seu chefe, inspetor.

O declínio da produção açucareira no Nordeste, a ascensão do café em São Paulo e o uso de mão de obra assalariada mudaram o perfil da economia brasileira que se refletiu em transformações também na administração fazendária. O Tesouro Nacional foi transformado na Administração Central da Fazenda, dentro da qual havia:

1. a Diretoria Geral da Rendas Públicas;
2. a Diretoria Geral da Despesa Pública;
3. a Diretoria Geral de Contabilidade;
4. a Diretoria Geral do Contencioso e
5. a Tesouraria Geral e outros órgãos¹³².

A Diretoria Geral de Rendas Públicas sobreviveu até a República, tornando-se órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, centralizador das Tesourarias da Fazenda sediadas nas capitais e das coletorias, alfândegas e mesas de rendas, capilarizadas por todo o país.

Em 1890, foi criada no Rio Grande do Sul, uma delegacia especial de repressão ao contrabando o qual era muito difundido na região¹³³. Em 1891, o Ministro da Fazenda Ruy Barbosa extinguiu as tesourarias, coletorias e mesas de renda e transferiu suas funções para as alfândegas, mas estas não deram conta de absorver a nova tarefa sem prejuízo das anteriores. Assim, foram criadas as primeiras delegacias fiscais do tesouro federal¹³⁴.

De 1934 a 1964, o Fisco passou por uma série de reestruturações por meio do Decreto

131MÁRCIO EZEQUIEL. Receita Federal. História da Administração Tributária no Brasil. Brasília/DF. Receita Federal do Brasil. 2014. p. 67 e 70.

132MÁRCIO EZEQUIEL. Receita Federal. História da Administração Tributária no Brasil. Brasília/DF. Receita Federal do Brasil. 2014. p. 81.

<http://www.youblisher.com/p/899379-Receita-Federal-Historia-da-Administracao-Tributaria-no-Brasil/>

133MÁRCIO EZEQUIEL. Receita Federal. História da Administração Tributária no Brasil. Brasília/DF. Receita Federal do Brasil. 2014. p. 98.

<http://www.youblisher.com/p/899379-Receita-Federal-Historia-da-Administracao-Tributaria-no-Brasil/>

134JOÃO MAURÍCIO VITAL. História da Administração Tributária e Aduaneira no Brasil: de 1500 à Receita Federal. Revista da Receita Federal. Estudos tributários e Aduaneiros. Vol 01. Número 01. ago-dez/2014. Brasília/DF. Secretaria da Receita Federal do Brasil. 2014. p. 18.

<http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal>

nº 24.036, de 26 de março de 1934¹³⁵, depois do Decreto-lei nº 4.042, de 22 de janeiro de 1942¹³⁶ e por fim, da Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964¹³⁷.

Nesse período a administração tributária era exercida pela Direção Geral da Fazenda Nacional constituída pelos Departamentos de Rendas Internas, Rendas Aduaneiras e Imposto de Renda, cada um desses departamentos tinha seus respectivos setores de fiscalização, arrecadação e apoio administrativo¹³⁸.

O Decreto nº 63.659, de 20 de novembro de 1968, transformou a Direção-Geral da Fazenda Nacional em Secretaria da Receita Federal, órgão que realiza a administração tributária da União, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda. Foram extintos os departamentos anteriores que eram divididos em razão da matéria tributária e nasceram as coordenações sistêmicas.

1. Coordenação do Sistema de Arrecadação;
2. Coordenação do Sistema de Fiscalização;
3. Coordenação do Sistema de Tributação e
4. Centro de Informações Econômico-Fiscais¹³⁹.

Assim, a Receita passou a trabalhar por processos de trabalho e não mais por grupos de tributos. A primeira estrutura, além das coordenações acima, tinha também:

- Conselho Superior de Tarifas;
- Conselhos de Contribuintes;
- Comissão de Planejamento e Coordenação do Combate ao Contrabando¹⁴⁰;
- Assessoria de Estudos, Planejamento e Avaliação;
- 10 Superintendências Regionais da Receita Federal;

¹³⁵Ver o referido decreto em

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27451&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>

¹³⁶ Ver o referido decreto-lei em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4042.htm

¹³⁷ Ver a referida lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4503.htm

¹³⁸JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY. Histórico da Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/srf/historico.htm>

¹³⁹Art. 4º do Decreto nº 63.659/1968.

¹⁴⁰Art. 4º, parágrafo único do Decreto nº 63.659/1968.

- 50 Delegacias da Receita Federal;
- 19 Inspetorias da Receita Federal;
- 59 Agências da Receita Federal;
- 642 Postos da Receita Federal¹⁴¹.

Depois disso, a Receita Federal foi modernizada com a utilização dos avanços tecnológicos, tais como a informática e a internet.

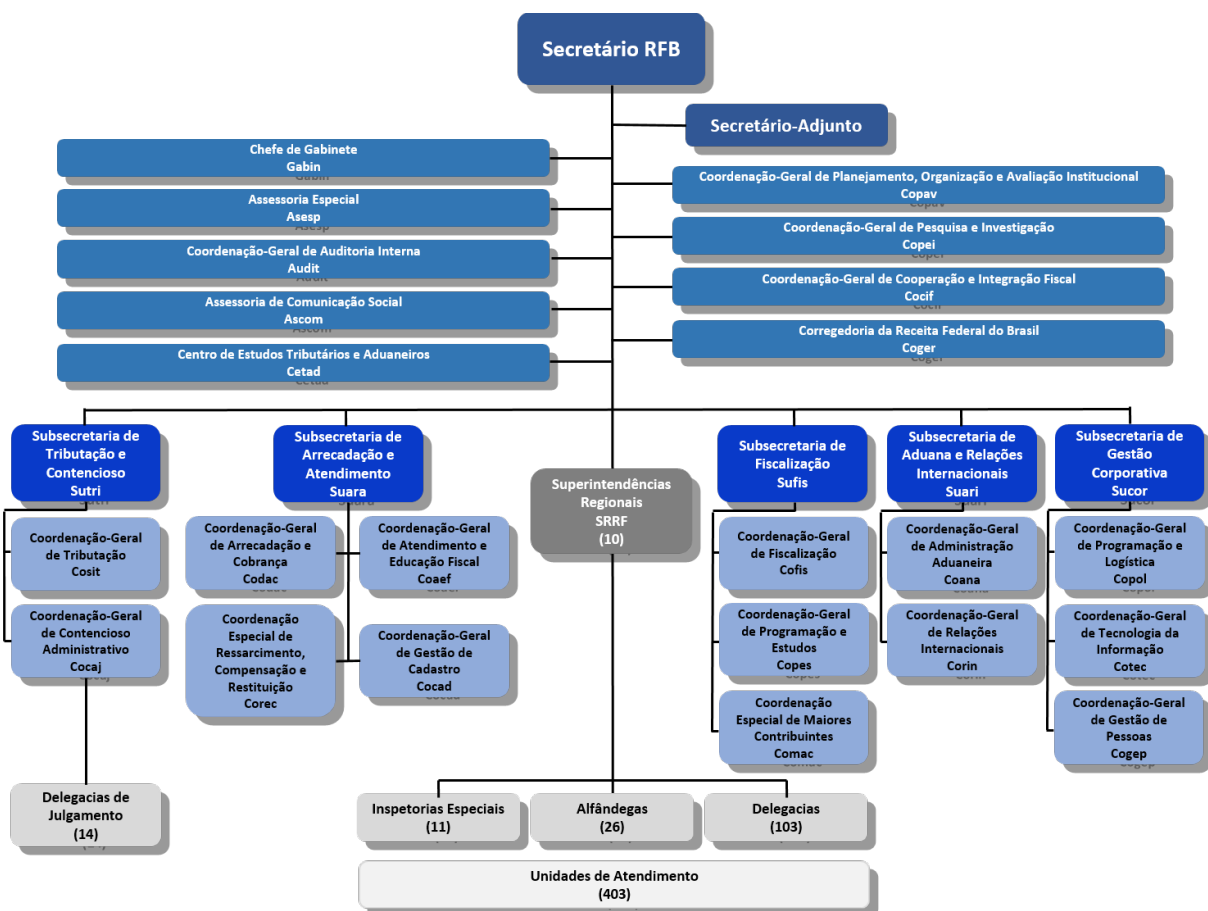
Em 2007, houve a fusão da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária que, juntas, passaram a se chamar Secretaria da Receita Federal do Brasil¹⁴². A medida visou a redução de custos administrativos tanto para o Fisco como para o contribuinte. A unificação e o compartilhamento de dados dos órgãos extintos proporcionou uma maior eficiência à administração tributária e maior praticidade e menos burocracia para o contribuinte.

Hoje, a Receita Federal do Brasil é composta por unidades centrais e unidades descentralizadas que abrangem uma área de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. A estrutura atual é a seguinte:

141CRISTÓVÃO BARCELOS DA NÓBREGA. História do Imposto de Renda no Brasil. Um Enfoque da Pessoa Física (1922-2013). Brasília/DF. Receita Federal. 2014. p. 85.

142Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111457.htm



Estrutura da Receita Federal¹⁴³

E assim, terminamos a parte 2, com a pesquisa histórica voltada, principalmente, para a observação do surgimento dos tributos no Brasil e para as transformações do sistema de tributação e do Fisco brasileiros. Abordamos também alguns pontos sobre os contribuintes e sua relação com a fiscalização. Além disso, foram estudadas algumas manifestações que tiveram como mote a tributação. Passaremos agora a parte 3.

143Site da Receita Federal. <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/institucional/estrutura-organizacional>

FONTES DE PESQUISA ESPECÍFICAS

PARTE 2

ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS. A Independência e o Império do Brasil. Vol. 18. Brasília/DF. Edições do Senado Federal. 2004.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1089/693415.pdf?sequence=4>

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. v. 7. 2ª ed. Brasília/DF. Câmara dos Deputados. Belo Horizonte/MG. Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1982.

<http://portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br/leitura/web/v7?p#>

BERNARDO RIBEIRO DE MORAES. Curso de Direito Tributário. Sistema tributário da Constituição de 1969. Vol. 1. São Paulo/SP. Editora Revista dos Tribunais. 1973.

BORIS FAUSTO. História Concisa do Brasil. 2ª ed. São Paulo/SP. Editora da Universidade de São Paulo. 2014.

CRISTÓVÃO BARCELOS DA NÓBREGA. História do Imposto de Renda no Brasil. Um Enfoque da Pessoa Física (1922-2013). Brasília/DF. Receita Federal. 2014.

<http://www.youblisher.com/p/997520-Historia-do-imposto-de-Renda-no-Brasil/>

Dicionário eletrônico da língua portuguesa. Editora Porto. Appstore.

EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Função Social dos Tributos. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 3. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAFRESP. 2000.

Foto de neta de Tiradentes.

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31227

FRANCIS ALBERT COTTA. Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: Organização Militar nas Minas Gerais do século XVIII. Revista de Humanidades. Nº 3. V. 2. fev-mar/2001. Semestral. Caicó/RN. Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2001.

<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme03/001-p.pdf>

Imagem Desembarque de Cabral em Porto Seguro.

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3a/Oscar_Pereira_da_Silva_-_Desembarque_de_Pedro_%C3%81lvares_Cabral_em_Porto_Seguro_em_1500.jpg

JOÃO MAURÍCIO VITAL. História da Administração Tributária e Aduaneira no Brasil: de 1500 à Receita Federal. Revista da Receita Federal. Estudos tributários e Aduaneiros. Vol 01. Número 01. ago-dez/2014. Brasília/DF. Secretaria da Receita Federal do Brasil. 2014.

<http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal>

JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY. Dicionário de história tributária do Brasil. Brasília/DF. ESAF. 2002.

KENNETH MAXWELL. A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808). Tradução: João Maia. São Paulo/SP. Paz e Terra Editora. 2010.

MÁRCIO EZEQUIEL. Receita Federal. História da Administração Tributária no Brasil. Brasília/DF. Receita Federal do Brasil. 2014.

<http://www.youblisher.com/p/899379-Receita-Federal-Historia-da-Administracao-Tributaria-no-Brasil/>

MARCOS CINTRA. Bank Transactions: Pathway to the single tax ideal. A Modern Tax Technology. The Brazilian Experience with a Bank Transactions Tax (1993-2007). São Paulo. Cyan Artes Gráficas e Editora. 2009.

MARCOS MAGALHÃES. Historiador. Vídeo. Tiradentes. Série “Construtores do Brasil”. TV Câmara.

<https://www.youtube.com/watch?v=P0D-2Vodm9w>

MATEUS, 22:15 a 22. Bíblia. Nova Versão Internacional. NVI. Holy Bible. LifeChurch.tv. Versão 5.9.1. AppStore.

Museu da Inconfidência.

http://www.museudainconfidencia.gov.br/interno.php?pg=acervo_inconfidencia

Museu Histórico Nacional.

<http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria26/mh-g26a003.htm>

Penas tributárias impostas ao povo de Portugal pelo exército invasor em 1808.

http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria_fazendaria/penas tributarias/default.asp
#

Portal do Governo do Estado de São Paulo. História. A Colônia.

http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia_colonia

Portal Globo.com. Sul de Minas.

<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/04/advogado-contesta-versao-e-diz-que-tiradentes-morreu-careca-em-mg.html>

RAYMUNDO FAORO. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre/RS. Editora Globo. 1958.

REGINA CIRINO ALVES FERREIRA. Caso Tiradentes e Repressão Penal: Passado e Presente. Revista Liberdades. Vol 01. maio-ago/2009. São Paulo. IBCCRIM. 2009.

http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/1/historia.pdf

RICARDO TOSTO E PAULO GUILHERME M. LOPES. O Processo de Tiradentes. São Paulo/SP. Conjur Editorial.

RUBIM SANTOS LEÃO. Um sonho de liberdade – A conjuração de Minas. São Paulo/SP. Moderna, 1998.

SINAFRESP. Tributação na Economia Globalizada. São Paulo/SP. Fundação Getúlio Vargas. 1999.

Site Agência Minas Gerais Governo de Todos.

<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/governo-publica-lista-de-agraciados-com-a-medalha-da-inconfidencia/>

Site da Receita Federal. Estrutura.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/institucional/estrutura-organizacional>

Site do Banco do Brasil.

<http://www.bb.com.br/portalbb/page1,136,3527,0,0,1,8.bb>

Site do Governo de Minas Gerais. Bandeira.

<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/5661-nossos-simbolos/26841-bandeira/5146/5044>

Site Memória da Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/default.htm>

Site Só História

<http://www.sohistoria.com.br/ef2/inconfidencia/>

TARCÍSIO JOSÉ MARTINS. Quilombo do Campo Grande. História de Minas que se Devolve ao Povo. Contagem/MG. Santa Clara. 2008.

<http://www.mgquilombo.com.br/site/Livros-Quilombolas/livros/quilombo-do-campo-grande-a-historia-de-minas-que-se-devolve-ao-povo.html>

Tetraneta de Tiradentes tem pensões mantidas pelo STF.

<http://m.stf.jus.br/portal/noticia/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=71124>

PARTE 3

O DIREITO ACHADO NA RUA E OS ECOS DA HISTÓRIA



*Charge de Miguel Paiva
O Estado de São Paulo, 5/10/88
Edição histórica p. 3*

EPÍGRAFE PARTE 3

SÓ DE SACANAGEM ELISA LUCINDA

“Meu coração está aos pulos! Quantas vezes minha esperança será posta à prova? Por quantas provas terá ela que passar? Tudo isso que está aí no ar, malas, cuecas que voam entupidas de dinheiro, do meu, do nosso dinheiro, que reservamos duramente para educar os meninos mais pobres que nós, para cuidar gratuitamente da saúde deles e dos seus pais, esse dinheiro viaja na bagagem da impunidade e eu não posso mais.

Quantas vezes, meu amigo, meu rapaz, minha confiança vai ser posta à prova? Quantas vezes minha esperança vai esperar no cais? É certo que tempos difíceis existem para aperfeiçoar o aprendiz, mas não é certo que a mentira dos maus brasileiros venha quebrar no nosso nariz.

Meu coração está no escuro, a luz é simples, regada ao conselho simples de meu pai, minha mãe, minha avó e os justos que os precederam: “Não roubarás”, “Devolva o lápis do coleguinha”, “Esse apontador não é seu, minha filha”.

Ao invés disso, tanta coisa nojenta e torpe tenho tido que escutar. Até hábeas corpus preventivo, coisa da qual nunca tinha visto falar e sobre o qual minha pobre lógica ainda insiste: esse é o tipo de benefício que só ao culpado interessará.

Pois bem, se mexeram comigo, com a velha e fiel fé do meu povo sofrido, então agora eu vou sacanear: mais honesta ainda vou ficar. Só de sacanagem! Dirão: “Deixa de ser boba, desde Cabral que aqui todo mundo rouba” e vou dizer: “Não importa, será esse o meu carnaval, vou confiar mais e outra vez. Eu, meu irmão, meu filho e meus amigos, vamos pagar limpo a quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês. Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau”. Dirão: “É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal”. Eu direi: Não admito, minha esperança é imortal. Eu repito, ouviram? Imortal! Sei que não dá para mudar o começo mas, se a gente quiser, vai dar para mudar o final!”¹⁴⁴

144ELISA LUCINDA. Só de sacanagem. Texto

<https://www.youtube.com/watch?v=cE1VuxpOshI>

1. HISTÓRIA E CIDADANIA

Para Hannah Arendt, cidadania é o direito de ter direitos¹⁴⁵. Detalhando um pouco mais essa ideia, podemos dizer que cidadania é o direito de participar, em um plano político, das decisões que determinam os rumos do grupo social a que pertencemos. Tais decisões e, por consequência, a cidadania contida nelas, se espalham por uma infinidade de outros planos desse mesmo grupo social. Assim, a cidadania repercute na educação, na economia, no Direito e em muitas outras áreas mais.

A história nos provê uma visão global dos acontecimentos sociais, por meio dos quais, é possível observar como se processa a inter-relação dessas diversas áreas e extrair daí aprendizados valiosos para o aperfeiçoamento de nossas instituições. Este tópico faz a relação entre o contexto histórico e suas implicações no processo de formação da cidadania destacando a contribuição dos movimentos sociais nesse quadro.

1.1. PERÍODO COLONIAL

De 1500 a 1822, os portugueses conseguiram implantar no território brasileiro uma unidade linguística, cultural e religiosa, mas, em compensação, deixaram aqui uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata e uma economia limitada à monocultura latifundiária. Assim, nesse período, a concepção de pátria e de cidadania não tinha a seu dispor todos os ingredientes de que precisava para se desenvolver plenamente.

No início, a educação ficava a cargo dos jesuítas. A construção de escolas públicas ou qualquer outra forma de disseminação do ensino não era uma preocupação do governo colonial. Quando os jesuítas foram expulsos do território brasileiro, em 1759, a situação educacional ficou ainda pior.

No campo do ensino superior, a situação também não era animadora. Portugal não permitia que fossem construídas instituições de ensino superior em território brasileiro. As primeiras faculdades só foram instituídas após a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e as primeiras universidades, somente no século XX. O descaso intencional da administração colonial com a educação dificultou o desenvolvimento de uma consciência cidadã coletiva.

“Não há dados sobre alfabetização ao final do período colonial. Mas se verificarmos que em 1872, meio século após a independência, apenas 16% da população era alfabetizada,

145 JOSÉ RENATO NALINI. Justiça e Cidadania, em Práticas de Cidadania. JAIME PINSKY (Org.). São Paulo/SP. Contexto. 2004. p. 11.

poderemos ter uma ideia da situação àquela época. É claro que não se poderia esperar dos senhores qualquer iniciativa a favor da educação de seus escravos ou de seus dependentes. Não era do interesse da administração colonial, ou dos senhores de escravos, difundir essa arma cívica¹⁴⁶.

Os números da educação superior também não eram dos melhores. Na América espanhola, ao final do período colonial, havia pelo menos 23 universidades, que formaram por volta de 150 mil pessoas. Portugal, no entanto, nunca permitiu que fossem criadas universidades no Brasil colonial. Os brasileiros tinham que ir estudar em Coimbra, o que dificultava muito o acesso ao ensino superior. Dessa forma, entre 1772 e 1872 passaram apenas 1.242 alunos brasileiros por esta instituição¹⁴⁷.

No mais, um dos fatores que mais depôs contra o desenvolvimento da cidadania no Brasil foi a escravidão. Uma grande parte de nossa população era tratada como objeto. Os escravos não tinham direitos, educação... e, mesmo depois da abolição, eles eram socialmente discriminados e economicamente marginalizados.

Depois da abolição da escravatura, eles não tinham empregos, não tinham terras, nem acesso à educação, ou seja, não foram inseridos no contexto social. Após a euforia da libertação, muitos, sem opção, se viram obrigados a voltar às fazendas onde eram escravizados para trabalhar em troca de baixos salários¹⁴⁸.

Na região do café, onde havia mais emprego, eles foram ocupados pelos imigrantes (italianos, alemães, espanhóis, poloneses, japoneses, chineses, libaneses, sírios etc), que eram atraídos para o país pelo governo para substituir a mão de obra escrava, em uma tentativa de embranquecer a população. Aos ex-escravos foram dados, quando muito, os trabalhos mais pesados e mal pagos¹⁴⁹.

Essa situação nos rendeu um triste legado que revela seus reflexos até os dias atuais.

146 JOSÉ MURILO DE CARVALHO. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 19ª ed. Rio de Janeiro/RJ. Civilização Brasileira. 2015. p. 28-29.

147 JOSÉ MURILO DE CARVALHO. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 19ª ed. Rio de Janeiro/RJ. Civilização Brasileira. 2015. p. 29.

148 EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Relação Estado-sociedade. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 2. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014. p. 19 e 22.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

149 EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Relação Estado-sociedade. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 2. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014. p. 19 e 22.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

Ainda hoje, os indicadores sociais são desfavoráveis aos brasileiros de pele negra ou morena. Eles ainda são minoria nos meios onde há mais riqueza e qualidade de vida e são maioria nos meios mais pobres do nosso país¹⁵⁰.

Felizmente, a história nos mostra uma evolução positiva desse quadro, ainda que as mudanças não sejam tão rápidas quanto gostaríamos. Enquanto antes, era permitido escravizar uma pessoa em razão da cor da sua pele, hoje, o racismo é considerado crime inafiançável e imprescritível pela Constituição Federal. A melhora é perceptível, mas ainda há um longo caminho a ser trilhado.

Apesar das dificuldades históricas, os afro-brasileiros também conquistaram espaços de destaque na sociedade. Nas ciências, irmãos Rebouças; na literatura, Machado de Assis e Lima Barreto; e também no esporte, na música, na dança, no teatro e nas artes em geral.

Assim, no final do período colonial, a maioria da população não tinha direitos civis e políticos e era excluída do processo educacional. A ideia de nacionalidade era incipiente e as manifestações populares, expressão de uma cidadania clandestina que somente se manifestava em momentos extremos e era reprimida com avassaladora violência, espalhando o terror a fim de minar as forças de possíveis movimentos futuros.

Apesar da precária cidadania, o período colonial foi palco de diversos movimentos populares, dentre os quais destacamos:

Movimento social	Onde	Quando
Quilombo dos Palmares	Alagoas	1630
Revolta de Beckman	Maranhão	1648
Guerra dos Emboabas	Minas Gerais	1708
Guerra dos Mascates	Pernambuco	1710
Revolta de Filipe dos Santos	Minas Gerais	1720
Conjuração Mineira	Minas Gerais	1789
Conjuração Baiana	Bahia	1798
Revolução Pernambucana	Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte	1817

Essas manifestações tiveram um papel importante para o início da formação de uma identidade nacional e para a gestação de uma cidadania mais desenvolvida no Brasil. Elas

150EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Relação Estado-sociedade. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 2. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014. p. 19 e 22.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

irmanaram seus integrantes em torno de propósitos comuns de combate e crítica a ações governamentais. Foram os primeiros ensaios práticos de uma expressão cidadã futura, mais elaborada e aperfeiçoada.

1.2. A PARTIR DA INDEPENDÊNCIA

Na Independência, as manifestações populares tiveram um papel apenas coadjuvante no processo emancipatório. O verdadeiro protagonista foi a negociação entre as elites brasileiras e o governo português, intermediadas pela Inglaterra, a qual rendeu ao Brasil o ônus de pagar a Portugal 2 milhões de libras esterlinas pela sua Independência¹⁵¹.

A transição sem guerras facilitou a preservação do *status quo* e por isso não se notaram grandes mudanças no cenário brasileiro da época. A escravidão continuou vigente, apesar das pressões inglesas. A sangrenta guerra contra o Paraguai de 1846-1870, ao instituir um inimigo estrangeiro em comum, contribuiu para o início de uma unificação das identidades regionais em um só ideal de nação.

No âmbito dos direitos políticos, a Constituição de 1824 dizia que os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil réis podiam votar, ou seja, cerca de 50% da população masculina adulta, antes de 1881. As mulheres e os escravos não tinham direito ao voto¹⁵².

Na Primeira República (1889-1930), apenas a barreira da renda foi eliminada. Continuavam excluídos contudo, as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas e os analfabetos.

Mas os que votavam também não eram cidadãos plenos, pois carregavam a negativa herança colonial acima tratada. Muitos eram analfabetos, incapazes de ler um jornal, uma lei, uma decisão judicial. Grande parte vivia em áreas rurais fechadas à ação da lei¹⁵³, nelas o Estado eram os coronéis. Os que votavam nessas áreas estavam sob o jugo do chamado coronelismo. Na época, o voto era aberto e os coronéis mandavam seus capangas aos locais de votação para intimidar os eleitores e, desse modo, angariar votos.

151 JOSÉ MURILO DE CARVALHO. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 19ª ed. Rio de Janeiro/RJ. Civilização Brasileira. 2015. p. 32-33.

ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS. A Independência e o Império do Brasil. Vol. 18. Brasília/DF. Edições do Senado Federal. 2004.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1089/693415.pdf?sequence=4>

152 JOSÉ MURILO DE CARVALHO. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 19ª ed. Rio de Janeiro/RJ. Civilização Brasileira. 2015. p. 35-36.

153 Que nem algumas favelas de hoje.

Além da intimidação, utilizavam também o poder econômico para aliciar os eleitores, oferecendo trabalho, dinheiro e moradia em troca de votos. A pobreza deixava a população ainda mais vulnerável ao poder econômico. Em razão dessas práticas, essas regiões ficaram conhecidas na história brasileira como currais eleitorais. Utilizando os poderes que tinham sobre essas áreas, os coronéis barganhavam favores políticos com os estados e com a União.

Nas cidades, muitos eleitores eram funcionários públicos e assim, também controlados pelo governo. No saldo tínhamos um processo eleitoral extremamente questionável e sujeito a fraudes. A ficção democrática assemelhava-se mais a um show de marionetes do que a um exercício de cidadania.

Da independência até 1930, não havia no Brasil uma organização política popular, opinião pública atuante, nem eleitorado amplo e esclarecido. Mas, mesmo assim, o povo se manifestava, indo, muitas vezes, além das fronteiras da legalidade da época e criando novas fronteiras legais por meio da força histórica de seus movimentos.

Segue alguns movimentos sociais desse período.

Movimento social	Onde	Quando
Revolta dos Cabanos	Pernambuco e Alagoas	1832
Cabanagem	Pará	1835
Revolta dos Malês	Bahia	1835
Guerra dos Farrapos	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	1835
Sabinada	Bahia	1837
Balaiaida	Maranhão	1838
Revolta do quebra-quilos	Rio de Janeiro	1871
Canudos	Bahia	1893
Revolta da Vacina	Rio de Janeiro	1904
Revolta da Chibata	Rio de Janeiro	1910
Contestado	Paraná e Santa Catarina	1912

Com o decorrer da história, as cidades começaram a crescer e com elas a classe operária. O movimento operário promoveu a realização da primeira greve geral no Brasil em 1917. Contudo, naquele momento, a luta pela cidadania foi sufocada pela cooperação dos sindicatos com o Estado. Isso acabou por retardar o processo de conquistas cidadã desse movimento social.

Outra manifestação social que merece destaque é o movimento em favor do sufrágio

feminino que, em 1932, deu às mulheres o direito de votar e serem votadas. Outros direitos, no entanto, só foram iguallados entre homens e mulheres na Constituição de 1988.

Hoje, as mulheres são maioria na população e entre os eleitores brasileiros. Têm também maior nível de escolaridade. Apesar disso, o elemento feminino tem uma representatividade muito pequena na política brasileira¹⁵⁴. No entanto, as mulheres têm conquistado espaços importantes no cenário político nacional. Hoje, por exemplo, enquanto eu escrevo, quem governa o país é uma mulher.

Todos esses movimentos revelam que, apesar de excluída das decisões políticas do país e da carência educacional histórica, a população tinha alguma noção de direitos, mínima que fosse em alguns momentos da história. Assim, o Estado era aceito desde que não violasse esse espaço de direitos intuitivos. Caso contrário, a população se insurgia a fim de modificar a situação.

Existe um mito no Brasil de que os brasileiros não reclamam, de que são passivos e aceitam tudo calados. A história, contudo prova o contrário. Ela está recheada de reclamações dos brasileiros. Inúmeras manifestações de protesto, revoltas e revolução aconteceram nesses 500 anos. Muitos movimentos populares de norte a sul do país têm registro em nossa historiografia. Quiçá, as manifestações podem ter ido muito além das registradas, já que ocultá-las e propalar o tal mito, também era uma forma de minar as forças de manifestações futuras.

A história nos mostra que o povo brasileiro nunca foi politicamente apático, muito embora, em razão dos níveis educacionais, sua cidadania fosse predominantemente reativa e não propositiva. Ou seja, a cidadania só despertava quando as arbitrariedades das autoridades chegavam às raias do insustentável. No resto do tempo, ela continuava adormecida esperando a educação formar a consciência nacional para uma atividade cidadã mais elaborada, crítica e criativa.

1.3. A PARTIR DE 1930

A partir de 1930, esse cenário começou a se movimentar. Na evolução dos direitos políticos, experimentamos a alternância entre autoritarismo e democracia. No âmbito dos direitos trabalhistas, a CLT em 1943 foi um marco. A formação da identidade nacional também teve grandes progressos nesse período, tanto em razão das campanhas governistas

¹⁵⁴TSE. Mulheres na Política. Vem Pra Urna. Vídeo.

<https://www.youtube.com/watch?v=11R8awxN5z4>

que estimulavam o nacionalismo quanto em virtude da união nas lutas contra os regimes autoritários.

A Constituição de 1934, de forma inédita no país, reservava um capítulo para tratar da ordem econômica e social. Ela consagrou a jornada de oito horas e a criação de um salário-mínimo. A Constituição de 1937 também registrou pequenos avanços nos direitos civis.

Getúlio Vargas compensava a falta de liberdade política com concessões sociais e, assim, conseguiu muita popularidade e vida longa no cenário político nacional. Os direitos sociais surgiram como um favor do governo autoritário de Vargas, traduzindo uma cidadania ainda passiva e receptora.

A Constituição de 1946 manteve as conquistas dos direitos sociais de outrora e avançou nos direitos civis e políticos. As ameaças ditatoriais, contudo, faziam a democracia vacilar, revelando a sua fragilidade e a falta de bases sólidas. Sintomaticamente, os direitos sociais quase não evoluíram no período democrático de 1946 a 1964.

A polarização política do mundo, em razão da Guerra Fria, chega ao Brasil e, temendo o avanço socialista, os militares encontram o pretexto ideal para a implantação da ditadura. Também após o golpe militar de 1964, a ditadura esteve presente na cena política brasileira e, aí, vemos a lei servir aos seus propósitos autoritários, sendo moldada conforme os interesses governistas e alterada sempre que se confrontava com estes mesmos interesses.

Os avanços dos direitos sociais, nesse período, não foram o resultado da luta social ou da participação popular por meio do exercício dos direitos políticos. Os direitos sociais continuaram sendo concedidos como parte de uma estratégia política para conquistar popularidade e manter-se no poder, como na época de Vargas. Mas o preço disso era bem alto, já que, por outro lado, os direitos humanos foram bem precarizados nessa época e quem ousava discordar era vítima de sérias violações a esses direitos.

O Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969¹⁵⁵ instituiu as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) que fizeram parte do currículo escolar no período militar. Foram instituídas licenciaturas de curta duração onde a pessoa estudava menos que em um curso normal de História ou Geografia e já estava apta para dar aulas de OSPB. Era a educação a serviço da desestabilização da reflexão crítica¹⁵⁶ e

¹⁵⁵Ver o referido decreto-lei em

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>

¹⁵⁶Moral e Cívica e OSPB existiram apenas durante o governo militar. Notícia.

<http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2013/07/moral-e-civica-e-ospb-existiram-apenas-durante->

da alienação, ou seja, era a própria negação da educação por subversão de seus fins maiores.

O regime militar restringiu as eleições para a maior parte do Poder Executivo e alterava as regras toda vez que a derrota do governo se aproximava, contudo, as eleições para o Poder Legislativo foram mantidas. “Com argumentos cívicos, foi estabelecida a multa de até três salários mínimos para os eleitores que não se alistassem ou não votassem, além da exigência da prova de ter votado para obter passaporte ou carteira de identidade, inscrever-se para concurso e obter empréstimo de órgãos públicos. Com isso, entre 1996 e 1982, a participação do eleitorado cresceu 163%”¹⁵⁷.

Com isso o eleitorado cresceu bastante durante os governo militares. “Em 1960, nas eleições presidenciais, votaram 12,5 milhões de eleitores; nas eleições senatoriais de 1970 votaram 22,4 milhões; nas de 1982, 48,7 milhões, nas de 1986, 65,6 milhões. Em 1960, a parcela da população que votava era de 18%; em 1986, era de 47%, um crescimento impressionante de 161%. Isto significa que 53 milhões de brasileiros, mais do que a população total do país em 1950, foram formalmente incorporados ao sistema político durante os governos militares”¹⁵⁸.

O regime militar cerceava a maioria dos direitos políticos e civis e expandia os direitos sociais. Impunha o voto, mas utilizava artifícios para esvaziar os seus efeitos. Apesar disso, o aumento do eleitorado, ao popularizar o hábito de votar, contribuiu positivamente para o desenvolvimento de uma cultura de cidadania mais ativa e participativa.

A base de sustentação do regime militar eram os benefícios proporcionados à população pelos direitos sociais concedidos de forma paternalista, a legitimação de fachada por meio do processo eleitoral esvaziado que tinha poucas chances de trazer mudanças efetivas e, principalmente, o milagre econômico¹⁵⁹. Quando o milagre econômico ruiu a ditadura foi junto com ele. Os movimentos sociais voltaram à cena e as forças do regime militar se esgotaram rapidamente.

A mobilização pelas “Diretas Já”, uma das maiores campanhas populares da história do Brasil, culminou na volta da democracia e criou um ambiente de liberdade e otimismo no país, sustentado pela ideia de que o poder popular guiaria a nação por bons caminhos. O

o-governo-militar.html

157 LETÍCIA BICALHO CANÊDO. Aprendendo a Votar, em História da Cidadania. JAIME PINSKY E CARLA BASSANEZI PINSKY (Org.). 6ª ed. São Paulo/SP. Contexto. 2014. p. 540.

158 JOSÉ MURILO DE CARVALHO. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 19ª ed. Rio de Janeiro/RJ. Civilização Brasileira. 2015. p. 171.

159 Sobre o milagre econômico ver o item 8.4 da Parte 2.

eleitorado, em 1986, passou dos 60 milhões. A utilização dos avanços tecnológicos nas eleições, como a introdução da urna eletrônica, aperfeiçoou o processo eleitoral e garantiu maior lisura e rapidez aos resultados das votações.

Em razão de todo esse passado histórico, a Constituição de 1988 foi a mais democrática que o país já teve, sendo inclusive chamada de Constituição Cidadã. Ela consagrou as eleições diretas para Presidente da República e diversos direitos e garantias foram ali previstos com riqueza de detalhes.

Apesar da vitória da redemocratização, as experiências governamentais que tivemos após a queda do regime militar revelaram que o regime democrático, por si só, não resolverá, automaticamente, todos os problemas que afligem o Brasil. A educação também tem importante papel nesse processo, pois o poder de decidir sobre os caminhos da nação precisa ser acompanhado da capacidade de decidir sobre os caminhos da nação. Dessa forma, as chances de a democracia gerar bons frutos aumentarão.

A história do Brasil nos mostra que os movimentos sociais tiveram grande peso na conformação da cidadania e do ordenamento jurídico atual brasileiro. Os clamores sociais foram experiências que moldaram as nossas normas ao influenciar reações em cadeia no jogo de forças componentes da nossa comunidade. Mesmo aqueles movimentos que foram frustrados em seus objetivos imediatos, à época, tiveram seu quinhão de contribuição para as mudanças jurídicas consagradas ao longo do tempo.

As normas tributárias não fogem a essa regra. Elas também foram deveras influenciadas pelas movimentações da sociedade, tanto no plano político, econômico, como também na esfera das manifestações públicas, ou seja, da cidadania. O Direito Achado na Rua estuda essas interações, buscando um novo olhar sobre as questões jurídicas. É sobre ele que passaremos a falar agora.

2. O DIREITO ACHADO NA RUA

Apresentamos agora o Direito Achado na Rua, evidenciando suas linhas mestras para, em seguida, a partir de seus fundamentos, tecer reflexões envolvendo a pesquisa histórica acima exposta, o Direito Tributário e a Educação Fiscal.

2.1. ORIGEM

O Direito Achado na Rua é uma corrente de pensamento jurídico fundada na década de 1980 por Roberto Lyra Filho, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Após a sua morte em 1986, o também professor da UnB, José Geraldo de Sousa Júnior deu continuidade ao trabalho iniciado por Lyra Filho.

Essa corrente se originou a partir da reflexão e prática de um grupo de intelectuais que se reuniram em um movimento denominado Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR). Entre os nomes que colaboraram e incentivaram o movimento destacamos: Raymundo Faoro, Marilena Chauí, Boaventura de Sousa Santos¹⁶⁰, Agostinho Ramalho Marques Neto¹⁶¹ e J. J. Gomes Canotilho que, sobre o movimento, registrou: trata-se de recuperar o “impulso dialógico e crítico que hoje é fornecido pelas teorias políticas da justiça e pelas teorias críticas da sociedade”, por meio de “compromissos com formas alternativas do Direito oficial como a do chamado Direito Achado na Rua, compreendendo nesta última expressão, um importante movimento teórico-prático centrado no Brasil e na UnB”¹⁶².

A Nova Escola adotou a abreviatura NAIR, em homenagem a Nair Heloísa Bicalho de Sousa, cientista social e esposa de José Geraldo de Sousa Jr. Na exposição do projeto é explicado que “esta NAIR-gente foi, assim, a madrinha da NAIR-Escola, porque desde o primeiro momento, nos incentivou, embora não seja responsável pelas nossas opções teóricas e práticas. Adotando seu nome, quisemos transmitir, igualmente, a sugestão de brilho e luminosidade¹⁶³, pois também julgamos perceber alguma luz, varando as trevas estereis e

¹⁶⁰Ver BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. Para uma Revolução Democrática da Justiça. 3ª ed. São Paulo/SP. Cortez Editora. 2011.

¹⁶¹GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETO, MARIA KARLA OSÓRIO E EDGARD LINCOLN DE PROENÇA ROSA. O projeto, em Revista Direito e Avesso. Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Ano II. Nº 3. jan-jul/1983. Brasília/DF. Edições Nair. 1983. p. 29-30.

¹⁶²Em NAIR HELOISA BICALHO DE SOUSA, ALEXANDRE BERNARDINO COSTA, LÍVIA GIMENES DA FONSECA E MARIANA DE FARIA BICALHO. O Direito Achado na Rua: 25 Anos de Experiência de Extensão Universitária. Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília. Ano 10. Nº 18. dez-2010. UnB. 2010. p. 51.

<http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/5971/4942>

¹⁶³Etimologicamente, Nair significa luminoso, brilhante.

repetitivas das ideologias jurídicas tradicionais”¹⁶⁴.

Lyra Filho explica cada um dos termos que dão nome ao movimento. Sobre a palavra Escola, ele diz: “adotamos o rótulo de Escola, não por arrogância, mas por humildade. Não impomos lições: procuramos juntos a verdade; não somos mestres, mas eternos estudantes, que nunca deixarão de sê-lo, para evitar que as nossas cabeças se tornem museu de ideologia e pantanal de subserviência”. E diz mais ainda, “Também não adotamos o rótulo de Escola por dogmatismo; as nossas conclusões não formam corpo de doutrina a ser engolida como um catecismo. Reconhecemos, tão só, que, na pesquisa e reflexão, há menos probabilidade do erro, quando empreendidas em trabalho de companheiros associados, formando um vivo entreposto de trocas intelectuais. Escola, para nós, quer dizer fraternidade, entrosamento e comunhão de esforços, que se escoram reciprocamente e se reajustam à crítica dos consórcios. Nossos princípios comuns têm, por isto, flexibilidade, apesar da firmeza do engajamento e compromisso. Em nossa Escola, não há patrulhas, dominações e gurus. Somos trabalhadores livres, cuja inteligência reconhece a legítima influência dos mais doutos e experientes, sem tutelas e curatelas, externas ou internas”¹⁶⁵.

A Escola é intitulada Nova, para demonstrar que sua proposta, apesar de não renegar as vozes do passado, procura uma visão nova, diferente da que, tradicionalmente, se prega no Direito. A Nova Escola é jurídica porque visa reexaminar o Direito enquanto uma positivação dos princípios libertadores, resultante do conjunto das movimentações sociais. E, por fim, é Brasileira, por que nasceu no Brasil, tendo como membros iniciais intelectuais e juristas brasileiros¹⁶⁶.

O vasto material produzido pela NAIR o qual também proporcionou o amadurecimento teórico do movimento foi veiculado, em especial, por meio da Revista Direito & Avesso, fundada em 1982 como Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira.

Mais à frente, o projeto continuou a se desenvolver por meio da publicação dos volumes de Introdução Crítica ao Direito da Série O Direito Achado Rua da Universidade de Brasília. O volume 1 trata do Direito Achado na Rua de forma ampla; o volume 2 aplica a ótica do

Site Dicionário de Nomes Próprios. Nair. <http://www.dicionariodenomesproprios.com.br/nair/>

164 GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETO, MARIA KARLA OSÓRIO E EDGARD LINCOLN DE PROENÇA ROSA. III – O projeto. Revista Direito e Avesso. Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Ano II. Nº 3. jan-jul/1983. Brasília/DF. Edições Nair. 1983. p. 27.

165 ROBERTO LYRA FILHO. A Nova Escola Jurídica Brasileira, em Revista Direito e Avesso. Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Ano I. Nº 1. jan-jun/1982. Brasília/DF. Edições Nair. 1982. p. 13.

166 ROBERTO LYRA FILHO. A Nova Escola Jurídica Brasileira, em Revista Direito e Avesso. Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Ano I. Nº 1. jan-jun/1982. Brasília/DF. Edições Nair. 1982. p. 13.

Direito Achado na Rua de forma mais específica ao Direito do Trabalho; o volume 3, ao Direito Agrário; o volume 4, ao Direito à Saúde; o volume 5, ao Direito das Mulheres e há ainda um volume 6 que é a versão em espanhol, revista e ampliada do volume 4 sobre o Direito à Saúde¹⁶⁷.

Seus textos são “antes pré-textos para o esclarecimento de experiências coletivas cujo sentido advém da capacidade criadora de direitos inéditos num cotidiano de práticas sociais transformadoras da realidade”¹⁶⁸. São textos que embasam uma reflexão crítica do Direito, a partir de uma **ótica social, histórica, criativa, teleológica e não-convencional**.

Os textos da NAIR e do Direito Achado na Rua despertam o interesse de significativo número de leitores desde a época de seu nascimento até os dias atuais e tem muitos adeptos em todo o Brasil e no exterior. Seus conteúdos, no entanto, até pelo caráter heterodoxo que carregam, arrebanharam também muitos críticos que se colocam contra o movimento.

Essa polarização de posicionamentos revela que os temas abordados pela NAIR tocam em região sensível do Direito, quando procuram estimular o **questionamento de paradigmas, a reflexão, o debate jurídico mais aberto e menos dogmático**.

O nome Direito Achado na Rua foi criado a partir da aplicação do epigrama hegeliano nº 3 de Marx ao campo de estudo jurídico. Diz o referido epigrama:

“Kant e Fichte buscavam o país distante
pelo gosto de andar lá no mundo da lua
mas eu tento só ver, sem viés deformante,
o que pude encontrar bem no meio da rua”¹⁶⁹

A Rua é, aí, uma metáfora que simboliza o espaço público, palco frequente onde os acontecimentos e manifestações sociais ganham expressão e concretude.

167Ver Site O Direito Achado na Rua. <http://oDireitoachadonarua.blogspot.com.br/p/publicacoes.html> e

Site Agência Fiocruz. <http://www.agencia.fiocruz.br/unb-e-fiocruz-bras%C3%ADlia-lan%C3%A7am-sexto-livro-da-s%C3%A9rie-Direito-achado-na-rua>

168EQUIPE. Apresentação da 4ª Edição, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993. p. 5.

169JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. O Direito Achado na Rua: Concepção e prática, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série O Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993. p. 7-8.

2.2. LINHAS MESTRAS

A concepção teórica de O Direito Achado na Rua demanda a superação de alguns paradigmas da visão jurídica tradicional. O primeiro deles é a separação entre teoria e prática, muito comum na forma dogmática de ver o Direito. **O Direito Achado na Rua defende não haver teoria sem prática e prática sem teoria**¹⁷⁰.

O segundo, é a divisão estanque e rígida do saber científico. “A realidade não possui essa divisão que foi criada artificialmente pela modernidade”. “O fenômeno jurídico por ocorrer na sociedade, necessita dos olhares das mais diversas disciplinas para sua integral compreensão. Nesse sentido, uma combinação de pontos de vista oriundos da sociologia, antropologia, ciência política, psicologia, educação, história e economia é necessária para dar conta da complexidade deste fenômeno”¹⁷¹.

Por isso, um **“outro elemento básico na formulação teórica do Direito Achado na Rua é a interdisciplinariedade”**. Nesse contexto, são fundamentais à prática interdisciplinar do Direito a sociologia jurídica, tal como entendida por Roberto Lyra Filho e a historicidade do fenômeno jurídico¹⁷².

A Nova Escola, insere-se, assim, em um contexto de luta social e crítica teórica como **pensamento alternativo, heterodoxo e não-conformista**, cujo objetivo é construir um **posicionamento mais científico e filosófico e menos ideológico do discurso jurídico, em busca de uma concepção jurídica de transformação social**¹⁷³.

O posicionamento que deu base ao movimento foi inicialmente designado como humanismo dialético de Lyra Filho. Esse pensamento considera a legalidade, mas combate seus excessos por meio de um olhar que também se aproxima da vida jurídica prática. O

170NAIR HELOISA BICALHO DE SOUSA, ALEXANDRE BERNARDINO COSTA, LÍVIA GIMENES DA FONSECA E MARIANA DE FARIA BICALHO. O Direito Achado na Rua: 25 Anos de Experiência de Extensão Universitária. Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília. Ano 10. Nº 18. dez-2010. UnB. 2010. p. 45.

171NAIR HELOISA BICALHO DE SOUSA, ALEXANDRE BERNARDINO COSTA, LÍVIA GIMENES DA FONSECA E MARIANA DE FARIA BICALHO. O Direito Achado na Rua: 25 Anos de Experiência de Extensão Universitária. Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília. Ano 10. Nº 18. dez-2010. UnB. 2010. p. 45.

172NAIR HELOISA BICALHO DE SOUSA, ALEXANDRE BERNARDINO COSTA, LÍVIA GIMENES DA FONSECA E MARIANA DE FARIA BICALHO. O Direito Achado na Rua: 25 Anos de Experiência de Extensão Universitária. Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília. Ano 10. Nº 18. dez-2010. UnB. 2010. p. 45.

173JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. O Direito Achado na Rua: Concepção e prática, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993. p. 7-8.

pensamento de Lyra Filho tem influências de Hegel e Marx.

“A defesa do formalismo, a título de segurança, cai na armadilha da pura formalização, transformada em critério de legitimidade, e, portanto, leva à aceitação de todo Direito formalizado como *eu ipso* legítimo, desde que convenientemente legislado”¹⁷⁴. O humanismo dialético de Lyra Filho, fomentado pela Nova Escola, ganhou corpo e deu origem à expressão Direito Achado na Rua, que passou a reunir a evolução das ideias iniciais do movimento.

Sobre o assunto, J. J. Gomes Canotilho diz que “se incluirmos no Direito Constitucional outros modos de pensar, poderemos fazer face ao desencanto provocado pelo formalismo jurídico conducente, em certa medida, à procura de outros modos de conhecer as regras jurídicas. Estamos a referir sobretudo às propostas de entendimento do Direito como prática social e o compromisso com formas alternativas do Direito oficial como O Direito Achado na Rua”¹⁷⁵.

O Direito Achado na Rua intenciona ser um modo de produção de conhecimento novo desenvolvido a partir da **reflexão acerca da práxis social na luta por justiça e direitos** e da relação existente entre estes dois últimos.

Segundo José Geraldo de Sousa Júnior, “trata-se de uma leitura dialética do fenômeno jurídico, cuja captação se dá num plano alargado de sua manifestação positivada, isto é, a partir da realidade plural de múltiplos ordenamentos sociais e do aparecer de seus respectivos projetos de organização política”. Assim, o Direito não é visto como ordem estagnada, mas sim como processo histórico, como positivação em luta, dos princípios libertadores, oriundos do social em movimento¹⁷⁶.

Para Lyra Filho o Direito “se apresenta como a positivação da liberdade conscientizada e conquistada nas lutas sociais e formula os princípios supremos da Justiça Social que nelas se desvenda. Por isso, é importante não confundi-lo com as normas em que venha a ser vazado, com nenhuma das séries contraditórias de normas que aparecem na dialética social. Essas

174 ROBERTO LYRA FILHO. Para uma Visão Dialética do Direito, em Sociologia e Direito. Textos Básicos para a disciplina de Sociologia Jurídica. 2ª ed. CLÁUDIO SOUTO E JOAQUIM FALCÃO (Org.). São Paulo/SP. Pioneira. 1999. p. 71.

175 J. J. GOMES CANOTILHO citado em ALEXANDRE BERNARDINO COSTA E JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. O Direito Achado na Rua: uma Ideia em Movimento, em Introdução Crítica ao Direito da Saúde. Série O Direito Achado na Rua. Vol. 4. ALEXANDRE BERNARDINO COSTA E OUTROS (Org.). Brasília/DF. CEAD/UnB. 2009. p. 24.

http://rededireitosanitario.fiocruz.br/wp-content/uploads/2011/08/O_Direito_Achado_na_Rua_PDF-vol.4.pdf

176 JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. O Direito Achado na Rua: Concepção e prática, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série O Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993. p. 7-8.

últimas pretendem concretizar o Direito, realizar a Justiça, mas nelas pode estar a oposição entre a Justiça mesma, a Justiça Social atualizada na História, e a 'justiça' de classes e grupos dominadores, cuja ilegitimidade, então, desvirtua o 'Direito' que invocam. Também é um erro ver o Direito como pura restrição à liberdade, pois, ao contrário, ele constitui a afirmação da liberdade conscientizada e viável, na coexistência social; e as restrições que impõe à liberdade de cada um legitimam-se apenas na medida em que garantem a liberdade de todos. A absoluta liberdade de todos, obviamente, redundaria em liberdade para ninguém, pois tantas liberdades particulares atropelariam a liberdade geral”¹⁷⁷.

A concepção dialética do Direito é a proposta da Nova Escola para fundamentar a eficácia das normas, não no juspositivismo nem no jusnaturalismo, “mas na própria experiência da sociedade, dentro do processo histórico, inaugurando uma visão concreta, aglutinadora e totalizante do fenômeno jurídico”¹⁷⁸.

Para o Direito Achado na Rua, o Estado declara o Direito que emerge da sociedade. A enunciação legal que o Estado produz, portanto, não esgota o Direito, pois continua a haver Direito além da lei, fora da lei e, em alguns casos, até mesmo, contra a lei. O Direito, então, não se reduz à lei que é apenas uma expressão estatal de um determinado tipo de Direito. A lei comporta em si apenas uma parte do fenômeno jurídico¹⁷⁹.

“Há, sempre, direitos, além e acima das leis, até contra elas, como o direito de resistência, que nenhum constitucionalista, mesmo reacionário, poderá desconhecer; ou o Direito Internacional, que encampa direitos contra os Estados, tal como no caso do genocídio praticado mediante leis que oprimem e destroem grupos e povos, ou o direito de resistência nacional contra o invasor estrangeiro, ainda quando os governos de fato – os Estados, portanto – ordenam a cessação das hostilidades”¹⁸⁰.

Partindo dessa ideia, o Direito Achado na Rua admite o pluralismo jurídico, ou seja, a existência de Direitos em outros espaços sociais, os quais produzem ordenamentos jurídicos

177ROBERTO LYRA FILHO. O que é o Direito. Coleção Primeiros Passos. Nº 62. São Paulo/SP. Brasiliense. 2012. p. 102.

178MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS. As ideologias e a filosofia. Direito: positivismo e jusnaturalismo. Nova ciência antidogmática do Direito, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993. p. 16.

179O Direito Achado na Rua. Vídeo.

<https://www.youtube.com/watch?v=1zOhxb7WyVg>

180ROBERTO LYRA FILHO. Porque Estudar Direito, hoje?, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993. p. 23.

concomitantes, competitivos e contraditórios, que refletem as contradições da própria dinâmica social¹⁸¹.

A visão dialética do Direito, proposta pelo Direito Achado na Rua, defende que, além do Direito positivo, existem outros direitos que ainda não conseguiram sua hegemonia, mas que estão em processo de positivação. Esses direitos são descobertos pelo Direito positivo no processo histórico-social, a partir do qual se tornam mais visíveis e patentes.

“A dialética, ao revés, nos ensina a ver que as contradições do Direito em devenir e dos conjuntos de normas em que elas se vertem não são jamais extrínsecas: é com elas, através delas que o Direito se transforma e avança, continuamente, conscientizando as barreiras e superando-as com os próprios elementos ali manifestados. Direito nunca 'é', definitivamente, e, sim, 'vem a ser', na práxis evolutiva”¹⁸².

O Direito tem uma dinâmica que lhe é conferida historicamente pela sociedade e que transforma direitos não-positivados em direitos positivados. Assim, o Direito positivo é apenas uma das faces do Direito, é o Direito do Estado, mas não é o único Direito. A matéria-prima dos novos direitos positivos são os direitos ainda não legislados que cozinham no caldeirão social até estarem prontos para serem servidos no mundo normativo estatal.

Para Lyra Filho, “o direito não é; ele se faz, nesse processo histórico de libertação – enquanto desvenda progressivamente os impedimentos da liberdade não-lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos e sua filtragem nas normas costumeiras e legais tanto pode gerar produtos autênticos (isto é, atendendo ao ponto atual mais avançado de conscientização dos melhores padrões de liberdade em convivência), quanto produtos falsificados (isto é, a negação do direito do próprio veículo de sua efetivação, que assim se torna um organismo canceroso, como as leis que ainda por aí representam a chancela da iniquidade, a pretexto da consagração do direito)”¹⁸³.

O Direito Achado na Rua é frequentemente utilizado por advocacias populares, comissões de direitos humanos e de movimentos sociais que buscam fundamentos teóricos para que a luta por justiça não seja encarada como ações marginais ou criminosas,

181O Direito Achado na Rua. Vídeo.

<https://www.youtube.com/watch?v=1zOhxb7WyVg>

182ROBERTO LYRA FILHO. A Nova Escola Jurídica Brasileira, em Revista Direito e Avesso. Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Ano I. Nº 1. jan-jun/1982. Brasília/DF. Edições Nair. 1982. p. 14.

183Em JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. O Direito Achado na Rua: Concepção e prática, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993. p. 8.

mas sim como uma expressão jurídica legítima de luta por direitos em uma perspectiva cidadã.

Dessa forma, a concepção do Direito Achado na Rua “emerge, transformadora, dos espaços públicos – a rua – onde se dá a formação de sociabilidades reinventadas que permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e participação democrática”¹⁸⁴.

“Ali, a correnteza dos fatos sociais – isto é, a práxis jurídica inteira e sem mutilações – forma a energia esclarecedora das ideias, que logo regressam às mesmas águas potentes, estabelecendo a conexão com o fluxo da realidade móvel, sem a qual não há luz nem se faz avançar o saber”¹⁸⁵

2.3. CAMPO DE ATUAÇÃO

Com a redemocratização, o acesso da sociedade ao judiciário tornou-se amplo, contudo, em muitos casos, a lei tornou-se uma promessa vazia, pois o aparato legal, em vários momentos, não dá conta de proporcionar a efetividade que se espera do Direito positivo, que, desse modo, se torna inútil.

Em outros casos, conflitos muito novos surgem e as normas positivadas não os conseguem abarcar criando impasses judiciais que demandam um novo olhar sobre leis velhas ou até mesmo um primeiro olhar sobre questões que nunca foram vistas antes e para as quais ainda sequer existem leis. Diante de uma cultura jurídica essencialmente positivista, o judiciário não estava preparado para enfrentar tais situações que se tornam frequentes com a aceleração das transformações do mundo globalizado.

Procurando uma solução dentro dos restritos muros do positivismo, as decisões judiciais apelam para o formalismo a fim de encontrar uma saída. Ao privilegiarem critérios meramente formais em detrimento de critérios de justiça substantiva, essas decisões provocaram uma tendência frequente de desacato de suas ordens por parte daqueles que se viam prejudicados por elas. O Direito Achado na Rua, atento a essas questões, procura estudar os fenômenos relativos à anomia e aos direitos ainda em processo de construção e positivação.

José Geraldo de Sousa Jr. “sustentando um projeto de pesquisa que explora a ausência

184 JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. *Direito como Liberdade. O Direito Achado na Rua*. Porto Alegre/RS. Sergio Antonio Fabris Editor. 2001. p. 178.

185 ROBERTO LYRA FILHO. *A Nova Escola Jurídica Brasileira*, em *Notícia do Direito Brasileiro*. Nova Série. Nº 7. RONALDO REBELLO DE BRITTO POLETTI (Org.). Brasília. UnB. Faculdade de Direito. 2000. 497.

de qualquer legislação, pretende estabelecer a legitimidade jurídica dos movimentos populares... suas preocupações teóricas incidem na análise e no resgate de determinados temas, como a anomia, poder popular, pluralidade de ordenamentos, dualidade de poderes, movimentos sociais, pesquisa e ensino jurídico”¹⁸⁶.

2.4. ENSINO JURÍDICO NO BRASIL

Na maioria das universidades brasileiras predomina um ensino jurídico positivista que reduz o fenômeno do Direito ao fenômeno da lei. Esta concepção se choca com a visão trazida pelo Direito Achado na Rua a qual busca promover uma **reflexão criativa do Direito** a fim de proporcionar um espaço de intercâmbio de experiências que renovem as práticas de docência e pesquisa em Direito.

Neste contexto, o Direito Achado na Rua intenciona fundamentar a proposta de um novo Direito que oportunize a **ampliação da capacidade popular de auto-exercitar a sua participação enquanto agente ativo de transformação de sua situação**¹⁸⁷.

Aplicando a proposta do Direito Achado na Rua ao âmbito do Direito Tributário verifica-se alto grau de identificação de seus objetivos com os da Educação Fiscal no Brasil em um plano que pode se espalhar desde os níveis mais básicos de uma educação cidadã até os níveis acadêmicos, onde a proposta pode contribuir, inclusive, para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico.

2.5. NOSSA PROPOSTA

Nesse contexto, nossa intenção é, a partir do enfoque histórico do surgimento dos tributos, propor a aplicação dos fundamentos do Direito Achado na Rua ao Direito Tributário, a fim de trabalhar este ramo do Direito dentro de um espaço de reflexão sobre as questões jurídico-tributárias que afligem a sociedade. Essa proposta preocupa-se menos com o Direito Tributário positivado e mais com o Direito Tributário em construção a partir da ação das forças da sociedade em seus vários níveis.

A ideia é permitir que se possa contemplar o Direito Tributário em seu habitat, a sociedade, e deste ponto de partida, oportunizar o debate acadêmico em um contexto mais

186ANTONIO CARLOS WOLKMER. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico. 8ª ed. São Paulo/SP. Saraiva. 2012. p. 142.

187JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. O Direito Achado na Rua: Concepção e prática, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993. p. 9.

ampliado, onde ele possa ser observado, questionado e analisado sem amarras dogmáticas e sob uma perspectiva que leve em consideração também a sua coerência e eficácia.

2.6. INTERDISCIPLINAR

O Direito está polvilhado
em diversos aspectos da vida humana
Ele permeia a economia, a arquitetura
a contabilidade, a agricultura...

Até em lugares mais simples
como um lar
uma escola ou um bar
você pode nele esbarrar

Em lugares inesperados
ele pode te maravilhar
e até aterrorizar
E mesmo nas artes
quando menos se espera
olha ele lá
Onde houver dois humanos
lá o Direito estará.

O Direito assim em essência
se espraia pelas praias da convivência
E como ninguém vive sozinho
é difícil do Direito escapar

Da união da família
a formação da nação
Lá sempre está ele
exercendo sua função

Cedo ou tarde, por mais que se fuja dele,

por mais que se diga que não gosta dele
ele bate à sua porta pedindo a sua atenção

Lá vem ele de novo te cercar
Mas não fique chateado
no fundo, no fundo
ele só quer ajudar

Para entendê-lo melhor
e, principalmente, para fazê-lo melhor,
é preciso contemplá-lo em movimento, a funcionar.
É preciso parar de compartimentalizar
e começar a unificar

Abrir a mente às inter-relações
que expõem problemas
e evidenciam soluções
Que revelam seu sentido
ou sua falta de sentido

Assim, se pode considerar
que ele é uma ciência
por excelência
interdisciplinar

3. ECOS DA HISTÓRIA

Seguindo as bases do Direito Achado na Rua, tem-se que os problemas do Direito Tributário, para serem melhor enfrentados e, quiçá, solucionados, necessitam do concurso e união dos conhecimentos históricos, sociais, econômicos e outros. Pedindo ajuda a amiga história, vamos contemplar o contexto e o subtexto e refletir sobre o Direito.

3.1. DIREITO TRIBUTÁRIO E PODER ECONÔMICO PRIVADO

As raízes históricas do Brasil vieram de outro continente e suas influências até hoje reverberam em nossa sociedade, mas aqui também interagiram com outros ingredientes. É possível ver, em muitas práticas jurídicas de hoje os reflexos do passado. A história nos permite testemunhar a gestação e o nascimento do Direito Tributário e a evolução de seus institutos no decorrer dos calendários.

A história nos revela que o Direito Tributário é fortemente influenciado pelo poder econômico. Tal poder, em busca da longevidade, atua politicamente em prol da sua autopreservação e crescimento, influenciando as construções normativas tributárias a fim de atingir o seu intento.

Quando os reflexos jurídicos das pretensões de autopreservação do poder econômico excedem certos limites, repercutem mais intensamente em outros setores da sociedade. A intensificação desse quadro leva à formação de múltiplas pressões que geram reações em cadeia.

Essas pressões desembocam na política, que as processa e emite decisões sobre as questões polemizadas. Tais decisões, em geral, são expressas sob a forma de normas. Assim, as demais pressões da sociedade, além do poder econômico, também influenciam a formação do Direito Tributário. Uma das principais formas de pressão da sociedade são os movimentos sociais.

As linhas do sistema tributário brasileiro atual nos mostram que não há uma racionalização equilibrada dos diversos clamores que vêm da sociedade. Se houvesse uma ponderação política entre os interesses de todos os setores sociais envolvidos nos temas debatidos, essa postura se refletiria nas normas, espelhando justiça fiscal.

Contudo, tanto pelo exame das normas atuais, como pelo exame da história, é possível observar que, frequentemente, não é isso que acontece. A política, em muitos casos, tem apenas replicado as pressões sociais de alguns setores sem fazer um exame racional mais

apurado.

O debate político atual assemelha-se a um cabo de guerra pluridirecional, onde cada setor puxa em um sentido diferente dos demais e ganha aquele que tem mais força, ignorando-se a racionalização, a justiça, a ética, a solidariedade e outros valores que precisariam ser considerados em decisões que visem a paz.

Para fazer essa racionalização de interesses sociais, a política precisa do auxílio das ciências e de diversas outras áreas do conhecimento. Esse auxílio até existe hoje em dia, mas o seu peso nas decisões políticas têm se mostrado irrisório no balanceamento das questões. O peso do poder econômico tem prevalecido com frequência.

Atualmente, os financiamentos privados de campanha são um dos caminhos que o poder econômico utiliza para fazer prevalecer politicamente e juridicamente os seus interesses sobre os demais. Em razão disso, hoje no Brasil, está sendo debatida o tema da reforma política.

A ideia é, dentre outras coisas, alterar as formas de financiamento de campanha para que o poder econômico privado não sobreponha sua vontade no cenário político do país, em detrimentos dos demais interesses. Além disso, discutem-se meios de aumentar o intercâmbio entre as instituições representativas e os diversos setores da coletividade a fim de dar maior amplitude ao processo democrático.

3.2. DIREITO TRIBUTÁRIO E PODER ECONÔMICO ESTATAL

Além de sofrer as influências do poder econômico privado, o Direito Tributário também se apresenta historicamente como um mecanismo de alimentação do poder econômico estatal, por meio do qual, ele impõe a sua coercitividade e, por consequência, a sua juridicidade à sociedade.

São os recursos financeiros reunidos, precipuamente, por meio do roteiro traçado pelo Direito Tributário que viabilizam a manutenção de uma estrutura de força estatal que permite a ele sobrepor a sua vontade à dos demais sob a forma de normas.

Assim, o Direito positivo é imposto pela força estatal que é financiada pelos impostos regulados pelo Direito imposto. Há aí, pois, um processo de retroalimentação e sustentação do Direito positivo pelo Direito Tributário positivo.

Foi por meio desse processo que o colonialismo lusitano conseguiu impor o seu Direito em terras brasileiras. Os tributos arrecadados davam ao Estado português o poder econômico necessário à sustentação da sua coercitividade. Assim, ele impunha a sua vontade que era

expressa no ordenamento jurídico.

A reiteração da coercitividade, ao longo dos anos, fez com que esse Direito fosse, lentamente, absorvido pela coletividade e fosse envolvido em uma capa de legitimidade que lhe rendia submissão e lucratividade. Exemplo disso foi o recorde de traições que teve a Conjuração Mineira (submissão) e a Independência por “indenização” paga pelo Brasil a Portugal (lucratividade).

Contudo, esta capa de legitimidade foi puindo, ao longo do processo histórico, em razão da fricção das forças que passaram a compor a sociedade brasileira. Esse processamento gradativo transformou de tal forma os paradigmas do passado, que, a ideia de Portugal colonizar o Brasil hoje, não possui mais nenhum revestimento de legitimidade. Dessa forma, verifica-se que a noção de legitimidade é historicamente mutável, por ação das várias forças da sociedade, dentre as quais destacamos, o poder econômico e os movimentos sociais.

3.3. O PODER DO ESTADO E O PODER PRIVADO

No período colonial, o poder do Estado português sofria pressões do poder econômico privado atuante nas terras brasileiras. Por exemplo, na época do sistema de tributação do ouro por fundição, a derrama transferiu a percepção da injustiça fiscal para a elite daquela região, a qual começou a conspirar para derrubar toda a colonização. Se indispondo tanto com o poder econômico quanto com a população, Portugal foi perdendo o chão.

A Metrópole explorava a elite, a elite explorava a população. A elite queria a sua independência, mas, para os outros, pregava a escravidão. Quando os interesses metropolitanos começaram a se chocar com os da elite colonial, as bases do sistema colonial começaram a naufragar.

As pressões do poder econômico recém-nascido no Brasil fragilizavam a exploração, criando fissuras que levaram à sua derrocada. Mas a queda do sistema colonial foi vagarosa e elegante, com direito a uma bela indenização e a uma independência chefiada por dois imperadores que pertenciam à dinastia de Portugal.

Ainda nos dias atuais, o poder econômico privado tem suas ferramentas para pressionar o Estado a agir conforme seus interesses. A divulgação de meias verdades na mídia, a fim de manipular a opinião pública em uma determinada direção e os tais financiamentos de campanha que comprem parlamentares para que eles votem de acordo com os interesses do seu comprador são alguns dos instrumentos utilizados nesse processo.

Após a independência, os recursos oriundos dos tributos pararam de ir para o

colonizador. Uma parte maior do dinheiro começou a ser destinada à construção da infraestrutura do país que estava ligada, de forma mais imediata, ao interesse econômico e, de forma mais mediata, ao interesse social.

Com a saída de Portugal, as disputas pelo poder político começaram a se acirrar. O poder econômico entrou no páreo para dele se apropriar, pois quem o tivesse podia mandar e desmandar, utilizando a legislação, até o limite da revolta popular.

As ações diretas em prol do social também tiveram alguma melhora nesse período, ainda que muito aquém do desejado se comparadas com as exigências dos nossos padrões atuais. O progresso nessa área, contudo, não representava uma prioridade governamental, mas sim um imperativo decorrente da priorização do desempenho econômico do país e, apenas de forma colateral, beneficiava as questões humanitárias.

3.4. A SUTILIZAÇÃO E A COMPLEXIFICAÇÃO

Apesar das ações que beneficiavam o social, uma boa parte do dinheiro da nação ainda continuou a escoar para o exterior, como na época da colonização. Só que agora, não mais pela imposição da coercitividade jurídica de Portugal, mas sim, pela sagacidade econômica da Inglaterra e outros. Dessa forma, a situação era melhor em alguns aspectos, mas em outros, guardadas as devidas proporções, a melhora era apenas aparente.

Essa aparência de melhoria, de certa forma, depunha contra os interesses da nação brasileira, pois escamoteava a realidade e arrefecia possíveis reações contra a exploração. O escoamento das riquezas do país, que na colonização era evidente, tornou-se um processo mais discreto e complexo na independência, exigindo muito mais entendimento, perspicácia e sensibilidade para que se vislumbrasse os acontecimentos claramente.

Só que nessa época, as condições sociais não permitiam que a maior parte das pessoas aqui no Brasil desenvolvesse esses atributos. A educação era precária e até, em muitos casos, inexistente. Não havia assim substrato adequado ao desenvolvimento de um discernimento sobre as questões mais complexas e sutis relacionadas aos destinos do país.

A sutileza e complexificação de estruturas de exploração camufla injustiças sociais, tornando-as difíceis de serem identificadas e, por consequência, difíceis de serem combatidas de forma coletiva. Esse fenômeno, de certa forma, também ocorre nos dias de hoje, por exemplo, com a reforma tributária. Tema árido, complexo, onde poucos sabem muito e muitos não sabem quase nada.

A reforma tributária está congelada em razão da complexidade do sistema tributário que encerra um cipoal legislativo que impede o seu acesso e análise clara. A complexidade do

sistema também sutaliza sua injustiça, acabando com a pressa dos prejudicados pelo sistema em vê-lo melhorar.

Quando a sutilização se une a uma educação precária aí o processo se potencializa ainda mais e o que era indiferença vira defesa às causas alheias como se fossem suas. É assim que, muitas pessoas que seriam beneficiadas pela reforma do sistema, acabam por ser contra ela, defendendo assim o interesse dos mais ricos, que são beneficiados pela manutenção do sistema atual.

Todos sabem que querem um sistema tributário mais simples, transparente e justo, mas poucos sabem como fazer para chegar lá. O desconhecimento geral faz com que as propostas que surgem sejam encaradas com desconfiança por grande parte das pessoas, pois ninguém sabe avaliar se elas realmente procedem ou não. Na dúvida, preferem deixar tudo como está a correr o risco de piorar.

No sistema tributário brasileiro atual os tributos são direcionados mais para o consumo do que para o patrimônio e renda. Isso impede uma dosificação da carga tributária em razão da capacidade contributiva, fazendo com que os tributos incidam de forma linear sobre todas as classes sociais, o que desonera proporcionalmente os que tem mais recursos financeiros, em detrimento dos que tem menos.

Para tornar o sistema tributário mais justo seria preciso redistribuir o peso da carga tributária sobre os ombros economicamente mais fortes, aliviando os ombros mais fracos. Mas, quando se fala em aumentar os tributos dos mais ricos, a maioria só escuta aumentar os tributos... e o trauma tributário se manifesta em toda a sua plenitude, ensurdecendo os ouvidos e o resto da frase fica esquecido. Assim, até os mais pobres, que teoricamente seriam beneficiados por propostas como esta, saltam enfaticamente em defesa dos interesses dos ricos e nem percebem que a manutenção do sistema atual lhe é prejudicial.

O cabo de guerra político também tem seu papel nesse cenário. O medo de perder recursos invade as mentes dos dirigentes das 3 esferas de poder da nação e, como o pacto federativo contrabalanceia tais forças, o cabo de guerra não sai do lugar, nem por razão, nem por imposição e a discussão sobre a reforma tributária não evolui. Assim, chegamos a um impasse federativo/democrático que congela os possíveis aperfeiçoamentos da tributação brasileira, que poderiam trazer maiores benefícios à sociedade.

3.5. IMPOSTO JUSTO

Atualmente, existe no Brasil, uma campanha chamada Imposto Justo, promovida pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco) com o

apoio de outras instituições que sugere algumas mudanças no sistema tributário atual.

A ideia consiste em um projeto de lei de iniciativa popular para que sejam alterados pontos da legislação tributária com vistas ao melhoramento da sua justiça fiscal. Destacamos a seguir os principais pontos da proposta.

1. Correção gradativa da defasagem da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) ao longo de 10 anos consecutivos e o estabelecimento de regra para o seu reajuste periódico após isso;
2. Correção dos limites de isenção dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social aos contribuintes que completarem 65 anos;
3. Correção da dedução anual individual com educação, abrangendo todos os níveis de ensino, da educação infantil à superior, incluindo neste último caso, graduação, pós-graduação, educação profissional técnica e tecnológica;
4. Retorno da dedução de despesa com moradia;
5. Correção do valor de aquisição do imóvel;
6. Tributação de lucros e dividendos que hoje são isentos de IRPF;

Além disso, a campanha propõe uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para que o Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotores (IPVA) incida, não só sobre os veículos terrestres como acontece hoje, mas também sobre veículos aquáticos e aéreos, exceto os de uso comercial¹⁸⁸.

Vale destacar ainda que o Sindifisco defende também, dentre outras propostas, a implementação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) que está previsto no art. 153, VII, da Constituição de 1988, mas ainda não foi instituído, até a presente data.

O Imposto Justo teve, até junho de 2015, a adesão de aproximadamente 28 mil pessoas que assinaram o projeto no site da campanha www.impostojusto.org.br. A proposta, contudo, é vista por muitos com dúvida e desconfiança, talvez em razão de ela ter se originado no Sindicato dos Auditores e/ou também pela complexidade do tema que impede que a maioria da população entenda, avalie e critique as proposições.

¹⁸⁸Informações pesquisadas em PEDRO ONOFRE FERNANDES (Dir.). Sistema Tributário e Seguridade Social. Contribuições para o Brasil. 2ª ed. jun/2014. Brasília/DF. Sindifisco Nacional e Anfip. 2014. p. 58-82.

https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25373:livro-sistema-tributario-e-seguridade-social-contribuicoes-para-o-brasil&catid=181&Itemid=384

Nesse sentido, a simplificação do sistema tributário, lhe daria mais transparência, proporcionando também cidadania fiscal, já que permitiria que as pessoas pudessem fiscalizar melhor o seu funcionamento, identificar seus problemas, propor soluções e lutar por melhorias.

3.6. DESOBEDIÊNCIA FISCAL

Sob o ponto de vista econômico, a falta de retorno social dos tributos no período colonial incitava a desobediência fiscal. A finalidade principal dos tributos era sugar os recursos da colônia e os colonos sempre tinham que pagar, mas o Estado nada lhes oferecia em troca. Quanto mais a economia se desenvolvia, mais a cobrança tributária crescia.

Assim, os benefícios das riquezas extraídas no Brasil iam, inevitavelmente, para o exterior. Com um retorno social dos tributos irrisório ou praticamente inexistente, não pagar tributos, não lesava mais a Colônia do que ela já era lesada pela exploração da Metrópole. Sonegar não prejudicava os colonos mais do que eles já eram prejudicados pelo sistema colonial. Pelo contrário, até os beneficiava, pois, com o dinheiro não pago, podiam proporcionar a si próprios alguma qualidade de vida que o próprio Estado não dava.

A postura de se colocar contra uma injustiça é considerada, em geral, como uma atitude legítima. O peso dos tributos e as incoerências da cobrança tributária colonial, ao evidenciar as injustiças do sistema, ataçavam esse tipo de postura e assim alimentavam a desobediência fiscal.

A falta de previsão de instrumentos normativos efetivos que permitissem lutar juridicamente contra aquilo que se discordava também direcionava o contribuinte pelo caminho da insubordinação fiscal em razão da falta de opção.

Nesse contexto, a falta de uma identidade nacional plenamente formada também contribuía para o incumprimento das normas tributárias. Sem a maturidade da identidade nacional, não era possível mobilizar a coletividade em torno da luta por uma causa.

Os habitantes da Colônia não se viam como uma nação. A convergência de interesses ainda era algo ocasional. Assim, na luta contra as injustiças tributárias, a ferramenta da manifestação popular ficava seriamente comprometida, o que facilitava a inclinação à desobediência particular.

A ausência de uma consciência política e social desenvolvidas também era outro fator que fomentava os atos de insubordinação tributária. Isso porque, sem essa consciência, é

difícil traçar projetos de resistência contra a injustiça fiscal de forma mais elaborada. Assim, as opções mais simplistas e imediatas eram as únicas visualizadas, no caso, a insubordinação. Dessa forma, a desobediência às normas tributárias coloniais também tinha um aspecto de protesto, de manifestação, como uma luta clandestina pelo direito de não ser explorado.

Juntando-se a isso a ambição frequente entre as pessoas que se arvoravam nas perigosas aventuras da colonização, tínhamos o ambiente ideal para a proliferação da sonegação, do contrabando e da criatividade a serviço da evasão.

Diante disso, sonegar, além de economicamente vantajoso, tinha também um quê de justiça com as próprias mãos, de protesto de irresignação que dava força à reação. Sem falar que quem não tem nada ou muito pouco a perder, não tem medo de arriscar, nessa hora, os limites vão além. A situação da Colônia era tão periclitante que, dificilmente, viam como aquilo podia piorar.

Dessa forma, todos esses fatores acima elencados estimulavam os colonos a resistir à sede fiscal. As principais maneiras utilizadas nessa resistência eram a sonegação, o contrabando, a evasão e, em menor escala, as manifestações de insatisfação.

Nos dias atuais, os planos governamentais que oferecem grandes descontos e facilidades mil aos contribuintes inadimplentes também estimulam, a longo prazo, o descumprimento das normas tributárias, produzindo um verdadeiro fenômeno de deseducação fiscal.

Ao se deparar com tais planos, o contribuinte que pagou os seus tributos corretamente mas com dificuldades, faz as contas e vê a desvantagem econômica da sua atitude correta. Pensa que, se não tivesse pago à época certa poderia também ter usufruído das facilidades posteriormente oferecidas pela máquina estatal.

Com a utilização frequente dos refinanciamentos fiscais, as chances de aumento do descumprimento das normas tributárias crescem exponencialmente, pois, com essa atitude, o próprio Estado proporciona uma diminuição da percepção de risco do contribuinte infrator.

Por outro lado, esses super planos de parcelamento com descontos oferecidos pelo governo também revelam a ineficiência do sistema de execução fiscal brasileira que, por não conseguir, em muitos casos, forçar judicialmente o pagamento do inadimplente, acaba fazendo esses descontos para atraí-lo espontaneamente e, assim, diminuir o prejuízo que os cofres públicos têm com a falta de pagamento de tributos.

Outro ponto atual que desestimula o cumprimento das normas tributárias no Brasil é a

extinção da punibilidade para os crimes contra a ordem tributária¹⁸⁹, inclusive sonegação fiscal¹⁹⁰, via pagamento do tributo que foi estabelecida por meio do art. 34 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995¹⁹¹. Por exemplo, por força dessa lei, o sonegador que for descoberto pelo Fisco, só precisa pagar o débito e ele fica livre da pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo¹⁹².

Dessa forma, a Lei nº 9.249/1995, tornou praticamente inócua, a criminalização da desobediência fiscal no Brasil. Na medida em que o risco de ser punido fica reduzido quase a zero, a percepção do risco é minimizada e o estímulo à sonegação aumentado.

Não se tem notícia de que alguém, algum dia, tenha gostado de pagar tributos. Mas o início da história tributária brasileira contribuiu para piorar essa situação. O ódio histórico aos tributos, causado pela extorsão da colonização e pela falta de retorno da contribuição em benefício da população, pode ter influenciado, em alguma medida, a cultura atual de aceitação da sonegação fiscal, como atitude desculpável e que não merece repúdio social.

Assim, o tributo é, hoje, visto como uma punição, como um castigo ou uma perseguição e não como um dever do cidadão. Aquele que foge da cobrança tributária é visto quase como um justiceiro esperto que não merece reprovação.

O mau uso do dinheiro público é, atualmente, a principal justificativa para não se pagar o tributo e até para sonegar. Dizem, a educação é ruim, a saúde não presta, o resto, nem vou falar. Dizem que do lado de lá dos cofres públicos só tem corruptos e não percebem que a sonegação é a corrupção do lado de cá. Será que sonegando a corrupção vai acabar? Será que não pagando tributos, os serviços públicos vão melhorar?

O atavismo da herança colonial ressurgiu de forma irracional, numa repulsa tributária que prejudica o social. Uma parcela dessa irresignação, também é protesto e indignação, mas carrega incoerências que lhe tiram a sustentação e, em vez de resolver o problema só trazem a sua agravação.

189Ver Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8137.htm

190Ver Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965 em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4729.htm

191Ver Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9249.htm

Art. 34. Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

192Art. 1º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.

A solução para o mal uso do dinheiro público é a participação popular, fiscalizando, cobrando, reclamando e sugerindo coisas para melhorar. O controle social do gasto público é a cidadania a se expressar. A cidadania é ferramenta que pode ajudar a mudar essa situação, mas pra isso precisa ter educação. A cidadania, pode inclusive melhorar o Direito, para que ele cumpra a missão para que foi feito, trazer justiça a todo lugar.

3.7. TRIBUTO SEM FUNÇÃO SOCIAL

Na época da colonização
tributo, de social não tinha nem a função
Eles não serviam para financiar políticas públicas em prol da população
e não eram usados como instrumento de redistribuição

Nessa época, a ideia do imposto
era exatamente o oposto
pagar tributo dava desgosto
além da tradicional aversão

Isso porque ele servia
para transferir a riqueza de cada dia
sempre em uma única direção
sem perspectivas de retorno
era mais uma ferramenta
a serviço da exploração

A justificação social dos tributos
ainda não existia aqui naquela época
Quando muito, eles tinham como motivação
o financiamento das guerras contra a invasão da invasão
ou o sustento da realeza nos seus luxos, mimos e ostentação.

Os serviços públicos no Brasil eram muito precários
Os poucos benefícios tributários
usufruídos pela população
eram um mero efeito colateral

da política de investimentos do período colonial
que tinha como expectativa
um lucro descomunal

o sistema da capitação
estipulava uma obrigação tributária fixa
de pagamento de ouro por cabeça
Desconsiderando a capacidade de contribuição

Como ter cabeça e ter ouro
tem grande diferença
tanto na essência quanto na aparência
a capitação logo mostrou sua incoerência
e o tributo ficou sem noção
quase levou a população a uma revolução
tamanha era a insatisfação
que se Pombal não tivesse mudado o sistema
perigava perder toda a colonização.

Aí veio a quintagem por fundição
onde o ouro era legalizado
por meio do desconto de um quinto para o leão¹⁹³
e o resto transformado em barras
com direito a selo e brasão
assim se dava a prova da quitação

Aí melhorou
apesar de não gostarem de pagar
a revolta se acalmou
e só voltou a se insuflar
quando a derrama ameaçou

O sistema da fundição

¹⁹³No Brasil, essa palavra também é usada para designar o órgão arrecadador do imposto de renda ou as vezes, mais amplamente o Fisco. Sobre isso ver o verbete leão no Dicionário Aurélio Eletrônico. AppStore.

apesar da exploração
carregava em sua essência
um pouco mais de justiça e razão
assim tinha mais autoridade
e diminuía a subversão
afinal de contas, o tributo era cobrado
de quem tinha o ouro
e não de qualquer cristão

A derrama contudo
apelava para a violência
e de novo, desconsiderava a capacidade contributiva na incidência
já que estabelecia meta anual de arrecadação
que devia ser cumprida
quer houvesse ouro ou não

De novo se forma a insurreição
mas dessa vez, sem apoio da população
que não era atingida pela derrama
muito menos pela fundição
era a famosa Conjuração

Quando a incoerência tributária era evidente
tornava a injustiça muito patente
Assim, no sistema tributário colonial
a falta de contrapartida estatal
e a ausência de uma lógica racional
sem falar da violência
revelavam a injustiça fiscal
e insuflavam a desobediência

4. DE VOLTA À EDUCAÇÃO FISCAL

4.1. HÁBITO FISCAL

As relações tributárias definem-se a todo instante pela forma como pensamos, agimos e reagimos sobre o tema. Inúmeras são as razões da malquerença tributária no Brasil. Questões históricas, culturais, sociológicas, econômicas e até psicológicas influenciam o comportamento tributário individual e coletivo.

A repetição de tais comportamentos formam hábitos, costumes e valores que são paulatinamente construídos ao longo do tempo e que constituem a cultura fiscal. Para Maria Luisa Delgado, cultura fiscal é “um conjunto de ideias, normas, valores e atitudes que inspiram e orientam a conduta fiscal dos cidadãos”¹⁹⁴.

Em outra perspectiva, a cultura fiscal também revela-se por meio do comportamento fiscal coletivo habitual construído ao longo da história. Nesse sentido, a cultura fiscal é formada e alimentada pelos comportamentos fiscais habituais e, depois de consolidada, é visualizada por meio dessas mesmas práticas rotineiras.

Os hábitos sociais refletem-se no ordenamento jurídico do país. A injustiça praticada de forma reiterada e pouco ou nada questionada ganha ares de legitimidade e se cristaliza sob a forma de normas. A injustiça normativa é mais difícil de ser combatida, pois ela se esconde sob a barra da saia da legalidade. Assim, no plano tributário, a injustiça fiscal positivada é um reflexo da injustiça diária arraigada no comportamento habitual coletivo.

O comportamento coletivo é resultado do processamento dos comportamentos individuais que atingem tanto o plano micro quanto o macro da sociedade. A movimentação dos grupos humanos formados pelas infindáveis classificações que os homens utilizam para se separarem um dos outros são processadas pelo tempo criando e transformando hábitos.

O hábito estabelecido é discreto e automático, como um reflexo condicionado, ao qual é difícil oferecer resistência. Por isso, os hábitos têm grande força na vida social. Eles definem, a longo prazo, os contornos da nação. Dessa forma, as mazelas do nosso sistema tributário atual são um reflexo das nossas mazelas sociais, resultantes de hábitos adquiridos ao longo da história.

A cultura fiscal, por ser resultado do comportamento habitual, também se estabelece

¹⁹⁴MARIA LUISA DELGADO. La Educación Fiscal como Instrumento de Lucha contra el Fraude y La Evasión Fiscal, em Fiscalidade Outros Olhares. ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS E CIDÁLIA MARIA DA MOTA LOPES (Coord.) Porto/PT. VidaEconómica. 2013. p. 220.

lenta, gradativa e discretamente. Chega de mansinho e vai ficando, ficando, quase sem ser percebida. Quando já está confortavelmente estabelecida, proclama o usucapião do território social da nação.

Portanto, para alterar o quadro social, é preciso mudar os hábitos sociais que alimentam as precariedades atuais do sistema, a fim de dar início à formação de uma nova cultura fiscal. Esses novos hábitos fiscais darão também substrato a uma melhoria do sistema tributário do país, pois eles projetarão na legislação tributária as novas alterações de paradigmas.

Isso, no entanto, não é uma tarefa de fácil execução, mesmo no plano individual, que dirá no social. Lutar contra o cômodo automatismo acrítico dos hábitos enraizados na sociedade é tarefa que requer um trabalho coerente, permanente e paciente. Para interromper o fluxo natural dos hábitos atuais, é preciso imprimir uma força de contrafluxo a esse processo. Alterar o que está posto implica, inicialmente, em um certo desconforto que pode desmotivar a continuidade de ações.

Para lutar contra o hábito, é preciso disposição interna firme de cada integrante da sociedade no sentido da mudança, calcada no desejo de melhoria. A motivação para a mudança, em muitos casos, vem com maior força nos momentos em que as ameaças e prejuízos causados pelas injustiças se tornam mais evidentes coletivamente. Nesse momento, o influxo de autopreservação do grupo social é ligado, dando combustível à ação direcionada à transformação do cenário.

Quanto maior o nível de entendimento, mais as injustiças existentes se evidenciam. Assim, maiores são as probabilidades de aumento dessa disposição interna firme no sentido da mudança para melhor. O trabalho da Educação Fiscal é dar a sua contribuição para esse processo de transformação, proporcionando ferramentas para a busca desse entendimento coletivo.

4.2. MALQUERENÇA TRIBUTÁRIA

Como vimos, a malquerença tributária tem história. Seus efeitos se projetam também sobre a Educação Fiscal, que, nesse contexto, é vista por muitos como um instrumento estatal de manipulação social para arrecadar mais dinheiro.

Essa ideia não deixa de ter sua parcela de verdade, principalmente se considerada em relação aos ensaios mais antigos de Educação Fiscal. Eles possuíam um caráter nitidamente arrecadatório e utilizavam o instrumento educacional a serviço de uma perspectiva unilateral

que privilegiava uma visão estritamente estatal do tema.

A partir desse ponto de vista, produziam e reproduziam conteúdos que se transformaram em clichês que, ao longo do tempo, ninguém mais ouvia. Esse verbalismo vazio e com viés controlador, apesar de encerrar um belo discurso teórico nas formas tradicionais da Educação Fiscal, hoje, não exerce influência significativa sobre a sociedade.

Os níveis de popularização dos conhecimentos carreados pela Educação Fiscal guardam relação direta com a sua ideologia e com a cultura fiscal vigente. A aversão histórica aos tributos, aliada a uma abordagem visivelmente arrecadatória da Educação Fiscal, tornaram-na um repelente social natural.

A malquerença tributária histórica e a fastidiosa Educação Fiscal tradicional criaram um ambiente hostil para o desenvolvimento de quaisquer práticas educativas no âmbito fiscal. Nesse contexto, as pessoas rejeitam e se esquivam, sistematicamente, das ações implantadas pelos programas de Educação Fiscal.

Esses rótulos que acompanham a Educação Fiscal fazem com que seus temas não despertem o interesse e causem até rejeição no grande público. Um exemplo disso é a produção literária do tema. Não se encontram livros com intuito comercial que tenham como título essas duas palavras juntas “Educação Fiscal”, o que revela o nível de repulsa das pessoas ao assunto. Nesse cenário, a Educação Fiscal tem um quadro realmente desafiador à sua frente.

4.3. REINVENÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL

Para que a Educação Fiscal ganhe efetividade na busca pela melhoria social, ela precisa se reinventar. É necessário que ela pare de tentar incutir noções unilaterais de cidadania e passe a ampliar seu campo de atuação. Ela precisa abandonar a visão arrecadatória que tenta direcionar a opinião do seu público-alvo e abraçar a visão dialética proposta pelo Direito Achado na Rua.

A Educação Fiscal pode proporcionar substrato para uma reflexão racional, crítica e autocrítica a respeito da coerência entre o agir individual e o que se exige dos governantes e da coletividade, influenciando posturas e ações diretamente relacionadas ao contexto jurídico-tributário. Neste prisma, ela é capaz de contribuir para a transformação das relações tributárias e, por consequência, do Direito Tributário aplicado e até mesmo do Direito Tributário teórico.

A Educação Fiscal deve proporcionar conhecimentos que auxiliem as pessoas a

construírem a sua própria cidadania conforme suas concepções e livre arbítrio, dando aos seus conteúdos uma ótica plural da fiscalidade. Assim, sua abordagem terá um cunho democrático em essência.

Deixando as pessoas livres para pensar, a Educação Fiscal terá mais chances de se popularizar. Desse modo, ela se enriquece e se democratiza, deixando de ser um instrumento arrecadatário para se transformar em uma ferramenta de cidadania efetiva. Caminhando nessa direção, a Educação Fiscal ajudará a afinação dos instrumentos da orquestra social para que todos toquem em uníssono a canção da evolução fiscal coletiva.

4.4. EDUCAÇÃO FISCAL PARA TODOS

A percepção fastidiosa e impositiva do tributo é também resultante de uma ausência de abordagem educacional do tema sob enfoques plurais que poderiam proporcionar amplitude e diversidade aos conteúdos educativos dos programas de Educação Fiscal.

A melhoria social e, conseqüentemente, a melhoria do ordenamento jurídico, mais especificamente do tributário, passam necessariamente pelo processo educativo que deve se voltar a todos os setores da sociedade.

O processo de Educação Fiscal deve ter, assim, múltiplos enfoques. Deve se voltar para a cidadania contemplando as diversas óticas sociais, como a do empresário, do político, do servidor público, do trabalhador privado etc, a fim de fazer uma harmonização interna dos seus conteúdos e da base de suas ações. Assim, poderá alcançar uma maior eficácia social.

O cultivo de uma cultura fiscal de qualidade depende da promoção de uma Educação Fiscal inovadora que saia do lugar-comum e corresponda aos anseios da sempre nova sociedade de cada dia. A Educação Fiscal deve fomentar no homem não só a capacidade de questionar e refletir criticamente, mas também, o desenvolvimento no ser humano de caracteres voltados ao bem-comum.

A educação tem a missão de revelar ao homem perspectivas mais profundas de si próprio e da humanidade, inculcando princípios de solidariedade e fraternidade que norteiem suas ações para o bem-comum, que, em última instância, é o seu próprio bem (egoísmo solidário).

A interiorização de valores de honestidade na cultura fiscal, tanto por parte do contribuinte como por parte do próprio Estado, passa pela formação de uma sociedade bem informada e consciente dos seus deveres, mas livre para pensar, criticar e aperfeiçoar os seus

direitos.

4.5. CASAMENTO ESTADO E SOCIEDADE

O Estado está contido na sociedade. A sociedade está presente no Estado. As pessoas que o regem fazem parte do corpo social, por isso, as chagas do Estado são, antes de tudo, reflexos das chagas da própria sociedade. O organismo estatal age sob o impulso dos seres sempre sociais que o dirigem. Logo a dualidade Estado – sociedade em um nível mais profundo não existe. Há entre Estado e sociedade um casamento compulsório e indivorciável, pois o Estado não sobrevive sem a sociedade e nem a sociedade sem o Estado.

Os conflitos entre Estado e sociedade tornam essa vida matrimonial social difícil de ser vivida desde os tempos de outrora. A harmonização desse casamento depende de confiança. O estabelecimento de uma relação de confiança depende de um movimento duplo, ou seja, tanto do Estado para com a sociedade como da sociedade para com o Estado, que, no âmbito tributário, se expressa por meio da relação Fisco – contribuinte.

4.6. HARMONIZAÇÃO DO CASAMENTO

A harmonização das relações entre o Fisco e o contribuinte é uma das pretensões da Educação Fiscal que, por meio do conhecimento, busca conscientizar o contribuinte dando-lhe ferramentas de interação legítima com o Estado como meio de expressão e busca de uma justiça fiscal real.

Essa harmonização poderia levar a um melhor aproveitamento da máquina pública com a liberação de seus recursos para o desenvolvimento de serviços públicos de maior qualidade e eficiência, fazendo com que o Estado alcançasse, com maior efetividade, seu objetivo final, qual seja, proporcionar bem-estar e condições de desenvolvimento da sociedade.

Contudo, o belo discurso da Educação Fiscal desmorona como um castelo de cartas ao mais leve toque da realidade tributária. Qualquer projeto de Educação Fiscal será inócuo para atingir o desiderato da harmonização entre o Estado e a sociedade se a postura estatal, sistematicamente, desconstruir os esforços da proposta educativa, por meio de ações que despertem e reiterem a desconfiança e animosidade no contribuinte.

Não adianta todo um esforço de conscientização teórica se, ao se defrontar com a prática, o contribuinte se depara com uma realidade muito destoante do conhecimento que lhe foi apresentado. A palavra ensina, mas o exemplo arrasta. A Educação Fiscal do contribuinte

não terá eficácia se não for acompanhada da Educação Fiscal do Estado, ou seja, da Educação Fiscal das pessoas que dão vida à máquina estatal. É preciso que haja essa coerência global do projeto educativo fiscal para que ele crie bases sólidas para o seu desenvolvimento.

Em outras palavras, é preciso uma conscientização do contribuinte sobre o seu papel de cidadão atuante, mas é preciso também que a Educação Fiscal se estenda ao Estado, promovendo a conscientização daquela parte da sociedade que lhe dá vida, para que ela também contribua para essa harmonização com comportamentos que se coadunem com os fins maiores do Estado.

Um Estado que intenciona cobrir as necessidades públicas e garantir o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade, além de atuar repressivamente com vistas à correção coercitiva dos desvios de comportamento tributário, deve investir também preventivamente na Educação Fiscal sua e do contribuinte.

A Educação Fiscal desse modo deve pautar suas ações no resgate da relação do Fisco com o contribuinte, criando movimentos conciliadores e convergentes que estimulem uma relação de confiança entre o Estado e a sociedade.

Assim, a educação é uma ferramenta que pode servir ao bom e ao mau uso. Ela pode ser instrumento de alienação ou libertação. O enfoque pluridimensional social da Educação Fiscal se coaduna com as modernas práticas educacionais que visam proporcionar liberdade de pensamento, reflexão e crítica às pessoas, resgatando o ser humano à sua condição natural de ser pensante, autônomo e livre.

A harmonização das relações Fisco – contribuinte e o cumprimento espontâneo das normas tributárias depende do nível de entendimento e do grau de justiça do sistema tributário. O entendimento é missão da Educação Fiscal, e é por meio dela e da atuação dos movimentos sociais que chegamos à justiça fiscal, que é missão de toda a sociedade e que se expressará por meio do aperfeiçoamento do Direito Tributário.

A Educação Fiscal vem, assim, qualificar a sociedade para o exercício legislativo colaborativo enquanto expressão da ampla cidadania fiscal com repercussões no mundo do Direito, pois é a participação da coletividade consciente e cidadã que deve ditar os rumos das normas jurídicas, em especial as tributárias.

4.7. EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA

Para captar as concepções cidadãs de uma determinada época e local, é preciso perscrutar a história que a precede. O retrato da cidadania varia de país para país e, dentro de um mesmo país, de um tempo para outro. De modo que cada retrato de cidadania é algo único, quase como uma impressão digital nacional.

A singularidade da cidadania lhe provê uma função de carteira de identidade espaço-temporal social, ou seja, ela é a captura de um cenário que encerra em si todo um arcabouço histórico que funciona como um identificador daquela sociedade. Ela espelha quem somos e, quanto melhores queremos ser.

A educação para a cidadania é um processo dinâmico e que está em contínua construção. As facilidades tecnológicas do mundo atual estão proporcionando uma nova dimensão à cidadania. Em muito pouco tempo é possível transmitir mensagens a um grande número de pessoas e organizar manifestações em larga escala.

A facilidade de comunicação tem tornado mais frequentes as manifestações sociais e evidenciado um descompasso entre o sistema democrático representativo e a vontade dos cidadãos. A velocidade das comunicações tem privilegiado uma democracia direta, onde a participação da população no processo decisório se dá sem intermediários.

Na esteira dessa tendência, é preciso que o ser humano se qualifique para o manuseio dessa arma poderosa que é a expressão democrática. Pois sem o devido preparo, essa arma pode se voltar contra nós próprios e o que era avanço pode se transformar em retrocesso.

A preparação para a utilização das modernas potencialidades da arma democrática deve ser o objetivo final de um projeto educacional que forme indivíduos com autonomia de pensamento, com liberdade de expressão e com capacidade de discernimento crítico sobre os mais diversos campos do conhecimento, além de estimular o desenvolvimento de virtudes sociais.

Esse tipo de educação, mais as novas tecnologias, poderão contribuir decisivamente para uma transformação positiva do nosso quadro democrático que acena para uma nova era de mudanças no que tange aos instrumentos de expressão cidadã, tais como canais de diálogo mais diretos entre a população e os poderes públicos.

FONTES DE PESQUISA ESPECÍFICAS

PARTE 3

ALEXANDRE BERNARDINO COSTA E JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR. O Direito Achado na Rua: uma Ideia em Movimento, em Introdução Crítica ao Direito da Saúde. Série O Direito Achado na Rua. Vol. 4. ALEXANDRE BERNARDINO COSTA E OUTROS (Org.). Brasília/DF. CEAD/UnB. 2009.

http://rededireitosanitario.fiocruz.br/wp-content/uploads/2011/08/O_Direito_Achado_na_Rua_PDF-vol.4.pdf

ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS. A Independência e o Império do Brasil. Vol. 18. Brasília/DF. Edições do Senado Federal. 2004.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1089/693415.pdf?sequence=4>

ANTONIO CARLOS WOLKMER. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico. 8ª ed. São Paulo/SP. Saraiva. 2012.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. Para uma Revolução Democrática da Justiça. 3ª ed. São Paulo/SP. Cortez Editora. 2011.

Dicionário Aurélio Eletrônico. AppStore.

Dicionário de Nomes Próprios. Nair.

<http://www.dicionariodenomesproprios.com.br/nair/>

EQUIPE. Apresentação da 4ª Edição, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993.

GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETO, MARIA KARLA OSÓRIO E EDGARD LINCOLN DE PROENÇA ROSA. III – O projeto. Revista Direito e Avesso. Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Ano II. Nº 3. jan-jul/1983. Brasília/DF. Edições Nair. 1983.
ROBERTO LYRA FILHO. A Nova Escola Jurídica Brasileira, em Revista Direito e Avesso.

Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Ano I. Nº 1. jan-jun/1982. Brasília/DF. Edições Nair. 1982.

JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. Direito como Liberdade. O Direito Achado na Rua. Porto Alegre/RS. Sergio Antonio Fabris Editor. 2001.

JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. O Direito Achado na Rua: Concepção e prática, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 19ª ed. Rio de Janeiro/RJ. Civilização Brasileira. 2015.

JOSÉ RENATO NALINI. Justiça e Cidadania, em Práticas de Cidadania. JAIME PINSKY (Org.). São Paulo/SP. Contexto. 2004.

LETÍCIA BICALHO CANÊDO. Aprendendo a Votar, em História da Cidadania. JAIME PINSKY E CARLA BASSANEZI PINSKY (Org.). 6ª ed. São Paulo/SP. Contexto. 2014.

MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS. As ideologias e a filosofia. Direito: positivismo e jusnaturalismo. Nova ciência antidogmática do Direito, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993.

Moral e Cívica e OSPB existiram apenas durante o governo militar. Notícia.

<http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2013/07/moral-e-civica-e-ospb-existiram- apenas-durante-o-governo-militar.html>

NAIR HELOISA BICALHO DE SOUSA, ALEXANDRE BERNARDINO COSTA, LÍVIA GIMENES DA FONSECA E MARIANA DE FARIA BICALHO. O Direito Achado na Rua: 25 Anos de Experiência de Extensão Universitária. Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília. Ano 10. Nº 18. dez-2010. UnB. 2010. p. 51.

<http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/5971/4942>

O Direito Achado na Rua. Vídeo.

<https://www.youtube.com/watch?v=1zOhxb7WyVg>

PEDRO ONOFRE FERNANDES (Dir.). Sistema Tributário e Seguridade Social. Contribuições para o Brasil. 2ª ed. jun/2014. Brasília/DF. Sindifisco Nacional e Anfip. 2014.

<https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?>

[option=com_content&view=article&id=25373:livro-sistema-tributario-e-seguridade-social-contribuicoes-para-o-brasil&catid=181&Itemid=384](https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25373:livro-sistema-tributario-e-seguridade-social-contribuicoes-para-o-brasil&catid=181&Itemid=384)

ROBERTO LYRA FILHO. A Nova Escola Jurídica Brasileira, em Notícia do Direito Brasileiro. Nova Série. Nº 7. RONALDO REBELLO DE BRITTO POLETTI (Org.). Brasília. UnB. Faculdade de Direito. 2000.

ROBERTO LYRA FILHO. O que é o Direito. Coleção Primeiros Passos. Nº 62. São Paulo/SP. Brasiliense. 2012.

Site Agência Fiocruz.

<http://www.agencia.fiocruz.br/unb-e-fiocruz-bras%C3%ADlia-lan%C3%A7am-sexto-livro-da-s%C3%A9rie-Direito-achado-na-rua>

Site Imposto Justo

www.impostojusto.org.br

Site O Direito Achado na Rua.

<http://oDireitoachadonarua.blogspot.com.br/>

TSE. Mulheres na Política. Vem Pra Urna. Vídeo.

<https://www.youtube.com/watch?v=l1R8awxN5z4>

CONCLUSÃO

Neste trabalho vimos que a Educação Fiscal é um processo de aquisição de conhecimentos relativos ao Estado, seus objetivos, financiamento e controle, que visa embasar uma atuação mais ativa e efetiva das pessoas na gestão pública.

Suas bases instrumentalizam uma participação popular crítica e certa no que diz respeito à administração estatal, na medida em que ela estimula o envolvimento social na formulação das políticas públicas e na fiscalização da aplicação dos recursos arrecadados, estimulando o exercício da cidadania enquanto mecanismo de efetivação da democracia.

A principal expressão da Educação Fiscal brasileira na atualidade é o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), o qual congrega e coordena projeções do programa em todas as esferas de poder da federação (União, Distrito Federal, estados e municípios).

As principais ações nacionais do PNEF nos dias atuais são: a celebração do dia nacional de respeito ao contribuinte; o auxílio à implantação dos núcleos de apoio contábil e fiscal (NAFs); a promoção de visitas da comunidade à Aduana; a distribuição de spots (gravações em áudio) com conteúdos de Educação Fiscal para emissoras de rádios utilizarem nos intervalos das programações; e uma série de projetos voltados para as crianças.

Os conteúdos abordados pelo PNEF encontram-se reunidos em cadernos pedagógicos que são periodicamente atualizados e servem de base para os cursos ministrados pelo programa. Tais cadernos abordam a Educação Fiscal no contexto social, a relação Estado – sociedade, a função social dos tributos e a gestão democrática dos recursos públicos. Dentro do tema função social dos tributos é tratada, dentre outras, a questão da história dos tributos no Brasil a qual foi aprofundada na parte 2 do trabalho.

Vimos que os tributos remontam aos primórdios da história da humanidade, onde as primeiras manifestações eram voluntárias. Nos primeiros 30 anos após a chegada dos portugueses ao Brasil, não houve povoamento, mas a exploração do pau-brasil já teve aí o seu início. Com esta primeira atividade econômica, veio também o primeiro imposto, o quinto do pau-brasil pago em espécie à Coroa portuguesa.

Nessa época, foram construídas as feitorias, fortificações com uma paliçada e uma torre de pedra que tinham caráter híbrido militar e tributário. Elas podem ser consideradas as precursoras das primeiras repartições do Fisco brasileiro.

Com o declínio do comércio com as Índias, as ameaças de perda das terras brasileiras

para os estrangeiros e a notícia da existência de metais preciosos na América espanhola, Portugal decidiu iniciar a colonização.

A colonização envolvia altos lucros, mas também altos gastos. Estrategicamente, os portugueses escolheram iniciar seu investimento na região por meio do cultivo da cana de açúcar e da distribuição de capitâneas hereditárias a donatários privados que tocariam o processo sustentados pela força de trabalho da mão de obra escrava. Assim, com o fomento econômico da região, surgiram novos impostos adicionais, quais sejam, direitos de alfândega, quintos de metais preciosos, os impostos sobre escravos e as dízimas de produtos da terra e do pescado.

A estrutura administrativa também teve que ser desenvolvida nessa época. Assim, surgiram as primeiras repartições e funcionários públicos, mas tudo ainda muito rudimentar. O sistema das capitâneas não funcionou como Portugal esperava e por isso foi criado um Governo-Geral que centralizou a administração colonial. O aparato montado para a centralização intensificou as cobranças tributárias e a fiscalização tanto do contribuinte quanto dos funcionários do Fisco.

A Metrópole utilizava as normas, os tributos e artifícios econômicos para transferir rapidamente as riquezas do Brasil para si e, com isso, causou atritos com os contribuintes da época. Muitas manifestações de ricos e pobres envolvendo, dentre outras, a questão tributária marcaram o período colonial.

Após a União Ibérica, Portugal mergulha em uma grave crise econômica e intensifica a exploração colonial para resgatar seus prejuízos. Os colonos, que aos poucos criavam raízes começaram a se irresignar cada dia mais com as imposições metropolitanas. Portugal explorava a elite brasileira e esta por sua vez repassava o ônus à população mais pobre.

Quando a produção açucareira começou a decair em razão da concorrência do açúcar holandês nas Antilhas, Portugal intensificou as buscas por ouro e, finalmente, encontrou o que procurava. O ouro era pesadamente tributado. A cobiça dos dois lados acirrava os atritos entre a Metrópole e a Colônia, mas também atiçava a criatividade de ambos. O primeiro, para desenvolver novas técnicas de cobrança tributária. O segundo, para desviar das cobranças tributárias.

Foi neste tenso cenário que ocorreu a Conjuração Mineira, conspiração que teve como estopim a cobrança violenta de impostos sobre o ouro e que planejava derrubar a colonização. O movimento foi delatado e não chegou à execução do planejado. Muitos conspiradores

foram exilados e apenas Tiradentes, o mártir da Inconfidência, foi enforcado.

Em razão do expansionismo napoleônico, a corte portuguesa precisou se refugiar no Brasil que passou à condição de Reino Unido ao de Portugal, dando início a um período de transição para a independência. Nessa época, a infraestrutura do Brasil foi melhorada e a tributação intensificada para sustentar os gastos da Coroa nas novas terras. Assim, esse período também foi recheado de revoltas sociais.

Com o fim do período napoleônico, D. João VI deixa o filho D. Pedro como regente e volta a Portugal. Eles ensaiam uma recolonização do Brasil, mas as elites brasileiras se mobilizam e conseguem a proclamação da independência.

Contudo, a independência não trouxe mudanças repentinas, apenas o comércio direto com as potências industriais da Europa e a arrecadação tributária, que agora ficava no país. O sistema tributário, no entanto, mudou muito pouco nesse período. Houve muitas revoltas sociais. Uma das mais emblemáticas revoltas ligadas à questão tributária desse período foi a Revolução Farroupilha.

No cenário político, destacaram-se as rixas entre absolutismo e república. D. Pedro I conseguiu manter seu poder à força e estendê-lo até D. Pedro II. Nessa época, a escravidão foi abolida e com ela, a monarquia, que deu lugar à República.

A República e o fim da escravidão começaram a mudar os contornos do país. O café passa a ser o principal produto da economia nacional e começa o processo de imigração da mão de obra assalariada. No período monárquico, o sistema tributário era centralizador. Mas com a República esse paradigma começou a se alterar para a descentralização e o trabalho assalariado que surgia também começou a gerar novas formas de tributação.

A tributação, todavia, não conseguia estancar o déficit orçamentário e a carga tributária foi aumentando no intuito de resolver a situação. Várias tentativas de instituição de um imposto sobre a renda foram ensaiadas desde o fim do período imperial até a República. Mas todas sempre encontraram muita resistência e não prosperaram. Depois de uma longa e complicada gestação, o imposto de renda brasileiro nasceu em 1922, mas sua implantação não foi imediata. O governo preferiu organizar com cautela o sistema de arrecadação desse tributo, a fim de evitar que ele caísse por terra de novo.

Na primeira república, houve uma preocupação de discriminação das competências tributárias da União e dos estados na Constituição. Apesar disso, ainda havia falhas com superposição de competências que levavam à bitributação.

Nesse período, as elites econômicas do país se revezavam no poder político (política do café com leite) e utilizavam o sistema tributário para favorecerem seus negócios. Quando o acordo de alternância foi quebrado, Getúlio Vargas despontou no cenário político nacional e fez um governo autoritário, mas que desenvolveu a infraestrutura industrial nacional. A economia, então, se sofisticou e com ela a política tributária se complexificou. Os direitos trabalhistas atuais também são dessa época. Contudo, o esgotamento político do governo autoritário de Vargas, não demorou a chegar e culminou com um golpe militar que o tirou do poder e deu início a uma nova fase republicana.

Eleições e pluripartidarismo marcaram essa fase. Os benefícios sociais proporcionados pelo governo Vargas renderam a vitória das segundas eleições desse período. Mas em razão de pressões políticas para tirá-lo do cargo, ele comete suicídio. Veio então JK que construiu a capital federal, Brasília, transferindo-a do Rio de Janeiro.

Nesse período, o Estado pouco interveio na economia e o déficit da balança comercial brasileira aumentou. O país foi inundado por produtos importados e as fábricas que se instalaram eram financiadas pelo capital estrangeiro. A industrialização, assim, continuou a crescer, acompanhada de baixos salários e aumento da complexidade da política tributária.

Houve um êxodo rural e as cidades começaram a inchar em decorrência das perspectivas de melhores condições de vida. Isso acarretou graves problemas de falta de moradia, saneamento público e violência urbana. Apesar disso, o crescimento econômico era visto com euforia.

Na época da Guerra Fria, o medo do socialismo insuflou o golpe militar que estabeleceu a ditadura. Perseguições políticas, violações aos direitos humanos, projetos faraônicos marcaram esse momento. Para fazer frente aos referidos projetos, a carga tributária também aumentou. Para dar conta da expressiva elevação da carga tributária, foi criada, na época do regime militar, a Secretaria da Receita Federal que substituiu a antiga Direção-Geral da Fazenda Nacional.

O regime militar revelou toda a fragilidade do Direito positivo que era moldado ao bel prazer das vontades autoritárias. As leis e a constituição eram desenhadas para dar sustentação à repressão. Foi nesse período que nasceu o Código Tributário Nacional brasileiro, que nos períodos seguintes, sofreu vários ajustes para corrigir as inadequações do regime militar.

Veio a crise econômica e com ela o esgotamento político do regime militar que culminou com o movimento pelas Diretas Já. O processo de redemocratização iniciou-se com

o governo Sarney. Nessa época, foi promulgada a nossa atual Constituição que prima pela cidadania e pelos valores democráticos. Mas no plano econômico, os problemas continuavam. O principal deles era a inflação galopante que só foi controlada governos depois, com o Plano Real. A carga tributária foi excessivamente descentralizada, causando um déficit na esfera da União.

O sistema tributário complexo e pouco transparente comprometeu a justiça fiscal. O questionamento judicial das normas tributárias tornou-se uma rotina. Apesar disso, a reforma tributária sempre ficou paralisada no cabo de guerra federativo. Pequenas reformas foram feitas, mas ainda se está longe de um sistema justo, simples e transparente.

Historicamente, a colonização e escravidão prejudicaram a popularização da educação no Brasil. A grande maioria da população não teve acesso a ela, o que deixou uma mácula na cidadania do país. Apesar disso, os brasileiros, ao longo da história, exerceram sua cidadania, se manifestaram, ainda que de forma mais reativa do que propositiva. Níveis mais elaborados da expressão cidadã exigem um incremento quantitativo e qualitativo da educação.

A Educação Fiscal também necessita desse impulso, pois ela trata uma parte importante da vida social, a financeira. O entendimento da questão tributária é uma necessidade do debate democrático. O Direito Achado na Rua, corrente de pensamento jurídico brasileira, tem muito a contribuir para a ampliação desse debate. Ele propõe uma leitura dialética, criativa, reflexiva e crítica do Direito, buscando integrá-lo em um contexto interdisciplinar que viabilize a discussão sobre sua eficácia.

Nossa proposta é aplicar os pressupostos do Direito Achado na Rua no debate jurídico-tributário a fim de fomentar um novo olhar sobre o Direito Tributário. A direção desse olhar é o da maior justiça fiscal, da simplicidade, da transparência e da eficiência do sistema. O desenvolvimento de estudos com o enfoque do Direito Achado na Rua aplicado ao Direito Tributário é um terreno vasto, rico e ainda inexplorado pela Ciência do Direito.

Nesse contexto, ousamos dar alguns passos na aplicação dessa proposta, tecendo reflexões sobre as lições extraídas da história sobre o Direito Tributário e o comportamento fiscal, retomando, em seguida, o tema da Educação Fiscal sob esse novo olhar.

Assim, verifica-se que o Direito Tributário é fortemente influenciado pela economia e pelo poder econômico privado e estatal. O poder estatal sofre pressões do poder privado que busca a sua autopreservação e crescimento. A evolução da sociedade ao longo da história tornou as relações de poder mais complexas e sutis, diminuindo a percepção das injustiças

fiscais e demandando uma intensificação do processo educativo para a efetivação da cidadania.

A desobediência fiscal foi alimentada pelos processos de exploração sem retorno social, típico da colonização. A injustiça fiscal, a falta de identidade nacional e as amarras normativas que tolhiam os contribuintes também favoreceram o desacato às normas tributárias.

No decorrer do tempo, o Estado também contribuiu para o agravamento dessa situação com o oferecimento de refinanciamentos fiscais que beneficiavam o inadimplente, em detrimento do bom pagador. As leis que tornaram inócua a criminalização das condutas que violam a ordem tributária contribuíram para a redução da percepção do risco fiscal, incitando a manutenção dos comportamentos fiscais formados na história.

Assim, o comportamento fiscal virou hábito automatizado ao qual o senso crítico não oferece resistência. São esses hábitos que alimentam as precariedades do nosso sistema tributário. Para aprimorar o sistema é preciso melhorar os hábitos fiscais coletivos que espelham a nossa cultura fiscal. A mudança do hábito requer vontade interna individual firme, a qual geralmente surge nos momentos de maior tensão social, onde se sai da zona de conforto e se busca a transformação da situação. Além da vontade, é preciso ter conhecimento e é aí que entra a Educação Fiscal.

A malquerença tributária, contudo, projeta seus efeitos também na Educação Fiscal, fazendo desta um repelente social. O intuito arrecadatório do processo educativo é visivelmente identificado e rejeitado pelas pessoas. Assim, a Educação Fiscal tradicional passou a produzir clichês que ninguém mais escuta.

Esses rótulos acompanham a Educação Fiscal e, para se livrar deles e ganhar efetividade, ela precisa se reinventar. É necessário trocar a visão arrecadatória pela visão reflexiva, livre, crítica e criativa, tal como propõe o Direito Achado na Rua. Somente respeitando o pluralismo fiscal, ela terá uma coerência com a democracia que prega em seus conteúdos. Poderá ainda se enriquecer e se diversificar, deixando os rumos da efetiva cidadania ao livre-arbítrio do cidadão. Ela precisa também implementar práticas que visem uma Educação Fiscal bilateral, ou seja, tanto da sociedade como do Estado e, no contexto social, abordar suas várias faces.

A Educação Fiscal deve buscar uma visão concretamente conciliadora do Estado com a sociedade, estimulando uma relação de confiança e despertar, no ser humano, de valores voltados ao bem-comum. Seus conhecimentos vêm qualificar a sociedade para o exercício

legislativo colaborativo de cidadania que tem diretas implicações jurídicas.

As novas tecnologias facilitam o processo democrático e acenam para a necessidade de qualificação da sociedade a fim de utilizar a arma democrática a seu favor e não contra si. Para isso é preciso capacidade de pensar autonomamente, é preciso liberdade de refletir, de participar das decisões do país criativamente.

O Direito Tributário é um ramo do Direito que causa respostas sociais fortes. É também uma área de vital importância para a sustentação de todo o sistema jurídico e estatal. Avançar no debate sobre o seu aperfeiçoamento é indispensável para minorar ou acabar com as injustiças fiscais. Aí reside a importância desse estudo. Contudo, ainda há um vasto campo a explorar dentro dessa proposta de aplicação do Direito Achado na Rua ao Direito Tributário e, quiçá, possa influenciar na mudança da cultura fiscal atual brasileira.

A Educação Fiscal brasileira acena para as novas tendências da educação, para a autonomia que pode se estender desde os níveis escolares até a universidade. A aplicação do Direito Achado na Rua aos temas de Direito Tributário pode contribuir para o enriquecimento da Educação Fiscal, bem como uma Educação Fiscal mais rica pode contribuir para um debate popular do Direito Tributário com maior assertividade.

FONTES DE PESQUISA

GERAL

REFERÊNCIAS CITADAS

ALEXANDRE BERNARDINO COSTA E JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR. O Direito Achado na Rua: uma Ideia em Movimento, em Introdução Crítica ao Direito da Saúde. Série O Direito Achado na Rua. Vol. 4. ALEXANDRE BERNARDINO COSTA E OUTROS (Org.). Brasília/DF. CEAD/UnB. 2009.

http://rededireitosanitario.fiocruz.br/wp-content/uploads/2011/08/O_Direito_Achado_na_Rua_PDF-vol.4.pdf

ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS. A Independência e o Império do Brasil. Vol. 18. Brasília/DF. Edições do Senado Federal. 2004.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1089/693415.pdf?sequence=4>

ANTONIO CARLOS WOLKMER. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico. 8ª ed. São Paulo/SP. Saraiva. 2012.

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. v. 7. 2ª ed. Brasília/DF. Câmara dos Deputados. Belo Horizonte/MG. Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1982.

<http://portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br/leitura/web/v7?p#>

BERNARDO RIBEIRO DE MORAES. Curso de Direito Tributário. Sistema tributário da Constituição de 1969. Vol. 1. São Paulo/SP. Editora Revista dos Tribunais. 1973.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. Para uma Revolução Democrática da Justiça. 3ª ed. São Paulo/SP. Cortez Editora. 2011.

BORIS FAUSTO. História Concisa do Brasil. 2ª ed. São Paulo/SP. Editora da Universidade de São Paulo. 2014.

CRISTÓVÃO BARCELOS DA NÓBREGA. História do Imposto de Renda no Brasil. Um Enfoque da Pessoa Física (1922-2013). Brasília/DF. Receita Federal. 2014.

<http://www.youblisher.com/p/997520-Historia-do-imposto-de-Renda-no-Brasil/>

Dicionário de Nomes Próprios. Nair.

<http://www.dicionariodenomesproprios.com.br/nair/>

Documento Base – PNEF.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/publicacoes

EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Educação Fiscal no Contexto Social. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 1. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Função Social dos Tributos. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 3. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Gestão Democrática dos Recursos Públicos. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 4. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

EDSON LUÍS DA SILVA (Coord.) e EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Coord.). Relação Estado-sociedade. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 2. 5ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2014.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-versao-2014

ELISA LUCINDA. Só de sacanagem. Texto.

<https://www.youtube.com/watch?v=cE1VuxpOshI>

EQUIPE. Apresentação da 4ª Edição, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito

Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993.

FERNANDO JOSÉ AMED E PLÍNIO JOSÉ LABRIOLA DE CAMPOS NEGREIROS. História dos Tributos no Brasil. São Paulo/SP. SINAESP. 2000.

Foto de neta de Tiradentes.

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31227

FRANCIS ALBERT COTTA. Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: Organização Militar nas Minas Gerais do século XVIII. Revista de Humanidades. Nº 3. V. 2. fev-mar/2001. Semestral. Caicó/RN. Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2001.

<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme03/001-p.pdf>

GABRIEL O PENSADOR. Chega. Música.

<https://www.youtube.com/watch?v=S9FTII1KuJA>

GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETO, MARIA KARLA OSÓRIO E EDGARD LINCOLN DE PROENÇA ROSA. III – O projeto. Revista Direito e Avesso. Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Ano II. Nº 3. jan-jul/1983. Brasília/DF. Edições Nair. 1983.

GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETO, MARIA KARLA OSÓRIO E EDGARD LINCOLN DE PROENÇA ROSA. III – O projeto. Revista Direito e Avesso. Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Ano II. Nº 3. jan-jul/1983. Brasília/DF. Edições Nair. 1983.

ROBERTO LYRA FILHO. A Nova Escola Jurídica Brasileira, em Revista Direito e Avesso. Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Ano I. Nº 1. jan-jun/1982. Brasília/DF. Edições Nair. 1982.

Imagem Charge de Miguel Paiva.

<http://www.redes.unb.br/salaodehumor/cartunistas/constituicao/4.%20constituicaodepapel.jpg>

Imagem Desembarque de Cabral em Porto Seguro.

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3a/Oscar_Pereira_da_Silva_-_Desembarque_de_Pedro_%C3%81lvares_Cabral_em_Porto_Seguro_em_1500.jpg

Imagem Imposto.

<http://image.slidesharecdn.com/trabalhoimpostoscorrigido-121025112322-phpapp02/95/trabalho-impostoscorrigido-1-638.jpg?cb=1351164316>

JOÃO MAURÍCIO VITAL. História da Administração Tributária e Aduaneira no Brasil: de 1500 à Receita Federal. Revista da Receita Federal. Estudos tributários e Aduaneiros. Vol 01. Número 01. ago-dez/2014. Brasília. Secretaria da Receita Federal do Brasil. 2014.

<http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal>

JOÃO MAURÍCIO VITAL. Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF). Slides.

<http://pt.slideshare.net/EUROsociAL-II/ncleo-de-apoio-contbil-e-fiscal-naf-joo-mauricio-vital>

Educação Fiscal. Ações. Site Receita Federal do Brasil.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/direitos-e-deveres/educacao-fiscal/acoes>

JÓNATAS E. M. MACHADO E PAULO NOGUEIRA DA COSTA. Curso de Direito Tributário. Coimbra/PT. Coimbra Editora. 2009.

JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY. Dicionário de história tributária do Brasil. Brasília/DF. ESAF. 2002.

JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. Direito como Liberdade. O Direito Achado na Rua. Porto Alegre/RS. Sergio Antonio Fabris Editor. 2001.

JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR. O Direito Achado na Rua: Concepção e prática, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 19ª ed. Rio de Janeiro/RJ. Civilização Brasileira. 2015.

JOSÉ RENATO NALINI. Justiça e Cidadania, em Práticas de Cidadania. JAIME PINSKY (Org.). São Paulo/SP. Contexto. 2004.

KENNETH MAXWELL. A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808). Tradução: João Maia. São Paulo/SP. Paz e Terra Editora. 2010.

LETÍCIA BICALHO CANÊDO. Aprendendo a Votar, em História da Cidadania. JAIME PINSKY E CARLA BASSANEZI PINSKY (Org.). 6ª ed. São Paulo/SP. Contexto. 2014.

MÁRCIO EZEQUIEL. Receita Federal. História da Administração Tributária no Brasil. Brasília/DF. Receita Federal do Brasil. 2014.

<http://www.youblisher.com/p/899379-Receita-Federal-Historia-da-Administracao-Tributaria-no-Brasil/>

MARCOS CINTRA. Bank Transactions: Pathway to the single tax ideal. A Modern Tax Technology. The Brazilian Experience with a Bank Transactions Tax (1993-2007). São Paulo. Cyan Artes Gráficas e Editora. 2009.

MARCOS MAGALHÃES. Historiador. Vídeo. Tiradentes. Série “Construtores do Brasil”. TV Câmara.

<https://www.youtube.com/watch?v=P0D-2Vodm9w>

MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS. As ideologias e a filosofia. Direito: positivismo e jusnaturalismo. Nova ciência antidogmática do Direito, em Introdução Crítica ao Direito. Experiências Populares de Criação de Direito e Construção da Cidadania no Brasil. Série o Direito Achado na Rua. Vol. 1. 4ª ed. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR (Org.). Brasília/DF. Universidade de Brasília. 1993.

MATEUS, 22:15 a 22. Bíblia. Nova Versão Internacional. NVI. Holy Bible. LifeChurch.tv. Versão 5.9.1. AppStore.

Moral e Cívica e OSPB existiram apenas durante o governo militar. Notícia.

<http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2013/07/moral-e-civica-e-ospb-existiram- apenas-durante-o-governo-militar.html>

Museu Histórico Nacional.

<http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria26/mh-g26a003.htm>

NAIR HELOISA BICALHO DE SOUSA, ALEXANDRE BERNARDINO COSTA, LÍVIA GIMENES DA FONSECA E MARIANA DE FARIA BICALHO. O Direito Achado na Rua: 25 Anos de Experiência de Extensão Universitária. Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília. Ano 10. Nº 18. dez-2010. UnB. 2010. p. 51.

<http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/5971/4942>

Notícia site Receita Federal do Brasil.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2015/maio/hoje-25-05-e-dia-nacional-de- respeito-ao-contribuinte>

O Direito Achado na Rua. Vídeo.

<https://www.youtube.com/watch?v=1zOhxb7WyVg>

PAULO FREIRE. Educação como prática da Liberdade. Rio de Janeiro/RJ. Paz e Terra. 1967.

PEDRO ONOFRE FERNANDES (Dir.). Sistema Tributário e Seguridade Social. Contribuições para o Brasil. 2ª ed. jun/2014. Brasília/DF. Sindifisco Nacional e Anfip. 2014.

https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25373:livro-sistema-tributario-e-seguridade-social- contribuicoes-para-o-brasil&catid=181&Itemid=384

Penas tributárias impostas ao povo de Portugal pelo exército invasor em 1808.

http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria_fazendaria/penas tributarias/default.asp
#

Plano Nacional de Educação. PNE 2014-2024. Ministério da Educação

<http://pne.mec.gov.br/>

Portal do Governo do Estado de São Paulo. História. A Colônia.

http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia_colonia

RAYMUNDO FAORO. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre/RS. Editora Globo. 1958.

REGINA CIRINO ALVES FERREIRA. Caso Tiradentes e Repressão Penal: Passado e Presente. Revista Liberdades. Vol 01. maio-ago/2009. São Paulo. IBCCRIM. 2009.

http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/1/historia.pdf

RICARDO TOSTO E PAULO GUILHERME M. LOPES. O Processo de Tiradentes. São Paulo/SP. Conjur Editorial.

ROBERTO LYRA FILHO. A Nova Escola Jurídica Brasileira, em Notícia do Direito Brasileiro. Nova Série. Nº 7. RONALDO REBELLO DE BRITTO POLETTI (Org.). Brasília. UnB. Faculdade de Direito. 2000.

ROBERTO LYRA FILHO. O que é o Direito. Coleção Primeiros Passos. Nº 62. São Paulo/SP. Brasiliense. 2012.

RUBEM ALVES. Por uma educação romântica. 7ª ed. Campinas/SP. Papirus. 2002.

RUBIM SANTOS LEÃO. Um sonho de liberdade – A conjuração de Minas. São Paulo/SP. Moderna, 1998.

SINAFRESP. Tributação na Economia Globalizada. São Paulo/SP. Fundação Getúlio Vargas. 1999.

Site Agência Minas Gerais Governo de Todos.

<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/governo-publica-lista-de-agraciados-com-a-medalha-da-inconfidencia/>

Site do Banco do Brasil.

<http://www.bb.com.br/portalbb/page1,136,3527,0,0,1,8.bb>

Site do Governo de Minas Gerais.

<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/5661-nossos-simbolos/26841-bandeira/5146/5044>

Site Museu da Inconfidência.

http://www.museudainconfidencia.gov.br/interno.php?pg=acervo_inconfidencia

Site Só História.

<http://www.sohistoria.com.br/ef2/inconfidencia/>

TARCÍSIO JOSÉ MARTINS. Quilombo do Campo Grande. História de Minas que se Devolve ao Povo. Contagem/MG. Santa Clara. 2008.

<http://www.mgquilombo.com.br/site/Livros-Quilombolas/livros/quilombo-do-campo-grande-a-historia-de-minas-que-se-devolve-ao-povo.html>

Tetraneta de Tiradentes tem pensões mantidas pelo STF.

<http://m.stf.jus.br/portal/noticia/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=71124>

TSE. Mulheres na Política. Vem Pra Urna. Vídeo.

<https://www.youtube.com/watch?v=11R8awxN5z4>

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AGOSTINHO RAMALHO MARQUES NETO. A Ciência do Direito. Conceito, Objeto, Método. 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ. Renovar. 2001.

ANA CAROLINA DE FARIA SILVESTRE. O Contribuinte e o Fisco – ou pela Necessária Assunção das Emoções no Âmbito das Relações entre o Contribuinte e o Fisco, em Fiscalidade Outros Olhares. ANTÓNIO CARLOS DOS SANTOS E CIDÁLIA MARIA DA MOTA LOPES (Coord.). Porto/PT. VidaEconómica. 2013.

ANA LÚCIA GUIMARÃES SILVA, FLORIANO JOSÉ MARTINS e JOSÉ ROBERTO PIMENTEL TEIXEIRA. Simples Nacional. Brasília/DF. ANFIP. 2012.

ANFIP. Reforma Tributária. A Eterna Queda de Braço. Revista Seguridade Social e Tributação. Ano XXIII. Nº 120. out-dez/2014. p. 18-21. Brasília. Anfip. 2014.

ANFIP. Tributo na Nota. Lei de Transparência Fiscal. De Olho no Tributo. A Lei que Obriga os Estabelecimentos Comerciais a Detalhar o Valor dos Tributos nas Notas Fiscais Já Entrou em Vigor. Dia 31 de Dezembro é a Data Limite para a Implantação desta Sistemática. Revista Seguridade Social e Tributação. Ano XXIII. Nº 119. jul-set/2014. p. 10-14. Brasília. Anfip. 2014.

ANTHONY FERMINO REPETTO LAVOR. O Papel do Programa de Educação Tributária na Mudança de Hábito da População Jovem do Espírito Santo: O Caso dos Municípios de São Mateus e Muniz Freire. Dissertação. Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Curso de Mestrado Executivo. Rio de Janeiro. 2003.

BORJA DIAZ RIVILLAS. Educação Fiscal no Brasil e no Mundo.

<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A2536027>

CLAUDEMIR FRIGO (Coord.) e ANA LÚCIA MARTINS DA SILVA (Coord.). Educação Fiscal no Contexto Social. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 1. 4ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2009.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-pnef

CLAUDEMIR FRIGO (Coord.) e ANA LÚCIA MARTINS DA SILVA (Coord.). Função Social dos Tributos. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 3. 4ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2009.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-pnef

CLAUDEMIR FRIGO (Coord.) e ANA LÚCIA MARTINS DA SILVA (Coord.). Gestão Democrática dos Recursos Públicos. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 4. 4ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2009.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-pnef

CLAUDEMIR FRIGO (Coord.) e ANA LÚCIA MARTINS DA SILVA (Coord.). Relação Estado-sociedade. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Caderno 2. 4ª ed. Brasília/DF. ESAF. 2009.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao_fiscal/pnef/cadernos-pedagogicos-pnef

CRISTINA SÁ E ANTÔNIO MARTINS. A Moralidade Fiscal e as Obrigações Tributárias, em Fiscalidade Outros Olhares. ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS E CIDÁLIA MARIA DA MOTA LOPES (Coord.). Porto/PT. VidaEconómica. 2013.

DAVID TORRES, CARLOS EDUARDO G. CAVALCANTI, LUIZ ANTONIO MORONI AMORIM E MOACIR LONGO. Revelando o Sistema Tributário Brasileiro. História. Impostos. Taxas. Contribuições. Transferências. Guerra Fiscal. Justiça e Ética. São Paulo/SP. Edições Sinafresp. 2003.

DE PLÁCIDO E SILVA. Vocabulário Jurídico Conciso. Rio de Janeiro. Forense. 2008.

Dossiê Globo News. Rubem Alves contesta o ensino tradicional. Exibida em 25/08/2012.

<http://globosatplay.globo.com/globonews/v/2107811/>

Educação e o seu papel transformador. Teleaula nº 1 de Educação Fiscal. Programa Cidadania Tributária. Fundação Demócrito Rocha.

http://www.dailymotion.com/video/xaz0ob_fasciculo-01-bloco-01_school

http://www.dailymotion.com/video/xaz0oj_fasciculo-01-bloco-02_school

http://www.dailymotion.com/video/xaz0p0_fasciculo-01-bloco-03_school

http://www.dailymotion.com/video/xaz0p3_fasciculo-01-bloco-04_school

Educação Fiscal e Cidadania. Curso. Universidade Aberta do Nordeste – ensino a distância. Fundação Demócrito Rocha.

<http://www.fdr.com.br/educacaoofiscal/>

http://www.dailymotion.com/video/xaq3mw_curso-educacao-fiscal_school

Educação Fiscal no Brasil e no Mundo. Teleaula nº 2 de Educação Fiscal. Programa Cidadania Tributária. Fundação Demócrito Rocha.

http://www.dailymotion.com/video/xb26h4_fasciculo-02-bloco-01_school

http://www.dailymotion.com/video/xb26h5_fasciculo-02-bloco-02_school

http://www.dailymotion.com/video/xb26h6_fasciculo-02-bloco-03_school

http://www.dailymotion.com/video/xb26h9_fasciculo-02-bloco-04_school

IPEA. Carga Tributária Líquida e Efetiva Capacidade do Gasto Público no Brasil. Nº 23. Comunicado da Presidência. Brasília. Jul/2009.

<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/380/financas4.pdf?sequence=1>

JOACIR SEVEGNANI. A Resistência aos Tributos no Brasil: Estado e Sociedade em conflito. Florianópolis/SC. Conceito Editorial. 2009.

LÁUDIO CAMARGO FABRETTI, DENISE FABRETTI e DILENE RAMOS FABRETTI. Simples Nacional. 2ª ed. São Paulo/SP. Atlas. 2013.

LAURA DINIZ. Sonegar é Roubar. A Condenação de Eliana Tninchesi, da Daslu, a quase 100 Anos de Cadeia Serve de Recado a Outros Sonegadores: O Crime é Grave, Sim. Revista Veja. 08/abr/2009.

LILIANE DOS SANTOS VIEIRA. Pesquisa e Monografia Jurídica na Era da Informática. 2ª ed. Brasília/DF. Brasília Jurídica. 2005.

LUIZ ANTONIO RIZZATTO NUNES. Manual da Monografia Jurídica. Como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo/SP. Saraiva. 1997.

MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO E NATÁLIA PALUDETTO GESTEIRO. A Busca da Cidadania Fiscal no Desenvolvimento Econômico: Função social do Tributo, em Fiscalidade Outros Olhares. ANTÓNIO CARLOS DOS SANTOS E CIDÁLIA MARIA DA MOTA LOPES (Coord.). Porto/PT. VidaEconómica. 2013.

MARIA LUISA DELGADO. La Educación Fiscal como Instrumento de Lucha contra el Fraude y La Evasión Fiscal, em Fiscalidade Outros Olhares. ANTÓNIO CARLOS DOS SANTOS E CIDÁLIA MARIA DA MOTA LOPES (Coord.). Porto/PT. VidaEconómica. 2013.

Portal Globo.com. Sul de Minas.

<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/04/advogado-contesta-versao-e-diz-que-tiradentes-morreu-careca-em-mg.html>

RACHEL POLITO. Superdicas para um Trabalho de Conclusão de Curso Nota 10. Audiolivro. São Paulo/SP. Saraiva.

RECEITA FEDERAL. Educação Fiscal: Conscientização da Sociedade sobre os Direitos e Deveres Fiscais. Brasília. Receita Federal. 2013.

REGINA HELENA COSTA. Curso de Direito Tributário. Constituição e Código Tributário Nacional. São Paulo/SP. Saraiva. 2009.

ROBERTO LYRA FILHO. O Direito que se Ensina Errado. Sobre a Reforma do Ensino Jurídico. Brasília. Centro Acadêmico de Direito da Unb. 1980.

ROBERTO PERIDES MOISÉS. Justiça Fiscal. Debate sobre Alta do IPTU Revela Dissenso sobre a Razão e a Aplicação dos Impostos. Revista Carta Capital. Edição 83. fev/2014. p. 54-55. Também disponível em:

<http://www.cartanaescola.com.br/single/show/287>

SAMANTHA MAIA. Na Selva Urbana, o Fraco Paga Mais. O IPTU Perde Espaço na Receita das Cidades, mas a Falta de Transparência no Uso do Dinheiro Impede a População de Entender a sua Importância. Revista Carta Capital. Publicado em 05/jan/2014.

<http://www.cartacapital.com.br/revista/777/na-selva-urbana-o-fraco-paga-mais-5657.html>

Série especial julgamento de Tiradentes (16/04/12)

<https://www.youtube.com/watch?v=NGqwUG4NEaI>

Série especial julgamento de Tiradentes (17/04/12)

<https://www.youtube.com/watch?v=2VpcdB-sU6U>

Série especial julgamento de Tiradentes (18/04/12)

<https://www.youtube.com/watch?v=BypEDAW2tmI>

Série especial julgamento de Tiradentes (19/04/12)

<https://www.youtube.com/watch?v=7WWhjMF1O0Q>

Série especial julgamento de Tiradentes (20/04/12)

<https://www.youtube.com/watch?v=WjLS4U5x6bU>

SINDIFISCO NACIONAL. Sindifisco Nacional Lança Cartilha sobre Justiça Fiscal. Revista Integração. Nº 34. p. 12-13. Brasília. Sindifisco Nacional. 2013.

SINDIFISCO NACIONAL. Uma Ideia para Mudar o País. Revista Integração. Nº 35. Brasília. Sindifisco Nacional. 2013.

UMBERTO ECO. Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas. 16ª ed. Lisboa/PT. Editorial Presença. 2010.